

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

DAMIÃO XAVIER

MUNICÍPIOS LINDEIROS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO E A APLICAÇÃO DE
ROYALTIES

MARINGÁ
2013

DAMIÃO XAVIER

MUNICÍPIOS LINDEIROS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO E A APLICAÇÃO DE
ROYALTIES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PGE), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Endlich

MARINGÁ
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

| | |
|-----|--|
| X3M | <p>Xavier, Damião</p> <p>Municípios Lindeiros na microrregião de Toledo e a aplicação de <i>royalties</i> / Damião Xavier. -- Maringá, 2013.</p> <p>117 f. : il. figs. tabs. mapas</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Endlich.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.</p> <p>1. <i>Royalties</i>. 2. Receita municipal. 3. <i>Royalties</i> - Microrregião de Toledo - PR. I. Endlich, Ângela, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p>CDD 21.ed.333.098162</p> |
|-----|--|

MUNICÍPIOS LINDEIROS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO E A APLICAÇÃO DE
ROYALTIES

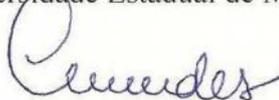
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 25 de março de 2013.

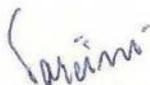
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Tarcísio Vanderlinde
(membro convidado)
UNIOESTE – M.C.R.

DEDICO

Com muito carinho, a minha esposa Alexandra, amiga, mãe, companheira, que não poupou esforços e dedicação nos momentos mais difíceis e jamais me deixou desistir de meus sonhos e objetivos, e pelo apoio e compreensão para que eu pudesse atingir os meus objetivos.

A minha filha Sthefany, que Deus nos deu de presente no ano em que entrei para o Programa de Pós-Graduação (PGE).

Ao Sr.Manoel Messias Xavier e Sr.^a Aparecida Rosa Xavier, meus queridos pais, pelo carinho e educação que me fizeram tornar-se alguém do qual eles tem orgulho.

Aos meus irmãos, que mesmo distante, estiveram do meu lado.

Ao meu sogro Maurílio e sogra Iraci, cunhada Daniele, que nos momentos mais difíceis estiveram do meu lado.

À professora Ângela Maria Endlich, que foi meu suporte e minha segunda mãe e estrutura nessa caminhada até a conclusão do nosso trabalho.

À Mirian do setor Administrativo do programa de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, que quando solicitei alguma informação, documentos ou orientação, sempre foi prestativa.

A todos que participaram junto comigo desse trabalho e sonham em um mundo mais justo e menos desigual.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível devido ao apoio e incentivo de inúmeras pessoas que, me conhecendo ou não, foram solícitas, gentis, e dispostas a compartilhar seus conhecimentos e experiências. Meus sinceros agradecimentos:

- Ao senhor Jesus elevo meu agradecimento especial, pois além de amar a todos sem distinção, nos deixou uma mensagem de justiça, fraternidade, igualdade e que todos podem viver em união. Também pela minha vida, por ter colocado no meu caminho pessoas tão especiais como minha família, meus amigos e todos que compartilham bons objetivos.
- Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pelo dom da vida.
- A minha esposa Alexandra pelo amor, carinho, compreensão e dedicação nas horas que mais precisei todo o meu carinho, amor e respeito.
- A minha filha Sthefany que veio ao mundo no mesmo ano (2011), ano em que eu entrava para o programa de Pós-Graduação (PGE) da UEM, para compartilhar esse momento tão especial na minha vida o Mestrado.
- A minha orientadora professora Ângela Maria Endrich que quando solicitada para ser minha orientadora, jamais deixou de me ajudar nas sugestões, pelo apoio, atenção em sanar as dúvidas surgidas na execução desde trabalho, por acreditar em meu trabalho, mesmo quando minhas idéias ainda eram bastante incipientes e sempre mostrando ser uma grande orientadora amiga e companheira.
- Aos meus irmãos, pois, construímos um caminho valorizando e respeitando o ser humano e suas diferenças que mesmo distante ajudaram-me em tudo que precisei ora de forma direta, ora de forma indireta, mas nunca me negaram em momento algum, uma palavra, um gesto, carinho e compreensão.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que contribuíram para efetivação desde trabalho através de seus valiosos conhecimentos compartilhado na banca de colóquio professor Dr. Cesar Miranda Mendes e na banca de qualificação professora Dr.^a Adélia Haracenko e professor Dr. César Miranda Mendes.
- Aos professores da banca de defesa: professor Dr. TarcisioVanderlinde (Unioeste – Marechal Cândido do Rondon), professor Dr. César Miranda Mendes (UEM –

Maringá), aos professores suplentes: professor Dr. Edson Bello (Unioete – Marechal Cândido do Rondon) e professora Dr.^a Adélia Haracenko, por estar à disposição na contribuição do trabalho.

- Aos colegas de Mestrado, em especial Carlos Henrique da Graça, pela elaboração dos mapas.
- A Universidade Estadual de Maringá, uma instituição que alcança respeito nacional e internacional em educação superior e que abriu suas portas para meu trabalho, proporcionando todo o aparato necessário para a construção e desenvolvimento desta pesquisa.
- Ao professor e diretor da Ctesop (Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense) professor Fabrício Jacob Begosso, onde tive a oportunidade de fazer a minha graduação e uma especialização, e agradecer pelo espaço cedido da biblioteca para estudo na contribuição do meu trabalho.
- Aos órgãos do poder público municipal dos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR, prefeitos, assessores de imprensa, secretárias municipais, recepcionistas e população local, pois, quando necessitei de informações, documentos, mapas, fotos, dados estatísticos ou qualquer tipo de aparato e suporte para a realização deste trabalho, jamais me negaram ajuda, fazendo de tudo para a conclusão do mesmo.
- Aos professores e amigos, Ordilei Aparecido Gaspar de Melo e José Renato pela colaboração no trabalho.
- Ao amigo e irmão Francisco de Souza (Sininho), pelas palavras de incentivo e admiração.
- Ao amigo e irmão Arley da Costa, pois sempre esteve me apoiando nesta caminhada.
- A professora Aline Thais Mattiello, que não mediu esforços para correção ortográfica e gramatical.
- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).
- Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Limieiros ao Lago de Itaipu.
- A professora Sandra Mara Ricci Pocai, pela paciência e tempo na contribuição na correção das referencias bibliográficas.

- Aos colegas de trabalho da emissora Rádio Vale Verde FM, em especial o Diretor José Costa e Supervisora Professora Helena Miura Costa, que jamais colocou obstáculos para que eu participasse na conclusão das disciplinas.
- Sou grato principalmente a Deus, por ter possibilitado o encontro com pessoas que me fizeram crescer profissional e pessoalmente, pessoas que guardarei para sempre com carinho especial.
- Por último, meu agradecimento a você, que faz parte deste trabalho em especial, pois ao tentar citar todos os nomes, cometeria alguma injustiça nesta lista de agradecimentos.

O homem submete ou explora o próprio homem, cuja maioria se converte em bilhões de ferramentas, devidamente comandadas e dominadas para transformar a natureza em recursos que proporcionem a acumulação para uma pequena parcela desses homens.

(Marcos Bernardino de Carvalho)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a microrregião de Toledo, Estado do Paraná no período de 2000 a 2010, focalizando de forma especial a questão dos *royalties* pagos aos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu. Essa microrregião foi palco, durante as últimas décadas, de intensas transformações de ordem física e socioeconômica, motivando a necessidade da compreensão mais detalhada sobre algumas informações a cerca da realidade dela frente aos fatores que geraram os *royalties* e suas possíveis aplicações. Através de procedimentos metodológicos baseados em levantamentos bibliográficos juntamente com pesquisa em *loco*, foi possível observar que os nove municípios pertencentes à microrregião de Toledo tiveram aumentos consideráveis em suas receitas a partir do recebimento dos *royalties*. Observou-se que a maioria dos municípios estudados tem sua economia diretamente relacionada aos repasses desse “benefício” e o fim da compensação financeira paga pela Itaipu Binacional afetaria os investimentos em infraestrutura, tanto públicos quanto privados, pois poucos municípios conseguiriam continuar oferecendo atrativos e serviços de qualidade à população. Contudo, nota-se que o município de Marechal Candido Rondon vem se destacando por apresentar, aparentemente, melhores condições financeiras para investimentos sem tanta dependência da receita provinda dos *royalties*, pois possui uma economia em franco dinamismo que vem se consolidando entre setor industrial e agropecuário. Já os municípios demograficamente menores, além de sofrerem com a perda da área alagada que poderia estar sendo destinada a agricultura, também, sofreram com perdas significativas, além da área territorial, que refletiram em outros setores da economia, como no caso do município de Guaíra que em detrimento do fim das Sete Quedas, sofreu com a redução do turismo e, conseqüentemente, nos ganhos do comércio local. São essas questões problematizadas pelo trabalho e sobre as quais se procurou trazer alguma contribuição.

Palavras-chave: *Royalties*. Receita municipal. Municípios lindeiros. Microrregião de Toledo.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the micro-region of Toledo, Paraná State in the period 2000 to 2010, focusing in a special issue of royalties paid out to Municipalities Lindeiros Lake Itaipu. This micro-region was the scene during the last decades of intense changes of physical and socioeconomic, motivating the need for more detailed understanding about some information about the reality of it compared to the factors that generated the royalties and their possible applications. Through methodological procedures based on literature surveys along with research *in loco*, it was observed that the nine municipalities belonging to the micro-region of Toledo had considerable increases in their income from the receipt of *royalties*. It was observed that most of the cities studied have its economy directly related to transfers of this "benefit" and the end of the financial compensation paid by Itaipu Binacional affect investments in infrastructure, both public and private, because few municipalities be able to continue offering attractive services and quality to the population. However, note that Marechal Cândido Rondon has been highlighted by presenting apparently better financial investment without the revenue stemmed from royalties because it has a dynamic economy that consolidates between industry and agriculture. The municipalities demographically smaller and suffer the loss of wetland area that could have been designed to agriculture also suffered significant losses, beyond the territorial area, which reflected in other sectors of the economy, as in the case of the municipality of Guaíra to the detriment of the end of the Seven Falls, suffered from reduced tourism and thus gains the local market. These issues are problematized at work and on which they sought to bring some contribution.

Keywords: *Royalties*. Municipal revenue. Lindeiros municipalities. Micro-region. Toledo.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1 | Municípios da microrregião de Toledo – PR..... | 22 |
| Figura 2 | Localização do Município de Toledo – PR | 28 |
| Figura 3 | Municípios limieiros do Paraná | 31 |
| Figura 4 | Municípios limieiros que recebem <i>royalties</i> na microrregião de Toledo – PR | 32 |
| Figura 5 | Vista aérea do município de Terra Roxa – PR | 33 |
| Figura 6 | Vista aérea da cidade de Guaíra – PR | 34 |
| Figura 7 | Vista aérea da cidade de Mercedes – PR | 36 |
| Figura 8 | Vista aérea da cidade de Marechal Cândido Rondon – PR | 37 |
| Figura 9 | Vista aérea da cidade de Santa Helena – PR | 39 |
| Figura 10 | Vista aérea da cidade de Diamante do Oeste – PR | 40 |
| Figura 11 | Vista aérea da cidade de São José das Palmeiras – PR | 41 |
| Figura 12 | Vista área da cidade de Pato Bragado – PR | 42 |
| Figura 13 | Vista área da cidade de Entre Rios do Oeste – PR | 43 |
| Figura 14 | A) Cascalhamento da estrada R5; B) Readequação da Estrada Marfim | 80 |
| Figura 15 | Revitalização da praça Castelo Branco | 82 |
| Figura 16 | Empresa de facção de confecções Sonho Mágico | 83 |
| Figura 17 | Centro Educacional Infantil Criança Feliz | 84 |
| Figura 18 | Construção do portal de entrada | 84 |
| Figura 19 | Portal de entrada do Município | 86 |
| Figura 20 | Pavimentação poliédrica na área rural | 86 |
| Figura 21 | Recapeamento da estrada que dá acesso ao Refugio Biológico | 88 |
| Figura 22 | Abertura de Poço Artesiano: Linha Vera Cruz | 88 |
| Figura 23 | A) Terraplanagem para a construção da Escola Municipal Presidente Kennedy; B) Conservação de estradas com acesso para aviários | 90 |
| Figura 24 | Revitalização da Avenida José Bonifácio | 90 |
| Figura 25 | Reforma da Escola Municipal Regente Feijó | 91 |
| Figura 26 | A) Construção do Lago Parque das Aves; B) Repasse de equipamentos aos pequenos produtores de leite | 92 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 27 | A) Construção do refeitório da Escola Municipal Presidente Nédise; B) Reforma do Centro Cultural | 93 |
| Figura 28 | Evolução populacional dos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR | 99 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Gráfico 1 | Emprego e renda nos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR (2010) | 54 |
| Gráfico 2 | Valores provenientes dos <i>royalties</i> de 2009 a 2011 | 73 |
| Gráfico 3 | Compensação financeira no período de 2009 a 2011 | 74 |
| Gráfico 4 | Área em Km ² para os municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR | 104 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|----|
| Quadro 1 | Origens dos Municípios da microrregião de Toledo – PR | 29 |
|----------|---|----|

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 1 | Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu | 55 |
| Tabela 2 | Receita consolidada da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2002) | 59 |
| Tabela 3 | Receita consolidada da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2003) | 60 |
| Tabela 4 | Despesa consolidada, da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2002) | 61 |
| Tabela 5 | Despesa consolidada, da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2003) | 61 |
| Tabela 6 | Área dos municípios limieiros do Paraná ao Lago de Itaipu | 62 |
| Tabela 7 | Valores provenientes dos <i>royalties</i> de Itaipu da microrregião de Toledo – PR | 72 |
| Tabela 8 | Compensação financeira nos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR (2009-2011) | 74 |
| Tabela 9 | Valores provenientes dos <i>royalties</i> de Itaipu da microrregião de Toledo – PR | 75 |
| Tabela 10 | Presença dos <i>royalties</i> nos pagamentos da Receita (2011) | 79 |
| Tabela 11 | Histórico anual do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR | 96 |
| Tabela 12 | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR | 97 |
| Tabela 13 | População dos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR | 98 |
| Tabela 14 | Área alagada dos municípios limieiros pelo Lago de Itaipu | 105 |
| Tabela 15 | Repasse de <i>royalties</i> da Itaipu Binacional aos municípios paranaenses limieiros ao Lago de Itaipu Jun./2012 | 105 |

SUMÁRIO

| | | |
|---------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | A MICRORREGIÃO DE TOLEDO E OS MUNICÍPIOS LINDEIROS | 19 |
| 2.1 | A REGIÃO OESTE, MICRORREGIÃO DE TOLEDO E OS MUNICÍPIOS LINDEIROS | 21 |
| 2.1.1 | A região Oeste e a microrregião de Toledo | 23 |
| 2.1.2 | Os municípios lindeiros | 30 |
| 2.1.2.1 | Terra Roxa | 33 |
| 2.1.2.2 | Guaira | 34 |
| 2.1.2.3 | Mercedes | 36 |
| 2.1.2.4 | Marechal Cândido Rondon | 37 |
| 2.1.2.5 | Santa Helena | 39 |
| 2.1.2.6 | Diamante do Oeste | 40 |
| 2.1.2.7 | São José das Palmeiras | 41 |
| 2.1.2.8 | Pato Bragado | 42 |
| 2.1.2.9 | Entre Rios do Oeste | 43 |
| 2.1.3 | A costa Oeste | 44 |
| 2.2 | A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU E SUA ATUAÇÃO | 48 |
| 2.2.1 | A região de Itaipu | 48 |
| 2.2.2 | Fundação da hidrelétrica | 50 |
| 2.2.3 | Geopolítica da Hidrelétrica de Itaipu | 52 |
| 2.2.4 | Impactos socioambientais | 53 |
| 2.3 | MICRORREGIÃO DE TOLEDO, SUAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS ... | 54 |
| 3 | CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO E NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ | 56 |
| 3.1 | MUNICÍPIOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ | 56 |
| 3.2 | A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL | 57 |
| 4 | MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DO ITAIPU: OS <i>ROYALTIES</i> E O SEU USO | 62 |
| 4.1 | A CONSTRUÇÃO DO LAGO DE ITAIPU E IMPLICAÇÕES NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS | 62 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.1.1 | Implicações socioambientais | 63 |
| 4.2 | IMPLICAÇÕES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA – OS ROYALTIES ... | 67 |
| 4.2.1 | Conceitos e importância | 67 |
| 4.2.2 | Valores, quedas, defasagens dos royalties | 72 |
| 4.2.3 | A compensação dos impactos através dos royalties | 75 |
| 4.3 | APLICAÇÕES DOS RECURSOS DOS ROYALTIES | 76 |
| 4.3.1 | Aplicação dos royalties: resultados por municípios | 78 |
| 4.4 | RESTRICÇÕES E LIMITAÇÕES QUANTO AO USO DOS ROYALTIES | 101 |
| 4.4.1 | Legislação | 101 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 107 |
| | REFERÊNCIAS | 111 |
| | APÊNDICE | 116 |

1 INTRODUÇÃO

A construção da usina de Itaipu Binacional entre as décadas de 1970 e 1980 ocasionou vários impactos, tanto naturais quanto socioeconômicos, que afetaram, sobretudo, a região Oeste do Estado do Paraná, onde muitos dos municípios situados às margens do rio Paraná sofreram com perdas em sua área territorial proporcionada pela formação do lago. A partir de 1985, com o início das atividades da usina, os municípios afetados passaram a receber compensações financeiras, denominadas de *royalties*, como forma de restituição das perdas territoriais proporcionadas pelo alagamento das áreas periféricas ao rio.

Os *royalties*, atualmente, representam uma parte importante da receita mensal e anual da maioria dos municípios lindeiros, sendo um “recurso” muito bem vindo e almejado pelas lideranças políticas locais, principalmente, para sua utilização em investimentos que dentre outras coisas vão fomentar a economia da região, podendo ser aplicados na melhoria da infraestrutura das cidades, rodovias e estradas rurais. No entanto, esse recurso já possui uma data prevista para o término do seu repasse que é em 2023 e os municípios que não se adequarem buscando novas formas de arrecadação correm o risco de falir rapidamente sem os recursos vindos desse benefício.

Dentro dessa concepção urbana e regional, pode-se voltar o presente estudo a microrregião de Toledo, inserida na região oeste do Paraná, dando um enfoque espacial acerca da questão dos *royalties* pagos entre os anos de 2000 e 2010 para os seus municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, que nessa microrregião somam um total de nove municípios. Nesse, contexto, pode-se assinalar que num primeiro momento objetivou-se contribuir com reflexões acerca das dinâmicas socioespaciais em espaços não metropolitanos, especialmente a organização e a estruturação espacial dos municípios lindeiros da microrregião de Toledo/PR.

Em um segundo momento, objetivou-se realizar a caracterização socioespacial dos municípios, tentando compreender o papel das instituições, por meio de suas políticas públicas territoriais, no processo de desenvolvimento e almejando também, abordar os diferentes níveis de desenvolvimento humano/social nos municípios lindeiros da microrregião. O maior foco do trabalho foi evidenciar os *royalties* como fonte de recursos que ampliam as receitas municipais da região em estudo, quando no cenário nacional temos um contexto em que, de forma geral, os municípios possuem receitas exíguas e sempre insuficientes diante dos desafios cada vez maiores que precisam enfrentar. Procurou-se também contextualizar o debate em relação ao conjunto dos municípios brasileiros, em especial quanto aos aspectos das receitas financeiras e os *royalties*,

abordando a compensação dos impactos através dos *royalties*, pagos a União, Estados e Municípios pelas concessionárias de exploração de recursos energéticos, petróleo e gás natural. A terceira parte analisa as compensações financeiras pagas pela Itaipu aos municípios lindeiros, sua aplicação e suas restrições.

Os procedimentos metodológicos basearam-se em revisões de referenciais teóricos e em levantamentos quantitativos que possibilitem uma interpretação regional, destacando as implicações e os *royalties* recebidos pelos municípios lindeiros. De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p. 83) “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contra partida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências”. Por essa definição pode-se verificar que a pesquisa não é algo simples, não podendo ser entendida apenas como um simples processo investigativo, ou seja, um método simplório de inquirição.

A pesquisa visa obter compreensões aprofundadas acerca dos problemas estudados, que vai desde a seleção do tema de pesquisa, da definição do problema a ser investigado, do processo de coleta, análise e tratamento dos dados; e apresentação dos resultados. Ela requer um planejamento minucioso do objeto a ser explorado. Além da análise bibliográfica e documental, utilizou-se da técnica de entrevista, sendo esta entendida segundo Gil (2000, p. 117) como “[...] uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletarem dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

O estudo sobre a eficácia dos *royalties* como instrumento econômico de desenvolvimento socioeconômico foi realizado buscando avaliar os avanços alcançados pelos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, mais especificamente aqueles que compõem a microrregião de Toledo. Isto porque as atividades econômicas na região eram muito incipientes, antes da construção da Hidrelétrica de Itaipu, não havendo fontes de renda representativas, daí a relevância deste estudo. Foram várias as fontes de dados e informações utilizadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as prefeituras municipais, bem como dados da Itaipu Binacional e *sites* oficiais de outras instituições do Governo Brasileiro.

Outra parte importante foi coletar informações através de visitas aos municípios e entrevistas direcionadas aos prefeitos e lideranças municipais. Para isso, foi elaborado um roteiro de entrevistas, com questionamentos acerca dos recebimentos dos *royalties* e suas aplicações nos municípios lindeiros do lago de Itaipu, buscando saber se os recursos recebidos têm trazido benefícios aos municípios, como estão sendo utilizados, bem como, também de que forma os municípios estão se preparando para o suposto fim do pagamento das compensações financeiras.

2 A MICRORREGIÃO DE TOLEDO E OS MUNICÍPIOS LINDEIROS

Este capítulo apresenta a região de estudo, analisando o contexto histórico-espacial da microrregião de Toledo, destacando a implicação ligada às transformações econômicas ocorridas. Para analisar a região de Toledo optou-se inicialmente por uma verificação teórica baseada na questão da formação socioespacial da região, exigindo assim uma breve explanação acerca deste conceito. Assim, ressalta-se a existência de diferenças entre os municípios, pois estes possuem estruturas diversas da mesma forma que seus fatores de atração e repulsão populacional.

Destaca-se que a aplicação do conceito de formação socioespacial exige mais do que se apresentou até aqui. Contudo, ao sinalizar para ele nesse trabalho demonstra-se apreço pelas possibilidades de interpretação que ele cria. Ainda que não existam correspondentes espaciais pré-definidos para se reconhecer uma formação socioespacial, algumas regiões representam particularidades na acumulação e na reprodução do capital que permitem uma aproximação com esse conceito.

A forma espacial não se limita a ser resultado, mas também é condição para a sociedade. A passagem que melhor expressa o papel da dimensão espacial e refuta a idéia de espaço apenas como "palco" ou "reflexo" da sociedade, é a seguinte:

[...] os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subseqüentes da produção (SANTOS, 1979, p. 18).

Essa formação tornou-se relevante para a Geografia inicialmente quando se tornou um instrumento de análise devido às unidades sobre um quadro geográfico reconhecível e sobre as correlações estabelecidas entre o espaço e a sociedade.

A formação espacial é a possibilidade metodológica de apresentar a dimensão espacial como a expressão da relação entre a infraestrutura e a superestrutura, de forma que esse tipo de formação permite a análise da totalidade socioespacial hierarquizada, constituindo um sistema único onde às partes visam constituir organismos interdependentes (SANTOS, 1979). Logo esta formação deve ser considerada como instrumento de análise; a Geografia visa sua utilização para a compreensão de processos complexos.

Ainda, seguindo esse pensamento, Santos (1979) afirma que na pré-história, cada grupo construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis para sobreviver. Assim, organizando a produção, organizava a vida social e o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos, bem como das técnicas disponíveis, a da constelação de recursos correspondia um modelo particular. Gradativamente, essa relação foi se transformando, nas necessidades de comércio entre coletividades introduziram novas tecnologias e novos desejos e a produção da sociedade e do espaço passou a se desenvolver a partir das necessidades do grupo.

Neste sentido segundo os estudos de Gregory (1978) revelam a Geografia como a ciência que "descobre o campo sob o relevo", desvendando a organização sistemática do conteúdo por meio do estabelecimento das conexões que se estabelecem no fenômeno conforme princípios metodológicos alusivos ao rigor científico.

Quando a preocupação do geógrafo é estudar a população como reserva disponível de recursos humanos, os números são de importância, pois revelam o potencial que a população apresenta para a realização dos programas de desenvolvimento como forma de compreender processos sociais e espaciais. Desde os tempos mais remotos, os movimentos migratórios das sociedades humanas foram constantes, ora por motivos naturais, como fenômenos climáticos, esgotamento de coleta vegetal ou de caça entre outros; ora por conflitos políticos, como guerras entre tribos ou nações.

Fatores históricos relacionados à ocupação econômica das regiões têm grande influência na localização da população provocada principalmente pela grande urbanização ocorrida com a Revolução Industrial, de forma que as especificidades que resultam da combinação entre sociedade e natureza produzem um espaço e definem, conseqüentemente, uma região, podendo a mesma ser analisada sob vários aspectos.

A observação mais atenta destes critérios é de suma importância, pois proporciona uma descrição mais completa das características mais relevantes em cada território. De acordo com Hespanhol (1996), descrevendo o trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1989 foi realizada revisão da regionalização, realizada em 1968, caracterizando as microrregiões geográficas. Neste sentido:

[...] a revisão das microrregiões, definidas em 1968 decorre das mudanças verificadas na organização socioeconômica e institucional do país. As profundas modificações na conjuntura socioeconômica tenderam a transformar ou mesmo reorientar a estrutura produtiva nos vários segmentos do território nacional refletindo-se na organização do espaço geográfico. Vale dizer que o modelo definido em 1968 apresenta-se anacrônico em

relação às atuais formas de organização do espaço, não correspondendo mais à atual realidade brasileira (FIBGE apud HESPANHOL, 1996, p. 64).

Hespanhol (1996, p. 67) justifica esta mudança pelas transformações ocorridas no espaço brasileiro, principalmente no que se refere à industrialização e urbanização, bem como da modernização da agricultura em diversas regiões do país. O autor ainda relaciona tais mudanças infraestruturais como um dos fatores causadores de “reflexos diferenciados sobre o espaço nacional”.

2.1 A REGIÃO OESTE, MICRORREGIÃO DE TOLEDO E OS MUNICÍPIOS LINDEIROS

Com base no objetivo dessa parte já exposto no início, passasse a análise específica da região em estudo, evidenciando que a região oeste do Paraná é composta por 50 municípios agrupados em três microrregiões, que têm como cidades pólo: Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

A microrregião de Toledo possui atualmente 343.675 habitantes, e é composta pelos seguintes municípios: Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Diamante D'Oeste, Maripá, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, Mercedes, São José das Palmeiras, Formosa do Oeste, Nova Santa Rosa, São Pedro do Iguaçu, Guaíra, Ouro Verde do Oeste, Terra Roxa, Iracema do Oeste, Palotina, Toledo, Jesuítas, Pato Bragado e Tupãssi (Figura 1). Trata-se de uma área de grande importância econômica para o estado do Paraná, principalmente pela forte produção agrícola. Entre os 15 municípios localizados no estado do Paraná que recebem os *royalties*, 9 municípios pertencem à microrregião de Toledo, são eles: Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Terra Roxa, Santa Helena e São José das Palmeiras. São 21 municípios ao todo que compõem a microrregião, com predomínio daqueles demograficamente pequenos, polarizados por reduzidas localidades urbanas.

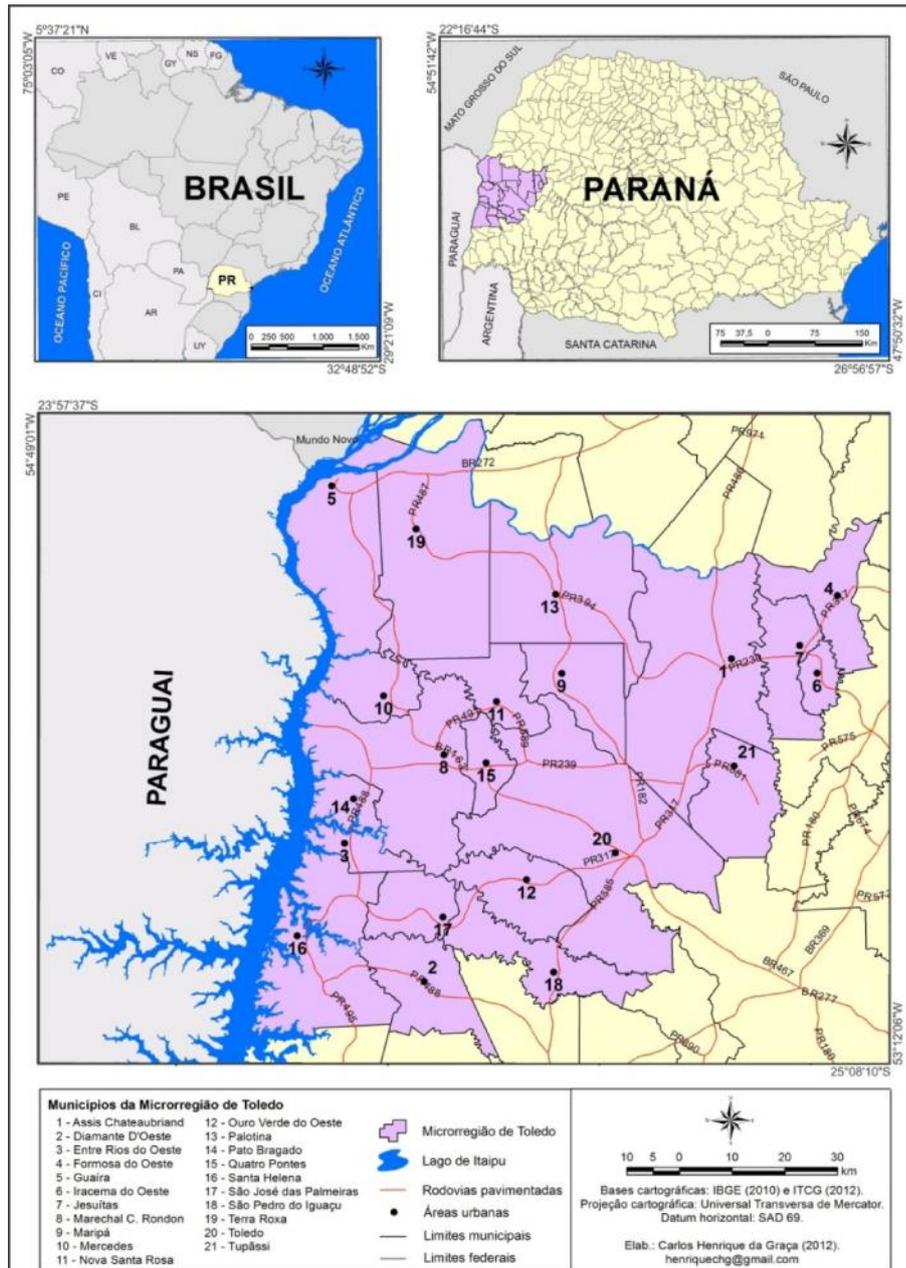


Figura 1 – Municípios da microrregião de Toledo – PR.

O processo de urbanização está devidamente aliado à modernização do campo e ao acréscimo do fluxo migratório para as cidades, induz a um intenso crescimento da população urbana e, conseqüentemente, do território das cidades, além de gerar grandes mudanças estruturais e sociais que interagem e interferem nas condições de vida de todos os seus habitantes. É notório ainda que uma das muitas questões que contribuíram para este aumento da população urbana, e que ainda tem grande repercussão, é a destacada modernização das técnicas utilizadas no campo, situação onde pequenos agricultores que não possuem condições de se adequar a estas novas tecnologias, acabam arrendando ou ainda vendendo suas propriedades para os proprietários maiores, intensificando assim a concentração fundiária. Tem-se ainda que a evolução demográfica

dos municípios analisadas possa ser influenciada diretamente pela chamada migração, que aconteceram geralmente em decorrência da procura de melhores condições de vida. Assim, o migrante é visto como sendo um indivíduo dotado de certa racionalidade econômica na sua decisão de migrar, sendo capaz de desenhar seus caminhos pelo território de uma forma adequada às grandes necessidades do mercado de trabalho.

2.1.1 A região Oeste e a microrregião de Toledo

Desde o início da década de 1970, o Oeste paranaense, do qual os municípios lindeiros fazem parte, passou por uma reorganização de sua base produtiva, oriunda da modernização da base técnica da produção agropecuária, da expansão agropecuária regional e do esgotamento da fronteira agrícola. Tais alterações propiciaram uso intensivo das novas áreas abertas e melhor aproveitamento das tradicionais, alterações estas que promoveram um forte êxodo rural para os grandes centros urbanos e para outros estados brasileiros (PIFFER, 1999).

Segundo Lima et al. (2006), outro acontecimento que estimulou o deslocamento de muitas famílias do campo para a cidade foi a “geada negra”, de 1975, que acabou com a cultura agrícola do café, um dos principais cultivos do Estado do Paraná naquela época. Pois foi um período de grande mudança em todo o Paraná, o que na realidade, foi uma série de fatores os responsáveis pelas mudanças, sendo fundamentais a aqueles vinculados ao mercado internacional e a política nacional. Contudo, a geada provocou a decisão pela mudança da base econômica em diversas áreas do estado, ainda que a região mais afetada tenha sido sua parte setentrional.

Nesse período, outros fatores também estimularam o êxodo rural. Dentre eles, especialmente na região Oeste, destaca-se a construção da usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional. Essa obra desapropriou pelo menos oito mil agricultores que tiveram suas propriedades submersas ou transformadas em áreas de proteção, gerando uma demanda por terras além das possibilidades da região. Nesse mesmo período, outras culturas agrícolas tradicionais no Estado, como o trigo e o algodão, sofriam com o clima e com a conjuntura econômica desfavorável.

Conforme Alves et al. (2007), iniciou-se a partir de 1980, uma forte expansão da rede urbana regional no Oeste paranaense. Obviamente, os dois processos estão vinculados. Se o campo não pode ser mais o espaço de moradia, crescem tanto o número de cidades como a população em cada uma delas. Devido à industrialização e a mecanização agrícola, houve perda

da população nas áreas rurais e crescimento das esferas urbanas. A rede urbana passou a estar condicionada ao dinamismo da atividade rural, ou seja, de acordo com o desempenho dessa atividade.

Essas mudanças refletiram na criação de novas empresas de equipamentos e peças agropecuárias a partir da década de 1980. A situação constitui um período de ajustamento das empresas locais, as quais estavam voltadas inicialmente para atender o mercado local. Na questão da expansão industrial da região, as primeiras atividades são as tradicionais, ligadas à produção de alimentos, implementos agrícolas e mobiliários. Isto deu impulso à base industrial que se firmará no final do século XX. Além disso, as cooperativas, além do papel desempenhado na modernização da agricultura, avançam na transformação dos produtos agropecuários (IPARDES, 2001).

As atividades econômicas podem acarretar maior ou menor concentração populacional, bem como ditar a forma de organização de uma sociedade. Por exemplo, as atividades industriais e de prestação de serviços costumam ser responsáveis por grandes concentrações populacionais. Em contrapartida, as áreas de agricultura mecanizada e de pecuária extensiva apresentam baixas densidades, pois essas atividades demandam pequena quantidade de mão de obra.

Historicamente, a região Oeste primeiramente foi integrante da administração espanhola, constituindo-se na Província Del Guayrá. O Guayráera uma região de confluência dos impérios coloniais espanhóis e português, e tornou-se zona de passagem que ligava o núcleo colonial de Assunção a São Vicente (SP), permitindo a relação entre os guaranis e os carijós do litoral brasileiro. A partir de 1609, quando os padres espanhóis começaram a reunir os índios guaranis em pequenos povoados para evangelizá-los e civilizá-los, motivou a exploração de todas as áreas a leste do Rio Paraná (ALVES et al., 2005).

Segundo Alves (2005) em 1759, através do Tratado de Madrid, o território que hoje é a região Oeste foi cedido pela Espanha a Portugal. A partir das últimas duas décadas do século XIX, as atividades econômicas às margens do Rio Paraná vinham passando por um processo de expansão, primeiro com a exportação de erva-mate e, posteriormente, de madeira, para os portos argentinos.

Para a região Oeste, a crise das exportações da erva-mate foi compensada pela expansão das de madeira para os mercados latinos, pois em razão da Primeira Guerra Mundial havia se tornado difícil e cara a importação de madeiras da Europa e da América do Norte. A região Oeste do Paraná possui uma área total de 22.840 km², equivalente a 11,74% da área total do Estado que é de 199.281,70 km², e uma população de 1.164.272 habitantes, posicionando-se

entre as maiores densidades demográficas do Paraná, com 47,22 habitantes por km², sendo que a rápida ocupação do território processou-se de diversas formas. Empresas de colonização, apoiadas pelo governo estadual, colocavam lotes à venda em condições atraentes.

Também, a partir da análise da evolução da região Oeste do Paraná, obtém-se o entendimento sobre a configuração atual deste espaço econômico, no qual estão inseridas as atividades agroindustriais. Explica-se, assim, a importância que assume a evolução do Oeste, enquanto região, visto que, segundo Rolim (1995, p. 50) “a estruturação territorial de uma sociedade decorre das grandes transformações que ela sofre”.

A construção do lago de Itaipu, por um lado consumiu terras dos municípios da região, dentre outras implicações. Contudo, gerou também a denominada Costa Oeste do Paraná, inserida na Mesorregião Oeste do Paraná, foi fundada em circunstâncias estratégicas no sentido de promover o desenvolvimento econômico por intermédio de um programa de regionalização turística, chamado “Projeto Costa Oeste”, implantado em 1.997 pelo governador do Estado do Paraná Jaime Lenner com diversas opções para descanso e lazer.

As cidades como Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Missal, Entre Rios do Oeste e Guaíra, oferecem terminais turísticos com praias artificiais, onde se pode passar os finais de semana e temporadas de férias de verão.

A maioria dessas praias apresenta infraestrutura como quiosques, churrasqueiras, banheiros, restaurantes, lanchonetes e áreas para *camping*, sendo que algumas têm chalés e hotéis nas suas proximidades. Neste cenário, o Terminal Turístico de Santa Helena é o maior da região, sendo que tobogã, *banana boat*, pedalinhos e passeios de barcos são algumas das opções de diversão, além de campo de futebol, quadras de vôlei e quadra de futebol de areia.

Assim os terminais turísticos estão abertos o ano todo, de modo que os meses de maior movimento são dezembro, janeiro e fevereiro. Neste ponto destaca-se também que a região oferece visitas a comunidades indígenas, artesanato local, pousadas rurais, cafés coloniais, pratos típicos e cultura dos imigrantes colonizadores, além de passeios de barco e esportes radicais.

Atualmente, a região tem sua economia nos diversos municípios bastante diversificada, tendo em sua base econômica as atividades do setor primário (agrícola), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços). Neste ponto destaca-se que o setor econômico principal da região de Toledo é o setor agropecuário, tendo este município o maior PIB agropecuário do Paraná.

O município paranaense de Toledo comemorou a marca de R\$ 1 bilhão no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). Localizada no oeste do Paraná, próximo a Cascavel, Toledo tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do Paraná e da região Sul e

ocupa o terceiro lugar em valor adicionado da agropecuária do Brasil. A cidade também possui o maior rebanho suíno e o maior plantel de frangos do Paraná e é o terceiro maior produtor de leite do estado (PORTAL BRASIL, 2011).

Destaca-se ainda que Toledo lidera desde o ano de 1997, quando este índice passou a ser apurado, o Valor Bruto da Produção Agropecuária no Estado, mostrando a pujança do município nesta área. No ano de 2012, referente à safra 2010/2011, Toledo ultrapassou o valor de R\$ 1 bilhão no, *Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)*, vendo este o resultado da soma dos esforços da cadeia produtiva, contando com os investimentos públicos, privados e o compromisso do produtor rural.

Essa expansão atual da agricultura na região vem como reflexo de política ou união dos agricultores para fortalecer a região e culminou com a formação das cooperativas e outras empresas do ramo, tornando-o um dos maiores produtores de grãos do Estado. A instalação de diversas cooperativas na região, impulsionando o agronegócio na região, sendo a empresa Sadia no município de Toledo no final da década de 1950, C. Vale em Palotina em 1.963, Copacol em Cafelândia no mesmo ano e Copagrill Marechal Candido do Rondon em 1.970, entre outras.

Fundada em 1944 por Attilio Fontana, a Sadia cresceu e tornou-se referência de excelência na indústria de alimentos. Esse sucesso se deve à constante preocupação com a qualidade e ao empenho em desenvolver sempre novos produtos. Hoje o seu portfólio conta com mais de 650 itens, que são distribuídos para mais de 300.000 pontos de venda em todo o Brasil. Esse é um sucesso que não se limita às fronteiras brasileiras. A Sadia é hoje uma das maiores empresas de alimentos da América Latina e uma das principais exportadoras do país, distribuindo mais de mil produtos para mais de 100 países (SADIA, 2012).

Por quatro vezes seguidas a Sadia foi eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos brasileiro, empregando atualmente cerca de 55 mil funcionários e mantém parceria com cerca de 10.000 granjas integradas de aves e de suínos, contribuindo dessa forma para a estabilidade e crescimento do país, sempre de forma socialmente responsável e preocupada com o meio ambiente e a comunidade (SADIA, 2012).

No dia 13 de julho de 2011 a Sadia e a Perdigão se fundem com aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), nascendo assim, um novo gigante do setor de alimentos a Brasil Foods (BRF), sendo considerada uma das maiores empresas do ramo no mundo também instalada na cidade de Toledo – PR.

A falta de locais para armazenar a produção, as dificuldades para o escoamento da safra e a ausência de crédito e assistência técnica levaram um grupo de 24 agricultores a fundar, em 7 de novembro de 1963, a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda. (Campal). Em 1969 aconteceu

o início efetivo das atividades da cooperativa com o recebimento de trigo em armazém de um moinho de Palotina. Em 1970 teve início a construção do primeiro armazém da cooperativa, que ficou pronto no início do ano seguinte. Já a Cooperativa Agroindustrial (C. Vale), é uma cooperativa agroindustrial atuando no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai; possuindo 105 unidades de negócios, 13.500 mil associados e em média 5.600 funcionários. Destacando-se na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango e suínos, e atua na prestação de serviços, com mais de 150 profissionais que geram assistência agrônômica e veterinária aos associados. Objetivando manter os cooperados atualizados tecnologicamente, desenvolvendo cursos, palestras, treinamentos e dias de campo (C. VALE 2012).

Destaca-se ainda que essa Cooperativa Agroindustrial financia a produção, garantindo crédito aos cooperados, especialmente os pequenos produtores. A C. Vale comercializa insumos, peças, acessórios e revende máquinas agrícolas, assegurando preços mais competitivos aos associados. Também produz semente de soja em Santa Catarina, que é comercializada em todo Brasil. Além disso, a cooperativa mantém uma rede de supermercados com oito lojas no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 21 de novembro de 2003 uma alteração estatutária mudou a razão social de Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale) para C. Vale – Cooperativa Agroindustrial.

Na região encontra-se ainda a Copacol que foi fundada no dia 23 de outubro de 1963, no Distrito de Cafelândia, até então pertencente ao município de Cascavel, no Oeste do Paraná. O fundador foi o Padre Luís Luise e mais 32 agricultores imigrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Cooperativa conta hoje com pouco mais de 4,7 mil associados e mais de 6,9 mil colaboradores diretos, refletindo num faturamento de R\$ 1,388 bilhão em 2011 e cumprindo com sua responsabilidade social, distribuiu aos associados R\$ 15 milhões neste mesmo ano (COPACOL, 2012).

E por fim, ainda neste cenário pode-se mencionar a Copagril, na qual, o movimento para o surgimento das primeiras cooperativas teve início na região Oeste durante a década de 1960, devido às dificuldades enfrentadas pelos suinocultores da época para aquisição de insumos e posteriormente, a comercialização da produção. Desse movimento regional, foi fundada a Copagril, em 09 de agosto de 1970.

Assim, pode-se destacar que em relação à articulação cidade-escoamento de produção através de estradas é possível mostrar que o Programa Municipal de Pavimentação Rural, desenvolvido com parceria entre as prefeituras-produtores, com a adesão do estado e da união; consentiu a execução de 212, 528 quilômetros de estradas rurais, levando melhor condição de vida aos moradores e permitindo o escoamento da produção com qualquer tempo.

Neste ponto destaca-se o comportamento demográfico regional como indicativo de processos sociais, desde o início da colonização até os dias atuais, tanto o espaço urbano quanto o rural da microrregião de Toledo passaram por diferentes fases de desenvolvimento.

O município de Toledo localiza-se entre as latitudes de 24°25' e 24°57' Sul e as longitudes 53°30' e 54°01' Oeste, apresentando uma altitude média de 550 m em relação ao nível do mar. Toledo está situado na região Oeste do Paraná, fazendo divisa ao norte com os municípios de Maripá e Nova Santa Rosa, ao Sul com Santa Tereza do Oeste e São Pedro do Iguaçu, ao leste tem-se Assis Chateaubriand, Tupãssi e Cascavel, e ao oeste Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon e Ouro Verde do Oeste (Figura 2).

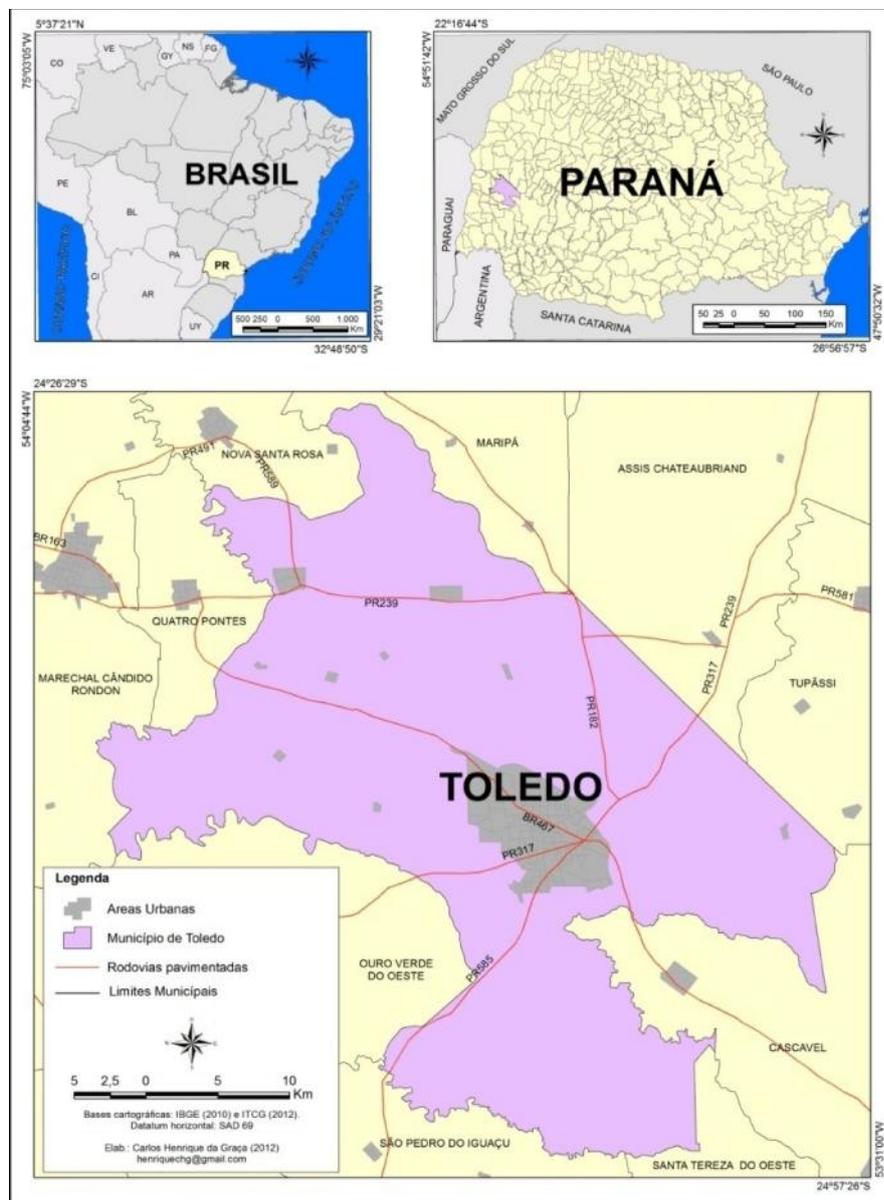


Figura 2 – Localização do Município de Toledo – PR.

As características climáticas da região, à qual, o município de Toledo está inserido, segundo a classificação proposta por Köppen (1948) é subtropical úmido mesotérmico (Cfa), apresentando verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração de chuvas nos meses de verão (janeiro e fevereiro) e sem estação seca bem definida. A região possui precipitação média anual de 1.800 mm, com uma evapotranspiração potencial anual de 950 mm; sendo que a temperatura média é de 19°C e a umidade relativa do ar, oscilando entre 70% e 75% (CAVIGLIONE et al., 2000).

Segue Quadro 1 contendo alguns dados históricos dos municípios da microrregião de Toledo – PR.

| Década | Município | Data de instalação | Origem e Desmembramento dos Municípios | Colonização |
|---------------|-------------------------|---------------------------|---|---|
| 1950 | Guaira | 14/12/1952 | Foz do Iguaçu | Encampamento da Cia Matte Laranjeiras - |
| 1960 | Marechal Cândido Rondon | 02/12/1961 | Foz do Iguaçu e Toledo | Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná- MARIPÁ |
| | Terra Roxa | 27/10/1962 | Guaira | Companhia Colonizadora de Desenvolvimento Rural – CODAL |
| | Santa Helena | 22/12/1968 | Marechal Cândido Rondon e Medianeira | Colonizadora Madalosso - de Erechim – RS |
| 1980 | São José das Palmeiras | 01/01/1986 | Santa Helena | Desbravadores – Bandeirantes |
| | Diamante D'Oeste | 01/01/1989 | Matelândia | Imigrantes Sulinos |
| 1990 | Entre Rios do Oeste | 01/01/1993 | Marechal Cândido Rondon | Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná- MARIPÁ |
| | Mercedes | 01/01/1993 | Marechal Cândido Rondon | Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná- MARIPÁ |
| | Pato Bragado | 01/01/1993 | Marechal Cândido Rondon | Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ |

Quadro 1 – Origens dos Municípios da microrregião de Toledo – PR.

Fonte: Adaptado de Alves et al. (2013, p. 155).

De acordo com esses, concluímos que dos nove municípios em estudo da microrregião de Toledo, em termos de percentuais 100% deles foram municípios colonizados a partir da década de 1940. Neste período, o estado do Paraná passava a ganhar impulso populacional, devido o processo de colonização em que este se encontrava. Uma vez que em um primeiro momento, preocupou-se com o extrativismo madeireiro e de erva-mate. Segundo pesquisas realizadas, esse processo de colonização contribuiu para um crescimento demográfico,

expansão da comercialização, por exemplo, a implantação de agroindústrias e de planejamento desses municípios.

Importante salientar que, mediante argumentos anteriores, os aspectos culturais cultivados por essas populações (microrregião em estudo) também foram influenciados parcialmente por esse processo e, em especial por essas colonizadoras, determinando o associativismo, socialização de princípios, religião, entre outros fatores que regem o contexto sociocultural desses sujeitos.

2.1.2 Os municípios lindeiros

Por volta de 1982, iniciou-se a formação do lago de Itaipu, que acabou afetando grandes espaços territoriais de vários municípios, com o transbordamento do rio Paraná. Estes municípios “impactados”, atualmente são chamados de “municípios lindeiros” (Figura 3).

As implicações de ordem econômica e social prevaleceram nos debates de cunho político e regional. Assim, Lima et al. (2006), em pesquisas na esfera econômica (empresas) e social (atingidos de Itaipu), verificou o seguinte posicionamento sobre o desenvolvimento regional promovido pela hidrelétrica de Itaipu. Para as Empresas, as usinas hidroelétricas têm “um papel fundamental no desenvolvimento da região, pois trazem um aporte significativo de trabalho especializado e tecnologia que mantém um elevado nível de conhecimento que é irradiado na região”. Já para os Atingidos de Itaipu:

Notou-se que os atingidos de Itaipu definem desenvolvimento regional como sendo ações integradas que beneficiam todas as classes e possibilita o bem estar da população no tocante à saúde, educação, turismo, emprego e tecnologia sendo que essas ações devem partir da característica marcante da região que é a agricultura (LIMA et al., 2006, p. 8).

A região de Itaipu compõe dois organismos locais que visam o desenvolvimento dos municípios atingidos pelo reservatório. São eles: Conselho dos municípios lindeiros são Lago de Itaipu (CML) e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). Órgãos estes que visam o desenvolvimento regional e da população atingida.

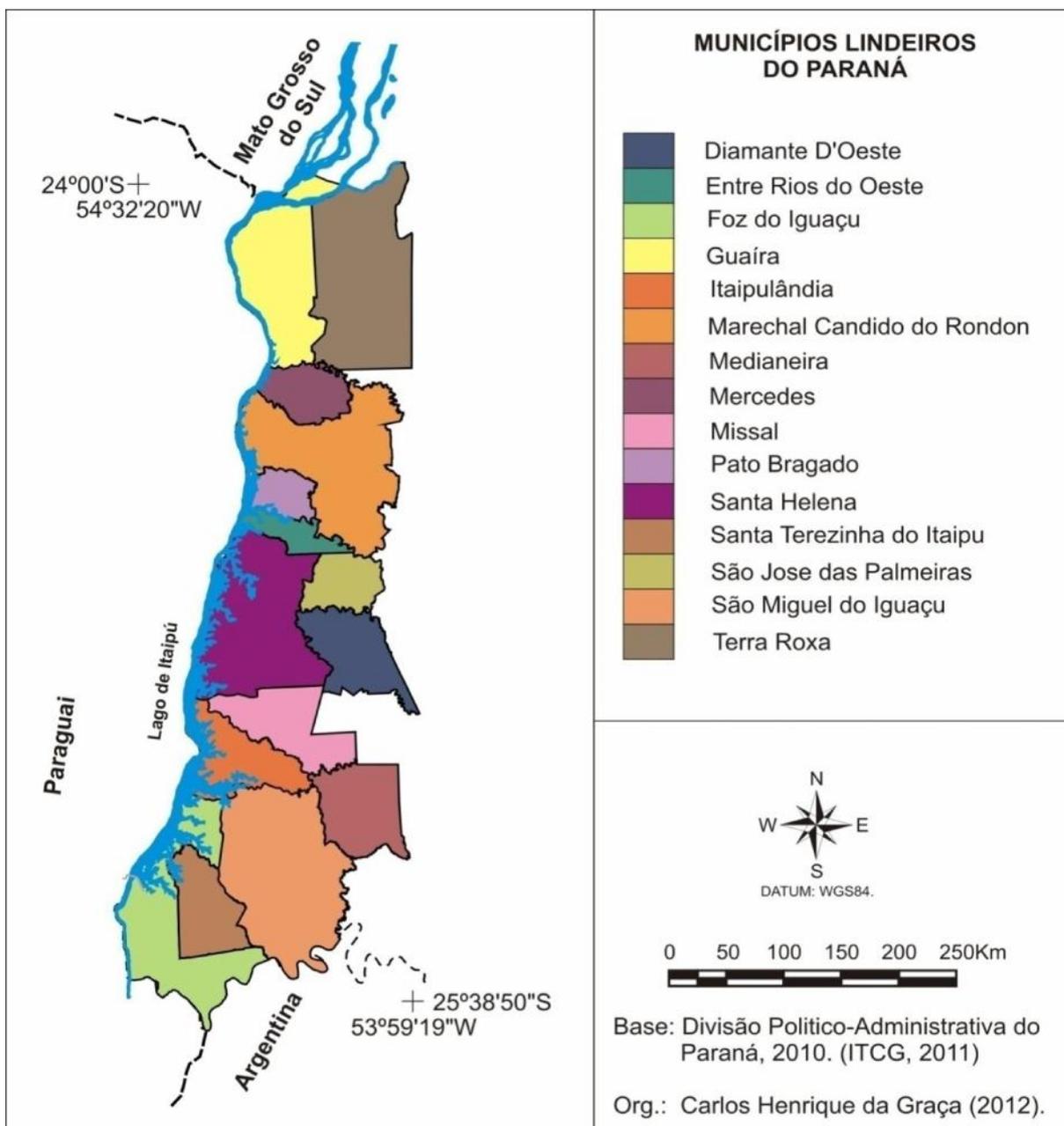


Figura 3 – Municípios lindeiros do Paraná.

O Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (CML) foi criado no início de 1990, e com objetivo de criar mecanismos para a promoção do desenvolvimento dos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu. A sede do Conselho dos Municípios Lindeiros situa-se no município de Santa Helena, e funciona com recursos advindos dos *royalties* pagos aos seus municípios, isto é, as prefeituras municipais repassam um montante de 0,3% de seus *royalties*. Todavia, além dos repasses providos da própria Itaipu para administração do CML, ainda possuem as representatividades dos setores políticos municipais e das áreas comercial e

industrial da região. Sua aplicabilidade passa pelo âmbito (social e econômico), subdividindo as atribuições em Câmaras Técnicas (LIMA et al., 2006).

Na Figura 4 estão os municípios da microrregião de Toledo. Na sequência caracterizamos, ainda que brevemente, esses municípios. Já mencionamos os *royalties* que eles recebem, tema sobre o qual nos deteremos posteriormente.

Destacamos a seguir fotos aéreas de cada um dos municípios estudados evidenciando fatores como características geográficas, histórico, aspectos econômicos e demográficos entre outros considerados relevantes para a contextualização do tema deste estudo.

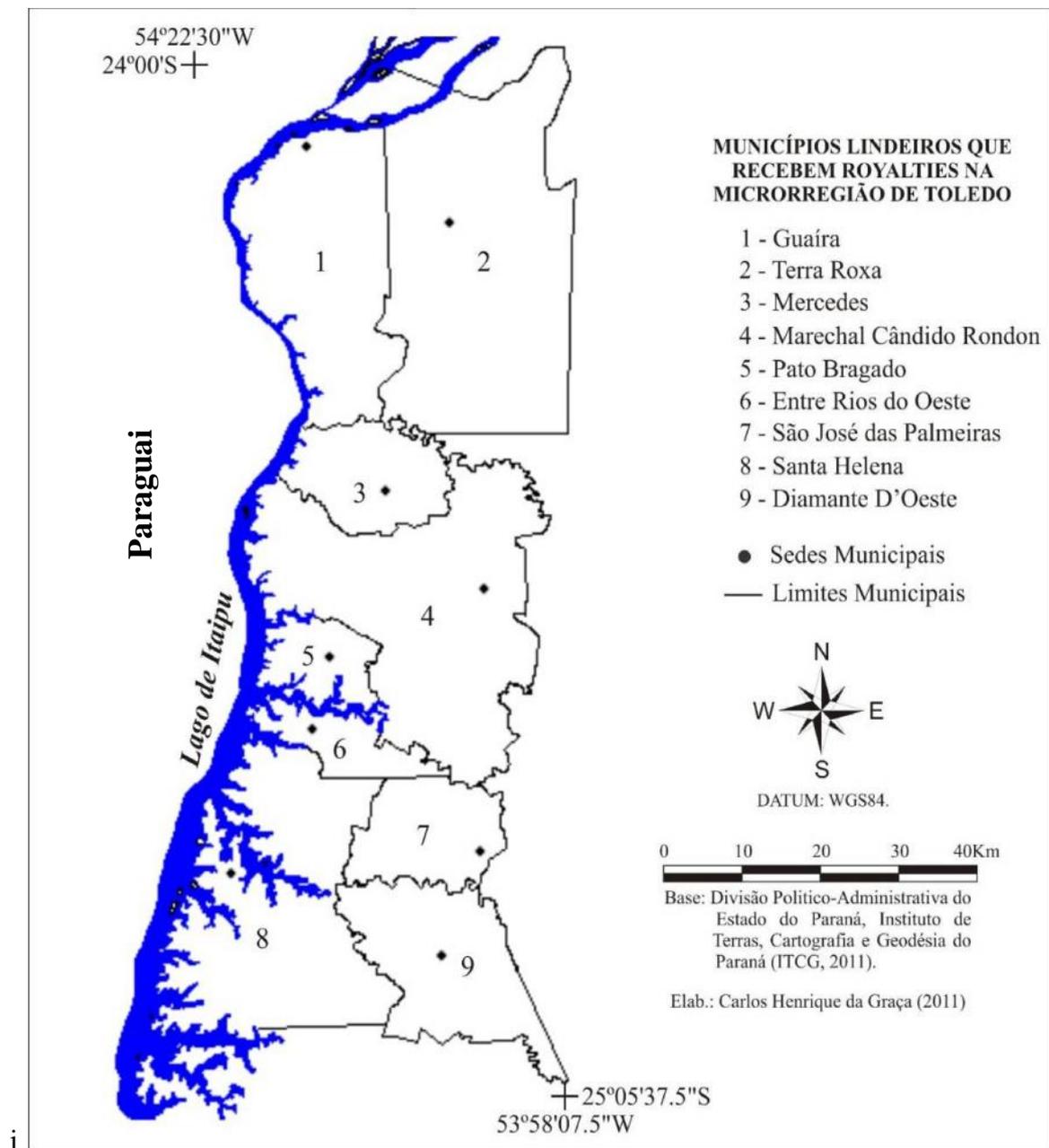


Figura 4 – Municípios limieiros que recebem *royalties* na microrregião de Toledo – PR.

2.1.2.1 Terra Roxa



Figura 5 – Vista aérea do município de Terra Roxa – PR.
Fonte: Município de Terra Roxa. Assessoria de Imprensa (2012).

O município foi criado através da Lei de nº 22; 61, de 14 de dezembro de 1961, a partir do desmembramento de Guairá. A origem do nome Terra Roxa, e devido à colonização italiana no município. Os colonizadores a denominam “terra rossa”, que, em italiano, quer dizer terra vermelha, característica predominante da região. Porém, os nativos brasileiros confundiram a linguagem e batizou o local como Terra Roxa.

A partir da década de 1.980, houve decréscimo da população terraroxense e dentre os motivos foi o êxodo rural que tornou bastante significativo, pois com o desmatamento para o plantio de café, o clima deixou de ser estável nesta região e com isso as grandes geadas começaram a queimar as lavouras de café (IPARDES, 2001).

Os cafeicultores, descontentes, e com a chegada de modernas técnicas de agricultura, começaram a mecanizar as lavouras. O uso de inseticidas próximos às residências; o alto custo de mecanização e fatores econômicos da época levou os pequenos proprietários rurais a venderem suas terras e buscarem as cidades e até outras regiões.

Nas primeiras décadas de emancipação de Terra Roxa, a economia predominante era a cafeicultura. Com o êxodo rural, houve mudanças e, durante uma década (1.980 a 1.990), a

agricultura ainda predominava na economia terra-roxense, sendo bastante diversificada. A partir dos anos de 1.990, o município Terra Roxa começou a se destacar pelo no setor de confecção, principalmente, voltada para a Infantil – Moda Bebê. Atualmente a economia baseia-se na agricultura (grãos), pecuária (bovino de corte) e, recentemente, na indústria de confecção e bordado infantil, “Enxoval de bebê”. No município encontra-se instalados, aproximadamente, cinquenta estabelecimentos voltados à confecção, transformando-se em um pólo de vendas do Estado, dos seus 16.75963 habitantes, 4.000 trabalham na indústria da confecção. No município também é encontrado o sitio arqueológico conhecido como as ruínas da Ciudad Real Del Guaira, que por muitas vezes atraí pesquisadores e pessoas interessadas na história da região.

2.1.2.2 Guaíra



Figura 6 – Vista aérea da cidade de Guaíra – PR.
Fonte: Município de Guaíra. Assessoria de Imprensa (2012).

Guaíra foi elevado à categoria de município com essa denominação pela Lei Estadual de nº 790, de 14 de novembro de 1.951, desmembrando de Foz do Iguaçu, sendo instalado em 14 de dezembro de 1.952. A fundação de Guaíra está intimamente ligada com a Cia Matte Laranjeira, responsável também pela fundação da cidade de Porto Murtinho (Mato Grosso do

Sul). Apesar de ter sido oficialmente emancipada no dia 14 de novembro de 1.951, Guaíra é uma das mais antigas povoações do Paraná. A região do Guairá, densamente povoada por índios da etnia guarani, tem grande destaque na historiografia nacional por ter como uma de suas bases um *pueblo* fundado no ano de 1.557, chamado de Ciudad Real Del Guaíra (cujas ruínas estão hoje na cidade de Terra Roxa, antigo distrito de Guaíra, então pertencente a coroa Espanhola).

Com uma história riquíssima, cheia de revira voltas, o município sempre se orgulhou por “ter possuído” um dia o maior conjunto de cataratas em volume de água do mundo, as fabulosas e inesquecíveis Sete Quedas, submersas em 1.982 para acionar a maior hidrelétrica do mundo, a Itaipu.

Se “por um lado o município sofreu com a perda de um bem natural inestimável e insubstituível como as Sete Quedas” devido à construção da Hidroelétrica de Itaipu, que proporcionou o desaparecimento dos saltos do Rio Paraná, por outro lado o município buscou alternativas que dinamizasse o setor econômico para que não fosse dependente apenas dos recursos provindos do turismo e do fluxo de pessoas que visitavam as cachoeiras.

Os moradores e as lideranças políticas do município lamentam até hoje o fim das Sete Quedas, relatando que os prejuízos econômicos com o fim dessa atividade são incalculáveis para a cidade paranaense, mas mesmo assim, o município mantém projetos para atrair turistas.

Depois (que o presidente do Paraguai Fernando Lugo, sancionou um projeto de lei nº 4.597 de 2012 que foi aprovado no Congresso Nacional, estipulando uma indenização US\$ 10 milhões (R\$ 19 milhões) a mais no seu orçamento a cada ano para o município de salto Del Guaira pela inundação das Sete Quedas, que ocorreu na década de 1980, alegando perdas econômicas pela diminuição ou fim do turismo no município, estimulou da mesma forma, o poder público do município de Guaíra a buscar junto aos poderes constituídos uma indenização pela perda das Sete Quedas.

Além disso, está sendo debatido na prefeitura local do município de Guaíra um dos maiores projetos que envolvem a cidade concentrando-se em uma Plataforma Logística Intermodal que tem como objetivo complementar a rede de rodovias, ferrovias, hidrovias, e aerovias existentes no Estado, por meio, da implantação de um centro logístico no município que, entre outros benefícios, possibilitará a ampliação das atividades dos portos no Paraná (O PRESENTE, 2012).

O município está atravessando por um momento de transformação na parte econômica através de indústria e de empresas de distribuição, fazendo de Guaíra um pólo na região Oeste do Paraná, mas ainda continua centrada principalmente no comércio e no turismo.

2.1.2.3 Mercedes



Figura 7 – Vista aérea da cidade de Mercedes – PR.
Fonte: Município de Mercedes. Assessoria de Imprensa (2012).

Localizado no Extremo-Oeste do Paraná, Mercedes é um dos municípios que compõem essa região, as margens do Lago Internacional de Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

A formação do pequeno povoado de Mercedes se deu através da Empresa Colonizadora Rio Paraná S.A – Maripá, com sede em Porto Alegre (RS). A emancipação político-administrativa de Mercedes ocorreu sob a Lei nº 9.370 de 1.990, quando a população optou pela autonomia municipal por intermédio de um plebiscito, mas a estrutura para gestão própria foi implantada apenas em primeiro de janeiro de 1.993 (IPARDES, 20012).

No vigoroso processo de ocupação destacam dois fluxos migratórios importantes. O primeiro ocorreu pelos migrantes de ascendência européia, vindos dos estados do Rio Grande do Sul e, em parcela mais considerável, de Santa Catarina, chegaram a busca de novas terras e no intuito de realizarem aqui seus sonhos adquirindo melhores condições sócio-existenciais. Estes migrantes, motivados pela propaganda de que o Oeste do Paraná era um local de terras férteis e bom para se viver, foram os que contribuíram na formação ocupacional da região, com a construção de escolas, igrejas e casas comerciais. Um segundo grupo de migrantes que

também se fez importante colaborando na formação do município foram os saídos das regiões Norte e Nordeste do Brasil e outros liberados das lavouras de café do Norte do Estado do Paraná (IPARDES, 2001).

Na base econômica encontram-se agricultura com a produção de soja, trigo, milho e mandioca, bem como, a produção leiteira. Também se destacam algumas indústrias: de laticínios, de transformação de amido de mandioca, de confecções, entre outras. A medicina alternativa também se destaca no município, com uma grande diversidade de plantas medicinais sendo produzida e comercializadas com outros estados e países.

2.1.2.4 Marechal Cândido Rondon



Figura 8 – Vista aérea da cidade de Marechal Cândido Rondon – PR.
Fonte: Município de Marechal Cândido do Rondon. Assessoria de Imprensa (2012).

Marechal Cândido Rondon foi originada a partir de uma vila formada pela empresa colonizadora Industrial Madeireira Rio Paraná S/A – Maripá, no início da década de 1.950m o povoado se desenvolveu com a cultura da erva mate, realizada por gaúchos e catarinenses que escolheram a região para morar. Elevada a distrito de Toledo em 1.953, a Vila General Rondon conquistou sua emancipação política em 25 de julho de 1.960, alterando sua

denominação para Marechal Cândido Rondon. A instalação oficial do município foi em 2 de dezembro de 1961, com a eleição do seu primeiro prefeito Sr. Arlindo Alberto Lamb.

Historicamente o município foi habitado por espanhóis e ingleses, devido ao grande interesse pela exploração da erva-mate e a madeira, sendo posteriormente, colonizado em sua maioria por descendentes alemães, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; é considerado o quarto município mais populoso da Associação do Oeste do Paraná (AMOP), atrás somente de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

Em março do ano de 1.950 ocorreram as primeiras derrubadas de árvores, iniciando assim, a construção da vila. Segundo os moradores pioneiros, os primeiros clarões foram abertos nas proximidades onde atualmente localiza-se a Delegacia de Polícia Civil, iniciando-se desta forma, a construção da Avenida Rio Grande do Sul, nome dado em homenagem aos primeiros moradores vindos daquele estado (IPARDES, 2001).

O município possui uma forte influência da cultura germânica, demonstrada na arquitetura e pelo idioma alemão ainda muito falado entre os mais velhos. Estima-se que 80% da população sejam desta descendência. A cultura e os aspectos culturais existentes em Marechal Cândido Rondon exploram a influência da ocupação inicial através do turismo, aproveitando a denominação de cidade de tradição germânica.

O principal turismo local é o turismo cultural, desenvolvido através da exploração da histórica influência da cultura alemã na colonização inicial do município, que é caracterizada através da arquitetura, músicas, danças, gastronomia e bebidas tipicamente alemãs. Esta influência cultural pode ser percebida na arquitetura da cidade, principalmente em construções de importância turística, retratando os estilos colonial ou enxaimel, estilos típicos alemães. Isso ocorre no Portal do município e no Centro de Eventos, em estilo enxaimel, o qual ostenta 34 fachadas diferentes, que representam estilos de construção de 34 diferentes cidades alemãs. A influência cultural alemã pode ser verificada nas festas municipais, como por exemplo, a Oktoberfest (a maior do Paraná), e outro grande evento a Festa Nacional do Boi no Rolete.

Com uma economia baseada no setor de serviços, o município também se destaca pela sua indústria de alimentos, mecânica, têxtil, produtos minerais não metálicos, pela comercialização de aves de corte e a criação de suínos. Dentro do setor de serviços, o turismo também movimentou a economia local, atraindo visitantes em busca do turismo de aventura, ecológico, cultural e de eventos.

2.1.2.5 Santa Helena



Figura 9 – Vista aérea da cidade de Santa Helena – PR.
Fonte: Município de Santa Helena. Assessoria de Imprensa (2012).

Santa Helena teve origem em um projeto de apropriação pela Madalozzo de Erechim-RS, sendo que as primeiras famílias a desembarcarem no porto de Santa Helena foi por volta de 1.920, e encontraram nesta região um contingente razoável de ingleses que exploravam madeira e erva-mate (IPARDES, 2001).

Em 1.924, o município foi palco de algumas ações da lendária Coluna Prestes, que em sua passagem pela região expulsou os ingleses deste território. Só então, através da lei Estadual nº 5.479, de 03 de fevereiro de 1.967, e instalado em 29 de dezembro de 1.968, o município de Santa Helena, sendo nesta mesma data desmembrado de Medianeira e Marechal Cândido Rondon (IPARDES, 2001).

Por se localizar as margens do Lago de Itaipu, Santa Helena conta com um grande potencial turístico, que juntamente com a agricultura e a atividade industrial compõe o PIB do município. Durante a temporada de verão a cidade recebe aproximadamente 10 mil pessoas, grande parte proveniente dos países vizinhos Argentina e Paraguai, tendo um dos melhores complexos turísticos da Costa Oeste. Santa Helena está localizada no centro da Costa Oeste do Paraná, às margens do lago de Itaipu. Na formação desde lago, a cidade teve tomando

certo território. Foi nesta ocasião que passou a ser conhecida como a Terra das Águas. Hoje tem apenas um acesso por terra, ficando praticamente ilhada do restante do estado.

2.1.2.6 Diamante do Oeste



Figura 10 – Vista aérea da cidade de Diamante do Oeste – PR.
Fonte: Município de Diamante do Oeste. Assessoria de Imprensa (2012).

Diamante do Oeste é considerado um dos menores municípios do Estado, tornou-se em 16 de julho de 1.979 um distrito administrativo e, oito anos após, em 21 de dezembro de 1.987, foi desmembrado de Matelândia, sendo elevada a categoria de município instituído oficialmente em 1º de janeiro de 1.989. Sua economia é baseada na agricultura e pecuária, destacando-se no cultivo de algodão, soja, milho, mandioca e criação de bovinos, suínos e aves (IPARDES, 2001).

Diamante do Oeste apresenta um relevo acidentado e natureza exuberante, diferenciando dos demais municípios de sua região, com belas cachoeiras e trilhas ecológicas.

O turismo também se tornou fonte de renda após a construção da usina de Itaipu, sendo que em Diamante do Oeste está a Reserva Indígena “Tekohá Añatete” que significa “Terra Prometida”. Situada em meio à vegetação nativa e às margens do Rio São Francisco, despertando o interesse e o estudo de outros povos com relação ao modo de vida, organização social e econômica dos membros dessa tribo Avá Guarani.

Outro local que também tem recebido vários turistas para visitação é o Mirante, o ponto mais alto da cidade, em que se pode observar o Lago de Itaipu e toda sua região em torno.

2.1.2.7 São José das Palmeiras



Figura 11 – Vista aérea da cidade de São José das Palmeiras – PR.
Fonte: Município de São José das Palmeiras. Assessoria de Imprensa (2012).

O exemplo do que ocorreu com muitos municípios do oeste do Parana, São José das Palmeiras também tem sua história vinculada a uma das principais incorporadoras que chegaram à região por volta de 70 anos atrás.

O território que hoje compõe o município era ligado à vastidão de terras da colonizadora Maripá, a partir de uma área conhecida por Fazenda Britânia. A  rea passou a fazer parte do projeto que, mas tarde viraria o município de São José das Palmeiras a partir do ano de 1.946.

Sua região foi durante longo tempo percorrido pelos antigos ervateiros e com a forma o da colonizadora Maripá na área da Fazenda Britânia, em 1946, a área de São José das Palmeiras passou a fazer parte do projeto. Pela lei 7.159, de 17 de junho de 1979, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, e em 17 de agosto de 1980, através da lei estadual n  875, foi criado o município de São José das Palmeiras, com território desmembrado de Santa Helena.

Em São José da Palmeiras sobressaem as belas paisagens serranas, sendo que a sua principal atividade   agropecuária, onde o gado de corte ajuda a mover a economia local e

conta ainda com a diversificação de vários produtos como, por exemplo, a mandiocultura, uma atividade que faz parte da diversificação agrícola nas pequenas áreas que mantêm a família rural no campo.

2.1.2.8 Pato Bragado



Figura 12 – Vista área da cidade de Pato Bragado – PR.
Fonte: Município de Pato Bragado. Assessoria de Imprensa (2012).

O município de Pato Bragado foi colonizado na década de 1950 pela Companhia Madeireira Rio Paraná – Maripá, que atuou em todo extremo oeste do estado do Paraná. Em 29 de dezembro de 1.962, o aglomerado de Pato Bragado tornou-se distrito de Marechal Cândido Rondon. No dia 12 de abril de 1.965 foi elevado à categoria de distrito administrativo e judiciário.

O processo para emancipação político-administrativo de Pato Bragado foi organizado pelo conselho de Desenvolvimento Comunitário no período de 1.989/90. Um plebiscito consolidou esse processo e em 18 de junho de 1.990, através da lei Estadual nº 9.229, Pato Bragado tornou-se município, desmembrando-se de Marechal Cândido Rondon. Em 1º de janeiro de 1.993, ocorreu à instalação do município.

O nome dado ao município teve como base um navio, de mesmo nome, o maior deles que ancorou no Porto Britânia. Hoje, o Porto Britânia está submerso, pois foi engolido pelas águas represadas do Rio Paraná.

A exploração Madeireira foi responsável pela ocupação da região, mas tendo em vista que sua comercialização era exclusivamente da companhia, os proprietários locais passaram a dedicar-se à agricultura e pecuária como forma de subsistência. O município tem como base econômica a agricultura e atualmente, a região é predominante agrícola, ganhando destaque na economia estadual.

Assim como os demais municípios, sua população depende muito da administração municipal, ou seja, dos serviços essenciais de saúde, educação, com incentivos para os estudantes; do apoio social, bem como de parcerias para o desenvolvimento do comércio, indústria e agricultura.

Pato Bragado é destaque em sua arquitetura enxaimel, herança dos primeiros migrantes que vieram residir nesta região e também pela Festa Nacional do Cupim assado, em homenagem à população e emancipação de Pato Bragado, onde atrai visitantes dos mais diversos lugares, sendo que a cultura alemã está presente na culinária e no portal de entrada.

2.1.2.9 Entre Rios do Oeste



Figura 13 – Vista área da cidade de Entre Rios do Oeste – PR.
Fonte: Município de Entre Rios do Oeste. Assessoria de Imprensa (2012).

Entre Rios do Oeste começou a ser colonizada pela empresa Industrial Madeireira Rio Paraná – Maripá por volta de 1.956. O local era circundado pelos rios São Francisco

Verdadeiro e São Francisco Falso e, por isso, foi denominado “Entre Rios”. Posteriormente, com a constatação de que já havia outras localidades com esse nome, foi acrescentado o “do Oeste”, resultando no nome atual. Por se tratar de uma localidade ilhada, por causa dos rios que circulam a ocupação só foi possível depois da construção de uma ponte sobre o rio São Francisco Verdadeiro em 1.959.

O desenvolvimento do município se deu de forma rápida, o que acarretou, na década de 1.980, no movimento de emancipação do município. Desse modo, no dia 18 de junho de 1.990 foi criado o município de Entre Rios do Oeste e, em 1.992, quando também, ocorreu à primeira eleição para o poder executivo e legislativo da cidade.

A base da economia é predominantemente agrícola, com culturas de soja, milho, trigo e mandioca; além das pequenas propriedades que cultivam algodão e hortifrutigranjeiros. Os rebanhos de suínos e de gado são destaques, entretanto, existem também as criações de peixes e ovinos. O município apresenta grande vocação para a agroindústria e o turismo, com destaque especial para a canoagem.

Contudo, encontra-se um crescimento de indústrias no município, principalmente após a criação do Parque Industrial pela prefeitura e concessão de incentivos. Um dos ramos industriais mais fortes na cidade é o de confecções, já que gera renda e ajuda a diminuir a taxa de desemprego local.

Outra forma de arrecadação do município diz respeito aos *royalties* pagos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu após a formação de seu reservatório em 1.982. Além da compensação financeira, o lago apresenta outras fontes de renda, como a pesca, a recreação, lazer e turismo; já que o reservatório conta com pequenas praias artificiais.

2.1.3 A Costa Oeste

A região alagada pela Itaipu é denominada, atualmente, de Costa Oeste Paranaense, e os seus municípios são rotulados de municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. Vários estudos foram realizados sobre o Paraná e a sua economia, vincula-se aos Campos Gerais a mineração, o tropeirismo, a erva-mate, a madeira e a imigração européia. O Paraná Tradicional, capitaneado pela Região Norte Pioneira, localizada no Paraná Tradicional, é considerada como um prolongamento da economia paulista, sua ocupação foi por mineiros e paulistas cuja principal atividade foi à cafeicultura. As Regiões Oeste e Sudoeste, no Paraná

Novo, teve a ocupação estimulada por problemas que atingiram o Rio Grande do Sul. Os colonizadores gaúchos mantinham os seus vínculos (costumes e tradições) e as atividades desenvolvidas eram as lavouras brancas (soja e trigo), consequência da modernização da agricultura.

A construção de Itaipu buscou aproveitar uma parte do leito do rio Paraná, sobretudo a parte situada na porção Oeste do Paraná, aproveitando principalmente o desnível acentuado do trecho entre os municípios de Guaíra e Foz do Iguaçu, de forma que a região Costa Oeste como qualquer outra, possui uma identidade cultural com características e forma de organização social própria. Nas reflexões de Vanderlinde (2000, p. 223),

[...] a Costa Oeste, sobre a qual tencionou desenvolver algumas reflexões, trata-se de um espaço geográfico que, a exemplo de outros, passa por um processo de reterritorialização, numa tentativa de revitalização de uma área lindeira à Barragem de Itaipu, que ficou significativamente impactada a partir da formação do lago artificial.

A mudança no cenário regional e as formas de organização social, econômica, política e ambiental, implicaram em uma reterritorialização em virtude dos impactos causados pela formação do reservatório.

Em 27 de março de 1969, foi inaugurada a pavimentação da BR 277, que liga Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá. A única ligação que havia entre o Paraguai e o Brasil era a Ponte da Amizade, ligando Foz do Iguaçu a Ciudad Del Este no Paraguai. Houve um processo de modernização a partir da década de 1960, onde ocorreram mudanças marcantes no meio rural. Desse modo, o agricultor teve que aderir a outras atividades para poder sobreviver, devido que o mesmo não tinha auto-suficiência necessária para realizar seus trabalhos (RIBEIRO, 2005).

Durante os anos 1970, a agricultura que estava sendo modernizada teve uma segunda modificação profunda da Região Oeste. Para a modernização foi implantado um padrão tecnológico exigente com relação a máquinas e tratores, técnicas de cultivo; sendo assim um fato marcante em sua história regional.

Os povos de fronteira, especialmente brasileiros, argentinos e paraguaios, sejam migrantes ou não, vivenciam a ambiguidade territorial, ao mesmo tempo, em que se depara com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais, convive com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e até mesmo políticas, de caráter transfronteiriço. Esses são espaços, nos quais, o local e o internacional se entrelaçam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos

fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos que constrói, reelabora e constitui outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não “respeitam” as barreiras existentes, já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando essa dinâmica informal.

As ideias trazidas por Heidrich (2004, p 7), nas quais, expõe que a formação de um território é a materialização dos limites de fixação, revelando formas de organização bem mais complexas, sendo o Estado à institucionalização política do próprio espaço dessa sociedade. Nesse sentido, sendo as regiões um seccionamento do território, elas não deixam de ser fruto das relações de poder, pois são regiões autodenominadas por um interesse em relação à unidade territorial maior e propiciam a construção de um sentimento de pertencimento.

Os municípios lindeiros constituem, juntamente com mais 46 municípios, a região Oeste do Paraná. Essa região, através da mecanização da agricultura tornou-se uma referência em termos de quantidade e produtividade nas culturas de exportação, principalmente a soja, o milho e o trigo. A comercialização desta produção estabeleceu uma infraestrutura de beneficiamento, armazenagem e transporte moderno. Com todos esses atributos, o desenvolvimento agroindustrial encontrou ambiente propício ao seu crescimento e dentre as diversas cadeias do agronegócio, algumas são mais recentes, como é o caso da mandioca e da criação de peixes. Estas têm buscado condições de consolidação especificamente nas áreas limítrofes ao lago de Itaipu, com os municípios lindeiros. Vale destacar que as matas são reflexos das áreas de preservação da Usina de Itaipu, bem como um prolongamento do Parque Nacional do Iguaçu, que aliados à pesca esportiva, são atrativos aos visitantes que se dirigem para a região tornando um grande atrativo turístico, atraindo turistas de todas as regiões brasileiras e do exterior (IPARDES, 2001).

A questão agrária é um tema muito presente para as fronteiras brasileiras, refletindo em movimentos migratórios. Os fluxos migratórios da fronteira entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai têm muito a ver com o processo de valorização de terras. As recentes migrações de fronteira do Brasil (década de 1970-80) em direção a esses países, causadas por questões agrárias, seriam de duas naturezas distintas, porém inter-relacionadas (MÜLLER, 1995). Sendo eles, a migração de proprietários rurais ou empresários agrícolas (que tanto podem ser grandes proprietários como pequenos produtores familiares) em busca de terras mais baratas para produzir ou especular; e a migração de trabalhadores rurais ou pequenos

produtores que foram desapropriados pelo processo de modernização da agricultura, na busca de condições de subsistência.

Aliada ao processo de modernização, a migração também se intensificou com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional – Brasil e Paraguai - (década de 1970), pois foram muitos os agricultores que tiveram suas propriedades invadidas pelo espelho d'água da barragem que receberam indenizações insuficientes para compra de novas terras no Brasil. Esses produtores migrantes, a maioria paranaenses do oeste do estado, optaram por deslocar-se ao vizinho Paraguai onde as terras eram mais em conta. Além disso, no ano de 1967, o governo paraguaio aboliu uma lei que proibia a compra por estrangeiros de terras na faixa de 150 km de suas fronteiras (MÜLLER, 1995).

Müller (1995) acrescenta que concentrada numa região historicamente cobiçada e de grande importância estratégica, atualmente, no contexto do MERCOSUL, o fluxo brasileiro assumiu nas últimas três décadas grandes proporções, a ponto de constituir um verdadeiro "espaço brasiguai", cujas dimensões exatas, no entanto, não são totalmente conhecidas, já que boa parte da colonização se desenvolveu nos limites da ilegalidade, ainda que com a conivência do poder público.

A designação de Região Costa Oeste, a qual passa a ser popularmente conhecida, não deixando, contudo, de estar permeada por interesses políticos e econômicos, que visam além da manutenção do repasse do recurso dos *royalties* aos municípios, atrair novos investimentos para a região, entendendo que estes poderão contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, mas que na maioria das vezes, exigem contrapartidas públicas (HEIDRICH, 2004).

Diante disso, há necessidade de que sejam pensadas propostas de ações com o intuito de promover o seu desenvolvimento regional. Tomam-se, para tanto, as colocações de Leismann (2008), o qual alerta que ao setor público cabe financiar estudos de viabilidade, criar as condições de infraestrutura e qualificar os recursos humanos, podendo financiar projetos, via fundos de desenvolvimento, por exemplo. Todavia, devem se tiver garantias de que os recursos públicos não sejam repassados para alguns privilegiados, exigindo-se assim maior volume de investimentos da iniciativa privada.

A Costa Oeste, em sua realidade atual, permite entender o significado das localidades, ou seja, a cidade é parte integrante dessa região. A interação das cidades por meio da circulação de pessoas, mercadorias, serviços e informações, constituem uma rede de articulações, vista em seu conjunto pela perspectiva regional. Nesse contexto local-regional ocorrem, segundo Hissa e Lobo (1999, p. 12), dois fenômenos simultâneos: “[...] a redefinição

dos papéis do Estado e a descentralização política, com a ampliação das competências dos governos locais. Essa situação implica aumento progressivo das responsabilidades dos municípios em assumir a problemática urbana”.

Com o efeito, Lima et al. (2006) argumenta que não existe desenvolvimento, nem melhora na qualidade de vida e, nem mesmo, garantia de sustentabilidade ao longo prazo, se não houver iniciativas governamentais visando melhor condição educacional, observando além, que a melhor qualificação incentiva à produção de inovações.

Os municípios lindeiros constituem-se, com essa condição, pela formação do lago de Itaipu, em 1982, após a construção da usina da Hidrelétrica de Itaipu, resultado de um acordo binacional entre o Brasil e Paraguai que represou o Rio Paraná, na linha de fronteira entre os dois países. Os novos arranjos sociais e ambientais provocados pela tecnologia da Itaipu, particularmente nessa região, elucidam a complexa relação entre o ambiente, à tecnologia e a sociedade (SOUZA, 2009).

Na região alagada pelo reservatório de Itaipu, a colonização foi procedida de forma sistematizada pelas companhias colonizadoras, das quais, a mais importante foi a Indústria Madeireira Colonizadora do Rio Paraná (Maripá). A região de Itaipu, devido aos solos mais planos, a mecanização agrícola foi mais acentuada, e a expansão das culturas temporárias trouxe rapidamente um crescimento econômico e a formação de uma base de exportação (IPARDES, 2001).

2.2 A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU E SUA ATUAÇÃO

2.2.1 A região de Itaipu

Levando em consideração a localização da Hidroelétrica de Itaipu, situada praticamente no centro da Bacia da Prata e caracterizada como grande receptáculo das águas da Bacia do Paraná é conveniente lembrar que sua importância vai além da geração de energia elétrica e deve ser considerado nos contextos socioeconômico e ambiental, onde a busca de alternativas sustentáveis é fundamental para os países concentrados no seu entorno (ITAIPU BINACIONAL, 2000).

A Itaipu possui grandes áreas protegidas compostas pelos refúgios biológicos, reservas biológicas e faixa de proteção, destinando-se a proteção ambiental. Estas foram criadas com o objetivo de proporcionar boas condições de qualidade da água do reservatório, servir como zona de atenuação dos impactos ambientais e conservar o patrimônio natural de flora e de fauna (ITAIPU BINACIONAL, 2000). Sendo necessário o zoneamento ecológico-econômico da região, orientando-a para a reorganização de seu meio rural e a modernização na busca de uma agropecuária agra ecológica, bem como, para o processo de urbanização em sentido amplo – nele incluídas as atividades produtivas das cidades e para a infraestrutura econômica e social turística. Estes são fatores capazes de condicionar e impulsionar, em caráter permanente, o desenvolvimento.

O Conselho dos Municípios Lindeiros, em parceria com a Itaipu Binacional, implantou no ano de 2002, a proposta descentralizada de educação ambiental junto aos 16 municípios lindeiros, atingindo especialmente as escolas municipais e estaduais e os produtores rurais. Essa educação inicia-se com a destinação das embalagens de agrotóxicos usadas na agricultura. Para isso, a Itaipu Binacional e os municípios integram-se ao programa específico do governo do Estado do Paraná (ITAIPU BINACIONAL, 2000).

Além disso, vem sendo desenvolvido um Projeto Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que visa identificar o destino dos dejetos orgânicos, principalmente os procedentes da suinocultura, que recebem tratamento preventivo. Com o recurso hídrico preservado, os retornos em termos financeiros serão maiores, visto que essa área é um grande atrativo turístico, que conseqüentemente traz retornos econômico-financeiros para toda a região lindeira.

A Assembleia Legislativa do Paraná autorizou o governo do Paraná, no dia 21 de maio de 2005, a contratar US\$ 60 milhões em empréstimos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além dos recursos dos *royalties*. Tais recursos se destinam à implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (Prodetur Sul), que no Paraná envolvem valores que chegam a US\$ 100 milhões - 40% dos recursos farão parte de contrapartida do governo federal, governo do Paraná e dos municípios (ITAIPU BINACIONAL, 2000).

Segundo a Agência Estadual de Notícias, as ações do programa são planejadas e desenvolvidas regionalmente em áreas prioritárias. A primeira área prioritária foi a de Foz do Iguaçu, região escolhida por ser a que concentra o maior fluxo turístico internacional, tendo, por conseguinte, a melhor condição de aprovação como piloto. Além de Foz do Iguaçu, mais sete cidades da Costa Oeste receberam os recursos da primeira fase do Prodetur, a saber:

Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Entre Rios do Oeste e Guaíra.

Ainda segundo dados da Itaipu, para o estabelecimento de um cenário desejado são necessários as seguintes condições: otimização dos recursos hídricos (isto preconiza o gerenciamento integrado das águas); ampliação da biodiversidade (como fonte permanente de riqueza e bem estar); proteção e controle ambiental (constitui-se numa das formas mais eficazes para a preservação e proteção dos mananciais, bem como para assegurar a boa qualidade da água); e o esclarecimento da sociedade sobre os efeitos ambientais das atividades humanas (através da educação ambiental, bem como o estímulo à participação comunitária em seu controle, são imprescindíveis para as respostas da comunidade em relação a tais questões).

De acordo com Piffer (1999), as mudanças ocorridas no estado do Paraná e a compreensão do crescimento da Região Oeste relacionam-se diretamente com a dinâmica da população. Essa dinâmica influi na formação da estrutura produtiva regional. Nesse sentido, para compreender uma região é preciso compreender a localização da população e a forma como ela influi na ocupação do espaço regional.

2.2.2 Fundação da hidrelétrica

O Brasil, como é conhecido e mostrado a partir da década de 1950, dá início ao processo de industrialização. Pressupondo a produção de energia para seu crescimento, em 1957 o Estado construiu a barragem de Furnas, garantindo o aumento de oferta energética para a industrialização (SOUZA, 2009).

Segundo Souza (1998), o crescimento demográfico e a expansão socioeconômica marcaram o momento de execução de grandes obras do Brasil, centralizando estruturas de crescimento polarizado no período em que a Itaipu Binacional estava inserida no processo de modernização em que o Brasil vivenciava na década de 70 fazendo parte da história que marcava o país.

A construção da hidrelétrica de Itaipu desenhou um novo cenário político no Brasil, resgatando várias formas de análise, com perspectivas diferentes, mostrando contradições e conflitos. Enquanto uma parcela da população, representando alguns segmentos artísticos, políticos e de outros profissionais, tratava a obra como uma referência tecnológica do mundo

contemporâneo; outros compreendiam que os impactos ambientais e deslocamentos da população eram problemas. Problemas que geraram, em defesa das populações deslocadas, manifestações em vários setores da sociedade (MÜLLER, 1995).

A Hidrelétrica de Itaipu também fez parte do acordo realizado entre Paraguai e Brasil, tentando gerar um crescimento populacional. No Oeste do Paraná os agricultores até tentaram cultivar o café, os mesmos foram atraídos pela qualidade dos solos – a famosa “terra roxa”, mas não obtiveram o sucesso desejado (MÜLLER, 1995).

O investimento no setor energético brasileiro foi consequência de demandas criadas pelo processo de industrialização, assim como pela escassez de reservatórios existentes. Comumente, atendendo ao objetivo do empreendimento que é de satisfazer mercados específicos, a energia produzida passa a deixar, na região, quantidades de eletricidade suficientes para suprir necessidades de desenvolvimento local. A importância da hidrelétrica para as mudanças provocadas está em vários níveis. Durante o período da construção, pelo montante de recursos mobilizados como também pelo afluxo de trabalhadores, a cidade de Foz do Iguaçu – localização da construção – teve um grande impacto pela demanda de serviços, ocasionando problemas no ordenamento do sistema urbano da cidade e, ao mesmo tempo, dinamizou a economia, considerando os aspectos que contribuem para o desenvolvimento, a partir, da construção da Hidrelétrica de Itaipu. (SOUZA, 1998).

Do ponto de vista da ênfase desenvolvimentista, a nova configuração regional que uma barragem provoca poderá exercer uma influência preponderante no desenvolvimento da região, contribuindo para a criação de um número apreciável de novos empregos e de novas atividades produtivas.

No entanto, é necessário reconhecer que a análise dos impactos socioeconômicos regionais representa um desafio aos planejadores e demais profissionais envolvidos. Em virtude de grande número de fatores imprevisíveis, estimativas sobre as alterações socioeconômicas resultantes da construção de reservatórios certamente estarão sempre afetadas de um elevado grau de imprecisão (SOUZA, 2009).

Um dos processos para a constituição regional são as alterações em terras rurais e urbanas para permitir que o lago se forme, contribuindo para o rearranjo espacial em vastas áreas atingidas pelo reservatório. No caso da Itaipu, após o alagamento, alguns municípios começaram o processo de desmembramento territorial, formando com isso novo municípios, que configuraram a atual região lindeira.

Conforme Souza (2009), a reorganização dos espaços, a reestruturação dos sistemas produtivos e a recuperação da infraestrutura acontecem à desestruturação imposta. Esse

fenômeno de acomodação produz uma oportunidade ímpar (e rara) para se direcionar a estrutura socioeconômica de uma considerada região.

2.2.3 Geopolítica da Hidrelétrica de Itaipu

A partir da década de 1970, a formação dessa região aprofunda a inserção do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro. Contextualizar historicamente a construção da maior hidrelétrica do mundo em produção de energia através de sua geopolítica poderá, portanto, contribuir para análise da produção do espaço regional em curso (SOUZA, 2009).

O estado na economia brasileira sempre teve papel significativo e expressivo como produtor de espaço, sobretudo nos últimos 30 anos, por múltiplos instrumentos e visando a valorização do capital. Assim, a intervenção do Estado na economia brasileira foi indutora do processo de crescimento econômico, influenciando e induzindo fortemente as decisões do setor privado quanto à alocação de recursos na economia.

Em meados da década de 1950 e até o final dos anos 1970, o desenvolvimento econômico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção do Estado, cujas bases foram à intervenção direta na produção e a forte concessão de subsídios, o que provocou uma expansão do produto, mas também aumentou o déficit e a dívida pública (SOUZA, 2005).

A consolidação de uma economia moderna, mediante a implantação de novos setores, a criação e a adaptação de tecnologias, vinculou-se ao propósito de suprir uma demanda de energia, diante da crise que afetaria os fundamentos da sociedade industrial moderna (SOUZA, 2005).

De acordo com Vainer (1992, p. 51),

[...] as grandes hidrelétricas constituem por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento (GPI). Sua multiplicação, a partir dos anos 60 e 70, consolidam uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade.

A inserção histórica da construção de Itaipu é um elemento importante de análise, principalmente porque marca um ciclo importante do capitalismo brasileiro e mundial. As

políticas de desenvolvimento direcionam o parque industrial brasileiro para um padrão semelhante ao dos países industrializados, buscando incluir o Brasil entre os países industrializados.

O debate sobre Itaipu, nos anos de 1973 e 1974, questionava a magnitude da usina, sendo o projeto considerado por muitos extremamente ambiciosos, tendo em vista as dimensões e as perspectivas de crescimento da economia brasileira. Ocorre, porém, que se verificou posteriormente um acelerado crescimento do consumo de energia elétrica, de modo que essas obras acabaram se revelando adequadas aquela perspectiva e o mercado absorvendo toda a capacidade geradora que vinha sendo instalada no país. Pode-se assim considerar que a crise está relacionada à produção e ao consumo de energia (SOUZA, 2009).

A Itaipu foi idealizada durante os anos do “milagre econômico” que caracterizou o Brasil pós-64, período no qual foi imposto um Estado que colocaram em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar uma indústria de bens de capital (ITAIPU BINACIONAL, 2000).

O projeto de Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia. Constituiu uma “alavanca” indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, conforme palavras utilizadas pelos militares da época. “Afinal, essas obras faraônicas foram à menina dos olhos do regime autoritário brasileiro que se apresentava como símbolo do Brasil Grande”, como necessárias a Segurança e Desenvolvimento do país (FERRARI, 2009, p. 94).

2.2.4 Impactos socioambientais

Com a construção da hidrelétrica de Itaipu houve um desencontro entre a modernidade, o homem e o meio ambiente, e como consequência trouxe impactos sociais imensuráveis, ou seja, efeitos traumáticos como: psicológicos, sociológicos e econômicos que atingiu tanto os barrageiros como os agricultores. Para atenuar as circunstâncias e suas implicações, cada município da região que sofreu alagamento de seu território recebe mensalmente recursos da União, que são repassados pela Itaipu, denominado *royalties*.

A Lei Federal nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989, traz a instituição da compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos. A lei Federal nº 8.001, de 10 de março de 1990, definiu os percentuais de distribuição da compensação financeira dos

royalties que vem prescrito na Lei nº 7.990 (PIMENTA, 2010). O decreto Federal nº 1 de 11 de janeiro de 1991, determina que 37,7 % dos recursos cabem aos municípios lindeiros Paranaense e o mesmo índice ao governo do Paraná, 8% ao DNAEE; 2% ao SCT; 05% a Mundo Novo e 0,5% ao Governo do Mato Grosso do Sul, além de 13,5% aos Estados e Municípios a montante do reservatório da Usina.

Através da legislação o repasse dos *royalties* se dá pela seguinte forma: Primeiramente a Itaipu repassa os recursos à Eletrobrás, que por sua vez, o deposita no tesouro nacional, que em obediência a legislação Federal faz o pagamento aos municípios.

É relevante lembrar que os municípios passaram a receber essa compensação no ano de 1985. Anteriormente, os recursos eram recebidos apenas das vias normais e habituais (recursos estaduais, federais e receita local).

2.3 MICRORREGIÃO DE TOLEDO, SUAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Na região os baixos indicadores de desenvolvimento em cada município com relação às taxas de empregabilidade e renda apresentam-se numa forma regular, com intervalos de 0,4 a 0,6, expondo ainda os municípios de Diamante do Oeste e Mercedes um baixo desenvolvimento (inferior a 0,4), quando a situação ideal em cada índice é representada por 1 (Gráfico 1).



Gráfico 1 – Emprego e renda nos municípios lindeiros da microrregião de Toledo – PR (2010).

Fonte: IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Uma das razões assinaladas para esse baixo desempenho pode estar relacionada ao desinteresse empresarial pela região, devido a difícil acessibilidade em que se encontram esses municípios. Assinalar-se também a falta de investimento devido certas limitações públicas, em que possam ser revertidos os recursos financeiros. Enfim, uma série de indícios que retratam a atual situação desses municípios que estão relativamente ligados às contribuições das áreas contempladas pelos *royalties*.

As transformações ocorridas na região geraram problemas sociais, em especial em decorrência da construção da Usina de Itaipu (Tabela 1). A partir da década de 1970, com início das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, cerca de 40 mil pessoas, ao longo dos oito municípios brasileiros afetados pela formação do lago, começaram a viver o drama da expropriação, sendo aproximadamente 20 mil o número de desapropriados no Paraguai, num dos maiores processos migratórios da história contemporânea brasileira.

Tabela 1 – Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu

| Tipos | Nº. de Propriedades | Área (ha) |
|--------------|----------------------------|------------------|
| RURAIS | 6.913 | 100.607,7325 |
| URBANAS | 1.606 | 484,7890 |
| TOTAL | 8.519 | 101.092,5215 |

Fonte: Itaipu Binacional.

Nas transformações sofridas pela região Oeste do Paraná, a sociedade que ali se organizou e continua se organizando, proporcionou uma ampla dinamização na produção agrícola, relacionada em grande parte à agroindústria local, mediante a utilização dos recursos naturais.

O desenvolvimento econômico e também social da Região Oeste do Paraná caracteriza-se, cada vez mais, pela polarização. Alguns municípios apresentam força de atração sobre atividades produtivas, deixando os municípios menores com uma dinâmica cada vez mais dependente dos pólos.

Verifica-se que apesar das compensações existentes por meio dos *royalties* e do uso do lago para fins turísticos, ainda existem muitos desafios na região e nos municípios lindeiros para viabilizar melhores condições de vida para seus habitantes.

3 CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO E NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Na primeira parte do trabalho, focalizou-se a região Oeste do Paraná que passou por muitas modificações e teve sua vida local bastante afetada. As transformações acarretaram em implicações negativas como a perda de áreas que foram alagadas, atrativos turísticos que desapareceram, enfim mudanças ambientais e sociais. Contudo, as modificações trouxeram também implicações que poderiam ser consideradas positivas, como o uso do Lago de Itaipu como elemento recreativo e, portanto, um atrativo turístico, além da compensação financeira que os municípios limieiros vêm recebendo.

Para prosseguir com essa análise, considerou-se necessário pensar, sobretudo, num contexto político que abrangesse os municípios limieiros da microrregião de Toledo - PR no cenário nacional para assim evidenciar as particularidades, em especial, quando a diferenciação no acesso a receitas financeiras, devido o recebimento dos *royalties* da Itaipu.

3.1 MUNICÍPIOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

As características espaciais e culturais de um município são influenciadas pelo seu processo de ocupação. Assim, a área geográfica da Região Oeste do Paraná está atualmente subdividida em 50 municípios. Limita-se, a leste, com a Região Centro-Sul do Paraná; ao sul, com a Região Sudoeste do Paraná e com a Argentina, tendo o rio Iguaçu como divisa; ao norte, com a Região Centro Ocidental do Paraná; e mais a noroeste, com a Região Noroeste do Paraná, tendo o Rio Piquiri como divisa; e a oeste, com o Paraguai e o Mato Grosso do Sul, com o rio Paraná fazendo a divisa.

A origem das localidades atualmente formalizadas como municípios na delimitação da Região Oeste do Paraná pode ser entendida, a partir da análise dos fatos que ocorreram em três etapas distintas; sendo a primeira referente ao período de 1514, quando chegaram à Região os primeiros conquistadores portugueses e espanhóis, até 1853, quando a Quinta Comarca de São Paulo foi elevada à condição de província. Os fatos marcantes desse

período são: a disputa entre portugueses e espanhóis pelo domínio do que é hoje o Estado do Paraná e pelo direito de se apropriar dos indígenas existentes na região; o surgimento das reduções jesuíticas; o estabelecimento das divisas entre Brasil e Argentina, através do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777; e a criação da Província do Paraná, em 1853. Essa análise está na primeira seção.

A segunda etapa, representada pela segunda seção, compreende o período entre a criação da Província do Paraná até a chegada dos primeiros colonizadores, em 1946. Os fatos marcantes desse período são: a ocupação do território da atual Região Oeste do Paraná pelos obrangeiros argentinos, o surgimento das trilhas dos “ervateiros” e o isolamento desta Região, do restante do País.

E por fim, a terceira etapa, compreendida pela terceira seção, que compreende o período entre a chegada dos primeiros colonizadores, em 1946, até o ano de 1964. Os fatos relevantes dessa etapa remetem a colonização da região, a transformação das trilhas em ligações rodoviárias, o surgimento de uma atividade agropecuária forte e o início do processo de modernização tecnológica da agricultura.

Portanto, o que se configura na atualidade como a malha municipal da região correspondem a localidades com origens em diferentes períodos históricos, ainda que o processo oficial de emancipação em alguns casos tenham sido recentes.

3.2 A ARRECAÇÃO MUNICIPAL

No sistema Tributário Brasileiro existe uma separação entre repartição de impostos e transferências, que correspondem as duas formas de obtenção de receitas por parte dos entes federativos, como é o caso do município. No primeiro, os impostos são divididos entre dois níveis de governo, embora a imposição tributária pertença a apenas um deles. Em relação à transferência, parte da receita proveniente de determinados impostos é repartida, com objetivo distributivo e compensatório, atenuando, dessa forma, as desigualdades regionais (VILLELA, 1993).

Essas transferências podem ser regulares ou não. As regulares estão asseguradas pela Constituição e pela legislação complementar, que determinam as regras para a distribuição e repasse. Já o não regulares ou negociadas, se faz por meio de convênios e de

acordo com o programa da agência administradora. A característica da transferência negociada é o condicionamento da utilização dos recursos.

O órgão que controla ou regula os municípios é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), criado pelo artigo 20 da Emenda Constitucional nº18 de 1965 (que alterou a Constituição Federal de 1946); estabeleceu que fosse composto, pelo repasse da União, 10% do arrecadado com o IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) e com o IPP (Índice de Preços ao Produtor). Dessa forma, os municípios recebem 86,4% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e, sua distribuição se dá com base em uma única variável, a população. Assim, a distribuição do FPM será feita a cada município de modo proporcional ao seu índice representativo de população, sobre o total dos índices individuais dos demais municípios, denominados capitais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Fundo de Participação dos Municípios passou a ser composto por 22,5% proveniente da arrecadação do IR (Imposto de Renda) e 22,5% provenientes da arrecadação do IPI.

O Ato Complementar 35/67 determina que o fundo de Participação dos Municípios seja rateado da seguinte forma: 10% para os municípios-capitais, e 90% para os demais municípios. O objetivo da administração tributária é a obtenção de recursos junto à sociedade, necessários a manutenção do estado, com um custo mínimo de arrecadação.

Na região estudada, observa-se que alguns municípios pertencentes à microrregião de Toledo e que fazem parte das áreas alagadas pelo lago de Itaipu, vem apresentando pouco desenvolvimento econômico. Ainda que recebam *royalties*, existem restrições quanto ao seu uso. O dinheiro advindo dos *royalties* somente pode ser usado em infraestrutura, não podendo ser gasto em folha de pagamento de pessoal. Assim, os municípios demograficamente menores não possuem grande arrecadação, devido ao número populacional não ser muito expressivos também não conseguem grande participação junto ao Fundo de Participação dos Municípios. Comparativamente observa-se uma grande variação entre os valores tributários que os municípios recebem perante o que cabe a União (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – Receita consolidada da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2002)

| Natureza | Valor (1.000 R\$) | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| | Consolidação | União | Estados | Municípios |
| | 2002 | | | |
| Total dos recursos | 924 365 624 | 731 679 329 | 153 687 134 | 38 999 161 |
| Total das receitas | 632 671 048 | 444 742 182 | 149 539 477 | 38 389 389 |
| Receita tributária | 353 178 921 | 209 834 067 | 120 381 412 | 22 963 442 |
| Impostos sobre a produção e de importação | 222 851 693 | 100 955 566 | 109 225 417 | 12 670 709 |
| Impostos sobre produtos e de importação | 145 393 396 | 32 697 734 | 104 333 999 | 8 361 663 |
| IPI | 18 505 661 | 18 505 661 | - | - |
| ICMS | 103 998 940 | - | 103 998 940 | - |
| Imposto sobre a importação | 7 881 939 | 7 881 939 | - | - |
| ISS | 8 696 722 | - | 335 059 | 8 361 663 |
| IDF | 3 993 527 | 3 993 527 | - | - |
| Outros impostos sobre produtos | 2 316 607 | 2 316 607 | - | - |
| Outros impostos sobre a produção | 77 458 297 | 68 257 832 | 4 891 418 | 4 309 047 |
| Contribuição do salário educação | 3 607 675 | 3 607 675 | - | - |
| COFINS | 50 855 606 | 50 855 606 | - | - |
| Outros impostos sobre a produção | 22 995 016 | 13 794 551 | 4 891 418 | 4 309 047 |
| Impostos sobre a renda e o patrimônio | 130 327 228 | 108 878 501 | 11 155 995 | 10 292 733 |
| IPTU | 7 417 010 | - | 179 585 | 7 237 425 |
| IPVA | 6 951 499 | - | 6 951 499 | - |
| IRPF | 36 238 431 | 36 238 431 | - | - |
| IRPJ | 39 787 946 | 39 787 946 | - | - |
| Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas | 12 374 589 | 12 374 589 | - | - |
| Outros impostos sobre a renda e o patrimônio | 27 557 753 | 20 477 535 | 4 024 911 | 3 055 307 |
| Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS | 105 354 694 | 105 354 694 | - | - |
| Contribuições para previdência do servidor público | 15 547 194 | 5 366 233 | 7 635 887 | 2 545 075 |
| Receita patrimonial | 52 165 561 | 45 612 636 | 4 216 345 | 2 336 580 |
| Juros | 38 028 478 | 34 111 227 | 2 094 835 | 1 822 417 |
| Aluguéis | 469 035 | 278 838 | 95 300 | 94 898 |
| Dividendos e participações | 2 960 495 | 2 742 492 | 211 845 | 6 159 |
| Receita de concessões | 1 911 082 | 1 823 043 | 11 876 | 76 163 |
| Outras receitas patrimoniais | 8 796 471 | 6 657 037 | 1 802 490 | 336 943 |
| Receita de venda de bens | 1 525 319 | 491 782 | 615 818 | 417 719 |
| Receita de venda de serviços | 13 334 361 | 4 076 443 | 4 854 106 | 4 403 811 |
| Receita de transferências | 28 062 489 | 12 875 678 | 9 685 657 | 5 501 153 |
| Transferências correntes | 26 072 887 | 12 563 300 | 8 457 605 | 5 051 982 |
| Transferências intergovernamentais | - | - | - | - |
| Diversas transferências | 26 072 887 | 12 563 300 | 8 457 605 | 5 051 982 |
| Do exterior | 80 733 | 67 281 | 1 620 | 11 832 |
| Outras transferências | 25 992 154 | 12 496 019 | 8 455 985 | 5 040 150 |
| Transferências de capital | 1 989 602 | 312 378 | 1 228 052 | 449 171 |
| Transferências intergovernamentais | - | - | - | - |
| Diversas transferências | 1 989 602 | 312 378 | 1 228 052 | 449 171 |
| Do exterior | 5 970 | 661 | 2 599 | 2 710 |
| Outras transferências | 1 983 632 | 311 717 | 1 225 453 | 446 461 |
| Alienação de bens | 4 224 589 | 2 527 251 | 1 560 223 | 137 115 |
| Imóveis | 164 512 | 60 319 | 43 800 | 60 393 |
| Móveis | 4 060 077 | 2 466 933 | 1 516 423 | 76 722 |
| Amortização de empréstimos concedidos | 12 317 641 | 11 643 117 | 590 029 | 84 494 |
| Resultado do Banco Central do Brasil | 5 505 758 | 5 505 758 | - | - |
| Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional | 41 454 521 | 41 454 521 | - | - |
| Operações de crédito | 291 694 576 | 286 937 148 | 4 147 657 | 609 771 |
| Internas | 272 942 290 | 270 607 065 | 1 902 214 | 433 010 |
| Externas | 18 752 286 | 16 330 083 | 2 245 442 | 176 761 |

Fonte: IBGE (2002).

Tabela 3 – Receita consolidada da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2003)

| Natureza | Valor (1 000 R\$) | | | |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| | Consolidação | União | Estados | Municípios |
| 2003 | | | | |
| Total dos recursos | 1184 565 998 | 968 472 972 | 170 539 173 | 45 553 852 |
| Total das receitas | 708 695 823 | 496 065 806 | 167 942 189 | 44 687 828 |
| Receita tributária | 401 869 664 | 231 957 493 | 141 066 352 | 28 845 819 |
| Impostos sobre a produção e de importação | 252 092 987 | 110 451 638 | 125 512 057 | 16 129 291 |
| Impostos sobre produtos e de importação | 161 963 744 | 33 105 887 | 119 172 611 | 9 685 246 |
| IPI | 17 947 291 | 17 947 291 | - | - |
| ICMS | 118 784 635 | - | 118 784 635 | - |
| Imposto sobre a importação | 8 084 236 | 8 084 236 | - | - |
| ISS | 10 073 222 | - | 387 976 | 9 685 246 |
| IOF | 4 419 373 | 4 419 373 | - | - |
| Outros impostos sobre produtos | 2 654 987 | 2 654 987 | - | - |
| Outros impostos sobre a produção | 90 129 242 | 77 345 751 | 6 339 446 | 6 444 045 |
| Contribuição do salário educação | 3 983 631 | 3 983 631 | - | - |
| COFINS | 57 522 166 | 57 522 166 | - | - |
| Outros impostos sobre a produção | 28 623 445 | 15 839 954 | 6 339 446 | 6 444 045 |
| Impostos sobre a renda e o patrimônio | 149 776 678 | 121 505 855 | 15 554 295 | 12 716 527 |
| IPTU | 9 079 303 | - | 202 457 | 8 876 846 |
| IPVA | 7 670 082 | - | 7 670 082 | - |
| IRPF | 35 142 640 | 35 142 640 | - | - |
| IRPJ | 47 433 353 | 47 433 353 | - | - |
| Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas | 15 661 353 | 15 661 353 | - | - |
| Outros impostos sobre a renda e o patrimônio | 34 789 946 | 23 268 509 | 7 681 755 | 3 839 682 |
| Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS | 122 341 681 | 122 341 681 | - | - |
| Contribuições para previdência do servidor público | 17 064 066 | 5 468 277 | 8 580 574 | 3 015 215 |
| Receita patrimonial | 68 326 650 | 58 802 768 | 6 185 037 | 3 338 845 |
| Juros | 49 983 109 | 43 774 410 | 3 468 578 | 2 740 121 |
| Aluguéis | 553 588 | 364 667 | 77 069 | 111 852 |
| Dividendos e participações | 3 958 931 | 3 839 286 | 96 342 | 23 302 |
| Receita de concessões | 501 872 | 397 784 | 16 535 | 87 553 |
| Outras receitas patrimoniais | 13 329 151 | 10 426 621 | 2 526 512 | 376 018 |
| Receita de venda de bens | 587 159 | 233 992 | 89 380 | 263 786 |
| Receita de venda de serviços | 10 088 205 | 3 198 246 | 3 647 253 | 3 242 706 |
| Receita de transferências | 23 619 170 | 11 118 850 | 6 831 806 | 5 668 515 |
| Transferências correntes | 21 977 489 | 10 708 905 | 6 214 383 | 5 054 201 |
| Transferências intergovernamentais | - | - | - | - |
| Diversas transferências | 21 977 489 | 10 708 905 | 6 214 383 | 5 054 201 |
| Do exterior | 7 529 | 581 | 3 683 | 3 265 |
| Outras transferências | 21 969 960 | 10 708 324 | 6 210 700 | 5 050 936 |
| Transferências de capital | 1 641 681 | 409 945 | 617 422 | 614 314 |
| Transferências intergovernamentais | - | - | - | - |
| Diversas transferências | 1 641 681 | 409 945 | 617 422 | 614 314 |
| Do exterior | 15 569 | 4 258 | 8 445 | 2 866 |
| Outras transferências | 1 626 112 | 405 687 | 608 977 | 611 448 |
| Alienação de bens | 3 185 573 | 2 041 793 | 936 843 | 206 937 |
| Imóveis | 429 412 | 257 004 | 44 963 | 127 445 |
| Móveis | 2 756 161 | 1 784 789 | 891 881 | 79 491 |
| Amortização de empréstimos concedidos | 13 723 532 | 13 012 583 | 604 943 | 106 006 |
| Resultado do Banco Central do Brasil | 25 288 602 | 25 288 602 | - | - |
| Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional | 22 601 521 | 22 601 521 | - | - |
| Operações de crédito | 475 870 175 | 472 407 166 | 2 596 984 | 866 024 |
| Internas | 455 916 965 | 454 877 367 | 376 499 | 663 098 |
| Externas | 19 953 210 | 17 529 799 | 2 220 485 | 202 926 |

Fonte: IBGE (2003).

Em relação às despesas, destacam-se que mesmo com os repasses que são tão exaltados, os municípios ainda gastam muito menos que o total da união (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 – Despesa consolidada, da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2002)

| NATUREZA | CONSOLIDAÇÃO | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
|--------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| Total das Despesas (R\$) | | 2002 | | |
| | 905.817.681 | 633.279.792 | 161.207.729 | 111.330.161 |

Fonte: IBGE (2002).

Tabela 5 – Despesa consolidada, da União, Estados e Municípios, segundo a natureza (2003)

| NATUREZA | CONSOLIDAÇÃO | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
|--------------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|
| Total das Despesas (R\$) | | 2003 | | |
| | 1.131.326.967 | 839.306.044 | 168.902.915 | 123.118.007 |

Fonte: IBGE (2003).

4 MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DO ITAIPU: OS *ROYALTIES* E O SEU USO

Neste capítulo abordar-se-á a construção do Lago de Itaipu, assim como suas implicações para os municípios lindeiros. Passa-se em seguida a analisar os *royalties*, assim como seus conceitos, importâncias, aplicações, compensações e restrições.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO LAGO DE ITAIPU E IMPLICAÇÕES NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS

A área total da região em estudo é de 6.288,981 Km², equivalente a aproximadamente 3% da área total do Estado (199.708 Km²). A Tabela 6 apresenta a área de cada município.

Tabela 6 – Área dos municípios lindeiros do Paraná ao Lago de Itaipu

| Município | Área (Km²) | Município | Área (Km²) |
|---------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Diamante d'Oeste | 309,147 | Mercedes | 199,084 |
| Entre Rios do Oeste | 120,327 | Missal | 323,042 |
| Foz do Iguaçu | 610,209 | Pato Bragado | 136,781 |
| Guaíra | 568,845 | Santa Helena | 759,123 |
| Itaipulândia | 332,317 | Santa Terezinha de Itaipu | 267,491 |
| Mal. C. Rondon | 748,281 | São José das Palmeiras | 183,282 |
| Medianeira | 325,167 | São Miguel do Iguaçu | 848,669 |
| Terra Roxa | 803,479 | | |

Fonte: IPARDES (2011).

A área de cada município é relevante nessa abordagem, pois uma das principais implicações, inclusive gerador dos *royalties* ou ao menos considerado como critério para sua distribuição, é a quantidade de terra que foi alagada com a construção do lago. Posteriormente apresentaremos a área alagada por município, que é à base de cálculo para o repasse e pagamento das respectivas compensações financeiras.

4.1.1 Implicações socioambientais

Os arranjos espaciais e a paisagem, produto da construção da Usina, dão-lhe destaque internacional. A usina de Itaipu é tida como uma das sete maravilhas do mundo moderno, segundo levantamento feito pela Associação Norte-Americana de Engenheiros Civis (ASCE) e publicado na edição de dezembro de 1995 da revista “Popular Mechanics”, dos EUA (*apud* SOUZA, 2009). Além da Usina de Itaipu, a lista inclui:

- Ponte Golden Gate, em San Francisco (EUA);
- Canal do Panamá, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico;
- Eurotúnel, que une França e Inglaterra sob o Canal da Mancha;
- Projetos do Mar do Norte para o controle das águas (Holanda);
- Edifício Empire State, em Nova York (EUA);
- Torre da Canadian National, em Toronto (EUA).

Considerando que a geração de energia hidrelétrica acarreta impactos ambientais significativos, no caso de centrais com grandes barragens, a implantação de sistemas elétricos, deve ser precedida de estudos ambientais que permitam avaliar o impacto causado. Estes estudos implicam planos de levantamento ambiental da área afetada e adoção nos projetos de engenharia de medidas que minimizam os efeitos previstos nas instalações. Constata-se que a preocupação ambiental já existia, contudo os estudos foram negligenciados da mesma forma que os impactos sociais (SOUZA, 2009).

A energia hidrelétrica é considerada um dos sistemas enquadrados em conceitos de operação ou desenvolvimento sustentável. Porém, os impactos e consequências devem também ser sustentáveis. “Ainda que a geração hidrelétrica seja sustentável, algumas regiões atingidas para que ela fosse gerada tiveram, em lugar de desenvolvimento, retrocesso insustentável” (MÜLLER, 1995, p. 234).

Souza (2009) ainda considera que esses impactos atingem os meios físicos, bióticos, social, econômico e cultural. Trata-se de transformação radical que se opera no ecossistema e no sistema social, substituídos por outros, artificialmente construídos.

Para tanto, pode-se afirmar que os problemas ambientais são também sociais, pois, encontrando o meio ambiente completamente penetrado e reordenado pela vida social humana, é a partir desse contexto que os problemas ambientais se tornam cada vez mais agravante, no qual

os processos produtivos do sistema atual vigente tomam formas de degradação do ambiente em prol da acumulação de riquezas materiais, intensificando enormemente os impactos ambientais, a degradação desenfreada da natureza em sua forma natural.

Os impactos ambientais provocados pela construção de hidrelétricas são variados conforme Sevá Filho (1990), revelando que existem casos de rompimento e extravasamento de lagos e risco para as grandes barragens. Esta possibilidade se torna crescente na medida em que acontece o envelhecimento da estrutura construída, por meio de infiltrações em paredes e a capacidade de armazenamento é reduzida em virtude do assoreamento.

No processo de desenvolvimento da sociedade são caracterizadas inúmeras atividades que agredem ao meio ambiente, visto aqui no seu aspecto natural, causando a transformação desse meio, efetuadas pelas técnicas utilizadas pelos homens em suas ações modificadoras do meio natural em favor do “progresso” e do “desenvolvimento” da humanidade. Assim, a maioria das atividades humanas causa algum tipo de impacto negativo para o meio ambiente. Logo, as construções de usinas hidrelétricas não fogem a essa regra, que ocasionam uma gama de impactos socioambientais (SOUZA, 2009).

Para Lima et al. (2006), o processo de desenvolvimento aliado a melhorias na qualificação humana possibilita o fortalecimento das economias locais. O Conselho de Desenvolvimento dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu e a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP), com apoio do Ministério das Cidades, lançaram em 2006 um Plano Diretor Regional Integrado ao Extremo Oeste do Paraná (PDRI).

Trata-se de uma proposta que tem como objetivo integrar os planos diretores existentes na região, padronizando e sistematizando dados; pensando no desenvolvimento integrado. A idéia é reunir os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, além de Serranópolis do Iguaçu, mais os 13 municípios restantes que compõem a Bacia Rio Paraná III e as cidades integrantes do Conselho Intermunicipal para conservação do Rio Paraná e áreas de influência (Coripa), localizados em frente à Ilha Grande, totalizando assim municípios pertencentes à região contida entre o Lago de Itaipu e o Parque Nacional, que vai de Foz do Iguaçu até a Ilha Grande, incluindo Cascavel, Toledo e Guaíra (ITAIPU BINACIONAL, 2008).

Na Região Oeste do Estado do Paraná, os municípios que perderam áreas de terra em função da instalação do Lago de Itaipu, passaram, a partir de 1985, a receber *royalties* como compensação por este alagamento, segundo dados da Itaipu Binacional (2008). Há alguns anos, vários municípios vêm tendo problemas orçamentários por erros de previsão dos valores a serem recebidos, principalmente em função da valorização do real frente ao dólar, moeda utilizada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu para inserir valor na energia elétrica vendida e, por

consequência, para calcular os *royalties* a serem repassados aos municípios. Como o dólar oscila bastante, isso dificulta os cálculos orçamentários dos municípios. Müller (1995, p. 3) ao analisar a fronteira do Brasil com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, mostra as peculiaridades existentes:

Ao trilhar as ruas, praças, rios e pontes nas fronteiras em questão, passamos a experimentar distintos processos de interação e perceber práticas culturais e intercâmbios estabelecidos pelos moradores locais. As trocas entre lá e cá, as articulações entre o eu e o eles, as influências de ambos os lados e a consciência de um nós ultrapassam barreiras, cruzam limites, por vezes de modo silencioso e outras de forma gritante, dando concretude ao fenômeno fronteira, tornando-a 'viva', porosa, diluída, borrada e extremamente dinâmica a partir da ação do homem.

Para Ribeiro (2005), todo processo de geração de energia elétrica, independente da fonte, envolve custos diferenciados e acarreta imensuráveis impactos. No caso das usinas hidrelétricas, se observa através da inundação de grandes áreas, causando problemas à sociedade e ao ambiente afetado, condicionante que acelera e agrava as consequências impactantes do ambiente reproduzido pela ação antrópica.

Constata-se, desse modo, que as usinas hidrelétricas causam uma enorme transformação no espaço geográfico, caracterizando uma reconfiguração e reordenação da paisagem e do território onde tal obra se instala para garantir o aproveitamento energético e que repercute, além da localidade receptora da barragem, em toda região.

Segundo Souza (2002), os impactos ambientais estão sempre presentes quando o homem acaba interferindo para atividades turísticas desintegrando da comunidade locais a desintegração de muito tempo pela população local.

Percebe-se que a construção de hidrelétricas trouxe à tona a reconfiguração da paisagem e a reordenação territorial, como, por exemplo, as novas feições, composições, formações e readequações que a região Oeste do Paraná tomou a partir da formação do Lago da Itaipu Binacional até os dias atuais (RIBEIRO, 2005).

Compreende-se que a formação do reservatório é algo que produziu um novo espaço na região afetada. Além disso, acarreta numa descaracterização da paisagem local, e ocasiona a eliminação de quedas d'água, saltos e corredeiras. Os impactos das grandes obras, em especial as grandes barragens, são de amplas dimensões e perceptíveis. Os estudos de Vainer (1993, p. 184) ressaltam que,

[...] a literatura tem abordado sob os mais diversos pontos de vista os chamados impactos sociais e/ou ambientais dos grandes empreendimentos

hidrelétricos. Quase sempre realizados em regiões periféricas, eles têm imposto às populações das áreas onde se implantam rápidas e profundas alterações nos meios e modos de vida: deslocamento compulsório de milhares ou dezenas de milhares de pessoas, desestruturação das relações sociais, ruptura das teias de relações sociais, afluxo de populações que pressionam na qualidade da água, no curso e regime dos rios com graves consequências tanto para as condições sanitárias quanto para as atividades econômicas (pesca, agricultura de várzea) etc. Ao invés de funcionarem como focos difusores da modernidade e do progresso, como prometem coloridos prospectos e vídeos propagandísticos, o reordenamento territorial resultante da construção destes grandes aproveitamentos hidrelétricos tem sido acompanhado pela multiplicação de carências de toda ordem.

Segundo Ribeiro (2005), a construção de usinas hidrelétricas que surgem como um empreendimento de potencialidades econômicas proporcionais para o país e de suprimento energético, no entanto, acarreta um amplo impacto sobre o meio ambiente; visto o social e o ambiental em conjunto, transformações alarmantes que afetam todo o conjunto da natureza e mudanças significativas na paisagem.

Analisando as obras hidroenergéticas e sua influência em efeitos regionais, Jong (1993) ressalta que a produção de energia elétrica por meio da construção de usinas foi defendida por governos como a maneira mais eficiente, aproveitando o abundante recurso natural, com baixo custo para a geração de energia, não se importando muito com custos sociais e ambientais.

A inundação de vastas áreas, a realocação compulsória das populações afetadas, os movimentos de populações induzidos durante a etapa da construção, os conflitos socio-culturais relacionados a tais movimentos, os efeitos inflacionários localizados oriundos do aumento pontual da demanda de bens para a construção ou o consumo, as modificações advindas da construção ou inundação dos ecossistemas naturais [...] (JONG, 1993, p. 174).

Transformações no espaço decorrentes da implantação de usinas hidrelétricas, elemento que provoca impactos ao meio ambiente de grandes amplitudes e proporcionalidades, atingindo todo um contingente natural (fauna, flora, etc.) e social (afetando a sociedade), modificando e reconfigurando toda uma paisagem existente, no caso, transformando rios em lagos onde é construída uma barragem para gerar a eletricidade (RIBEIRO, 2005).

Os impactos ambientais, sociais e econômicos que são gerados desde os primeiros rumores de uma possível usina hidrelétrica, passando pelas desapropriações, formação do lago, e após o término da obra, e na nova ordenação territorial e espacial de uma localidade.

Enfatizam-se as consequências originadas a partir das construções de usinas hidrelétricas pelo seu alto índice de impacto causado ao ambiente e as transformações decorrentes de tal obra no espaço geográfico.

França e Souza (2010) apontam para o fato de que as usinas hidrelétricas são obras de grande amplitude, geram impactos além da região receptora e ultrapassam os limites da área de implantação. Os custos sociais e ambientais decorrentes da implantação de uma grande hidrelétrica são elevados, conseqüentemente, os impactos ambientais ocasionados pela constituição de uma hidrelétrica são irreversíveis, sendo um elemento material que gera ampla degradação ambiental, afetando todo o ecossistema componente da região onde é instalado tal empreendimento.

A construção de uma hidrelétrica provoca grandes impactos na biosfera, e conservar e proteger o meio ambiente é preocupações permanentes para um desenvolvimento sustentável. Devido a isso devem ser estudados, monitorados e analisados os impactos causados para haver uma proteção ambiental adequada (RIBEIRO, 2005).

A partir da implantação de uma usina hidrelétrica em uma determinada região a natureza natural dá lugar à natureza artificial, pois a paisagem é transformada. Há o surgimento de um grande lago no lugar da correnteza de um rio. Ou seja, uma imensa área é alagada em benefício do progresso (FRANÇA; SOUZA, 2010).

Outra dimensão importante de ser avaliada é sobre as perspectivas dos municípios quanto ao final dos *royalties*. Para os municípios em que o valor recebido não é expressivo em relação à arrecadação total, não há grande preocupação, como o caso do município de Medianeira e Terra Roxa.

Porém, para os municípios que tem seu orçamento vinculado em grande parte pelas compensações pagas pela Itaipu, como é o caso de Santa Helena, a preocupação deve existir e as ações devem ser direcionadas considerando esta possibilidade. Contudo, o Diretor de Planejamento e Projetos (nome do diretor) do referido município não acredita que os *royalties* possam ser cessados, mas que possa haver apenas a diminuição do valor.

4.2 IMPLICAÇÕES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA – OS *ROYALTIES*

4.2.1 Conceitos e importância

Historicamente os *royalties* são uma das formas mais antigas de pagamento de direitos. *Royalty* tem origem na palavra inglesa Royal, que representa o direito que os reis tinham de receber pagamento pela exploração mineral de suas terras.

Os chamados *royalties* são devidos (ou pagos) mensalmente desde que a Itaipu começou a comercializar energia conforme Tratado de Itaipu assinado em 26 de abril de 1973 (TELES, 2010). Os valores arrecadados são investidos em pesquisa científica e na implantação de projetos de infraestrutura, visando à melhoria da qualidade de vida da população, preservação e conservação ambiental nos territórios onde se desenvolvem as atividades de exploração econômica ou utilização de recursos hídricos para fins energéticos.

No Brasil, os *royalties* são compensações financeiras pagas a União, Estados e Municípios pelas concessionárias de exploração de recursos energéticos, petróleo e gás natural. Tanto o governo brasileiro, assim como o paraguaio recebem essa compensação financeira, pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para produção de energia elétrica na Itaipu (SOUZA, 2002).

Destaca-se então neste cenário que o pagamento dos *royalties* de Itaipu e a utilização dos recursos do lago são fundamentais para a reinserção econômica dos municípios da região no cenário nacional e mundial. Esses recursos aliados às características agrícolas, que é natural das terras do Extremo Oeste do Paraná, vêm contribuir para com o desenvolvimento dos municípios, suprimindo as necessidades sociais das localidades lindeiras, bem como, subsidiando os projetos de infraestrutura básica que possibilitará o bem estar populacional.

Os *royalties* nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, conforme as informações expostas pela Itaipu Binacional (2008) iniciam-se com a utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica na Hidrelétrica Itaipu Binacional, comercializada a partir de maio de 1985. Tal normativa é prevista já no anexo C do Tratado de Itaipu assinado em 30 de agosto de 1973, o qual estabelece no inciso III que:

O montante necessário para o pagamento dos *royalties* às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt/hora, gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos *royalties* se realizará mensalmente, na moeda disponível pela Itaipu.

Esse Anexo C do Tratado remete-se a necessidade de compensar financeiramente todos os municípios alagados com as águas, ou seja, os agricultores de plantação de milho, soja e mandioca entre outras atividades dos municípios lindeiros, indenização para quem gerava riqueza para cada um dos seus municípios, e também, que os recursos fossem devidos a partir do alagamento que deixaram de gerar tais riquezas. Foram esses motivos que os

municípios passaram a ter a necessidade da compensação financeira, que traduz então com o pagamento em dinheiro através dos *royalties*. Obviamente, que cada município tem um valor financeiro compensado proporcional à área de terra inundada.

Neste sentido, o Anexo C consiste em um documento que expõe sobre a compensação financeira dos municípios que tiveram suas terras férteis inundadas, com o dinheiro gerado pela energia, ainda se consegue pagar um valor de *royalties* para cada um dos municípios inundados, pois vai uma fatia para o Governo do Estado e outra fatia para o Governo Federal (União); e a partir de 2023, com a barragem totalmente “paga”, teoricamente, se terá um valor financeiro até maior para ser repassado entre os municípios.

Essa é a lógica, mas no Anexo C consta que em cinquenta anos de duração terminará, e terá uma nova discussão; o que já está acontecendo sobre os *royalties*, e está claro entre os prefeitos e os municípios lindeiros e o próprio presidente geral da Itaipu Jorge Miguel Samek, sabe-se que haverá uma nova preposição.

Os municípios não sabem se será o Anexo C1 ou Anexo D, mas a costura entre os envolvidos, todos eles (municípios lindeiros), inclusive o Governo Federal ofereça uma nova preposição de compensar os municípios, porque os mesmos continuarão não podendo plantar nessas áreas férteis que foram alagadas; havendo sim, a necessidade de se continuar com a compensação financeira, e que a própria Itaipu Binacional terá em termos financeiros condições ainda melhores de compensar do que tinha há 50 anos quando assim o fez, e ainda pagou a dívida com o dinheiro tirado da própria hidrelétrica de Itaipu.

Então, enquanto municípios lindeiros, estão otimistas que a partir de 2023 com o termino do contrato firmado entre municípios e Itaipu os *royalties* continuarem, uma vez que, não há razão nenhuma dessa compensação financeira acabar, pois a dívida da construção da Itaipu Binacional já estará paga, e tudo é lucro.

Conforme palestra ministrada por Jorge Miguel Samek¹, que teve como tema “Itaipu não deixará de pagar *royalties* aos municípios da região” esclarece que:

A Itaipu não deixará de pagar *royalties* aos municípios da região, mas ressaltou a importância da mobilização das prefeituras para que o pagamento continue, nos mesmos moldes do sistema atual após 2023. É importante que essa mobilização ocorra agora, para não deixar a discussão apenas para quando vencer o Anexo C, que trata da parte financeira do Tratado, em 2023. Essa receita é fundamental para esses municípios. Quando a gente anda por todo o Paraná, vê que esta é uma região diferenciada, justamente pelos recursos que

¹ Diretor-geral brasileiro da Itaipu participou na terça-feira (17/mês/ano) do Ciclo de Debates “Pato Bragado 2023 – Planejar hoje o futuro que queremos”. Samek ministrou a palestra “Tratado de Itaipu: Pagamento de *royalties* pelo uso do potencial Hidráulico”.

foram aplicados em infraestrutura, saúde e educação e queremos que isso permaneça assim. O pagamento de *royalties* aos municípios que tiveram terras alagadas para a formação do reservatório da usina está previsto no corpo do Tratado de Itaipu, que não tem prazo para se encerrar. Porém, a fórmula que estabelece os valores a serem pagos está no Anexo C, que expira em 2023, explicou o ouvidor de Itaipu, engenheiro Miguel Sória. Pela legislação brasileira, lembrou Sória, toda hidrelétrica é obrigada a pagar uma compensação financeira por área alagada que obedece à lógica do tributo cessante. Quando o reservatório é formado, indeniza-se pela propriedade privada, que se estabelece em outro lugar. Mas o município perde receita com os bens agrícolas que deixam de ser produzidos no local. Daí a ideia de se pagar uma compensação enquanto as terras permanecerem alagadas. Como as terras do Extremo Oeste Paranaense continuarão inundadas pelo reservatório de Itaipu, terão direito a continuar recebendo. Porém, a fórmula da compensação financeira a que estão submetidas todas as hidrelétricas brasileiras é menos generosa que a que consta no Anexo C do Tratado. Se, após 2023, os municípios passassem a receber nos mesmos moldes do que é pago pelas demais hidrelétricas brasileiras, a receita cairia pela metade. Porém, com a mobilização dos prefeitos, isso não deverá ocorrer, e os pagamentos deverão se manter nos níveis atuais. O Ciclo de Debates foi organizado pela Prefeitura de Pato Bragado e contou com a presença de vários prefeitos da região dentre eles Moacir Froehlich, de Marechal Cândido Rondon, também presidente do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, de servidores, empresários, vereadores e pessoas da comunidade. Lei dos *Royalties* No Brasil, de acordo com a Lei dos *Royalties* (Lei 7.990/1989), a distribuição da compensação financeira é feita da seguinte forma: 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Do percentual de 45%, destinados a atender aos municípios, 85% do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos municípios lindeiros, ou seja, os diretamente atingidos pelo reservatório da usina. Os 15% restantes são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos por reservatórios da usina. A legislação dos *royalties* beneficiou 15 municípios paranaenses e o Governo do Paraná, os principais atingidos pelo alagamento de terras para a formação do reservatório, e, também, o município de Mundo Novo, no Estado do Mato Grosso do Sul. No Paraná, os municípios que têm direito aos *royalties* são: Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa. Também têm direito a um percentual sobre os *royalties* de Itaipu o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além dos Estados e municípios indiretamente atingidos, localizados a montante da usina².

Subtraí-se desse texto que o pagamento de *royalties* aos municípios que tiveram terras alagadas para a formação do reservatório da usina está previsto no corpo do Tratado de Itaipu, que não tem prazo para se encerrar. Essa afirmativa deve prevalecer na permanência dos *royalties* porque a partir do momento em que a Binacional Itaipu iniciou o repasse dos recursos para os municípios lindeiros, alguns municípios, com um nível muito baixo de desenvolvimento

² Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/?pag=geralint&materia=1044>>.

econômico, procuraram organizar através de planos e fundos de desenvolvimento socioeconômico, por meio de suas administrações públicas municipais. Dentre os municípios que receberam tais recursos, em relação à iniciativa de usar os *royalties* para acelerar o desenvolvimento, destacam-se as cidades de Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguçu e Itaipulândia. Dos municípios lindeiros, as localidades que mais receberam os recursos dos *royalties* no período de 1991 a 2000, foram às cidades de Santa Helena (117.404,3 mil dólares), Foz do Iguçu (89.835,6 mil dólares), Itaipulândia (69.092,7 mil dólares), São Miguel do Iguçu (51.373,8 mil dólares) e Marechal Cândido Rondon (30.970,5 mil dólares). Destes, três deles tem experiências de aplicação planejada dos recursos (ITAIPU BINACIONAL, 2008).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2008) informa que os *royalties* não deixam de ser uma compensação financeira. No caso, ela é especificamente a compensação financeira devida pela Itaipu Binacional ao Brasil. Ressalta-se que como restrições aos municípios, a Lei nº 7.990/1989 em seu Art. 8º, especifica que os recursos advindos dos *royalties* não podem ser aplicados em pagamento de dívidas dos municípios ou em quadro permanente de pessoal.

Segundo dados da Itaipu Binacional (2008), no Paraguai os recursos são repassados inteiramente ao tesouro nacional. No Brasil, por sua vez, a compensação financeira foi repassada ao tesouro nacional até 11 de janeiro de 1991, quando o recurso passou a ser distribuído entre Estados, Municípios e a União. Tal repasse é regulamentado pela Lei nº 7.990/1989 e a forma de sua distribuição são estabelecidos pela Lei nº 9.984/2000, a qual explicita que a distribuição mensal da compensação financeira será: 45% aos Estados, 45% aos Municípios, 4,4% ao Ministério do Meio Ambiente, 3,6% ao Ministério de Minas e Energia e 2% ao Ministério da Ciência e Tecnologia (ITAIPU BINACIONAL, 2008).

De acordo com as informações expostas pela ANEEL (2007), o rateio dos recursos dos *royalties* entre os municípios segue os critérios de repasse por ganho de energia, por regularização de vazão e o de área inundada por reservatórios de usinas hidrelétricas. Desta forma, quanto maior a área alagada maior será o valor do repasse. Considera-se também que o cálculo do valor a ser pago varia de acordo com a geração total de energia no mês.

Em relação ao desenvolvimento regional, a localização dos municípios atingidos pela Itaipu Binacional vem contribuir até mesmo com uma proposta de regionalização. Tendo os municípios como ponto comum o fato de serem lindeiros ao Lago de Itaipu, estes passaram a serem conhecidos como integrantes da Região Costa Oeste do Paraná. Com efeito, criou-se o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu em 1990, conforme já mencionado, visando à implementação do plano regional de desenvolvimento para os municípios que o integram (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS

MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU, 2006). Assim, é inegável a importância dos *royalties* na composição de renda dos municípios. De acordo com o Souza (2009, p. 107),

[...] a composição dos índices de participação dos municípios, constatou-se que os retornos de ICMS para o município de Entre Rios do Oeste é inferior que o pagamento recebido pelos *royalties*. Retomando o crescimento populacional dos municípios lindeiros, como em Foz do Iguaçu aparece em 17º lugar, Santa Terezinha de Itaipu em 20º com 4,0 % e 3.3% de crescimento anual, respectivamente.

Dessa forma, com os *royalties* houve uma melhoria na qualidade de vida da população, uma vez que proporciona uma maior facilidade para investirem em educação e saúde, e também em obras de infraestrutura, como redes de esgoto. Souza (2009, p. 109) aponta ainda que “as administrações municipais dispõem de recursos para investirem nas áreas de educação, agricultura, trabalho, saúde e obras de infraestrutura (estradas, redes de coleta e tratamento de esgoto e outros), da mesma forma que o governo do Estado do Paraná”.

Portanto, os *royalties* reforçam significativamente as receitas municipais dos municípios lindeiros. Contudo, como se aprende ao estudar o tema, isso não ocorre sem que apareçam problemas, como poderá se verificar adiante.

4.2.2 Valores, quedas, defasagens dos *royalties*

A seguir se destaca a Tabela 7 com dados referentes aos valores provenientes dos *royalties* de Itaipu da microrregião de Toledo.

Tabela 7 – Valores provenientes dos *royalties* de Itaipu da microrregião de Toledo – PR

| MUNICÍPIO | VALOR ROYALTIES ANUAL (R\$) | | |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| Diamante do Oeste | 943.257,25 | 767.986,56 | 758.162,72 |
| Entre Rios do Oeste | 5.521.915,21 | 4.495.864,41 | 4.438.354,71 |
| Guaíra | 8.561.486,17 | 6.970.639,62 | 6.881.473,37 |
| Marechal Cândido Rondon | 9.405.718,19 | 7.658.001,26 | 7.560.042,49 |
| Mercedes | 3.242.656,59 | 2.640.124,63 | 2.606.352,98 |
| Pato Bragado | 7.900.199,06 | 6.432.299,11 | 6.349.950,04 |
| Santa Helena | 44.269.311,74 | 36.043.440,61 | 35.582.384,15 |
| São José das Palmeiras | 325.608,37 | 265.105,68 | 261.714,53 |
| Terra Roxa | 265.186,20 | 215.910,81 | 213.148,95 |
| TOTAL | 80.435.338,78 | 65.489.372,69 | 64.651.583,91 |

Fonte: ANEEL (2012).

A partir da análise realizada com os dados da tabela 7, evidenciam-se os valores que cada município da microrregião de Toledo recebeu, nos respectivos anos de 2009 a 2011. Esses valores possibilitam a constatação do decréscimo no pagamento dos *royalties* pela Usina Hidrelétrica de Itaipu neste período. Este fato foi constatado que vem ocorrendo desde o ano de 2004, e a cada ano uma redução ainda mais significativa. Uma das justificativas para tal acontecimento é em função da conversão dos *royalties* para moeda brasileira. Portanto, como assinalado antes, o valor está vinculado ao dólar e apresenta oscilações, como se vê são valores significativos.

Nesta perspectiva, fez-se um estudo minucioso da comparação total desses valores, resultado da soma anual pago aos municípios da região oeste paranaense. Neste, é permitido observar que, de R\$ 80.435.338,78 milhões, pagos em 2009 passou para R\$ 65.489.372,69 milhões, em 2010, e ainda no ano seguinte de 2011 para, R\$ 64.651.583,91 milhões. Essa redução está sujeita a -19,63%. Vale ratificar que os cálculos precisos foram realizados de acordo com valores de 2009-2011, fornecidos pela ANEEL. Essa redução consequentemente ocasiona grande perda para o desenvolvimento regional, influenciando principalmente nos setores econômicos e sociais da população lindeira. A oscilação deve-se principalmente as taxas de câmbio, já que os *royalties* têm seus valores estabelecidos em dólares. Como arremate, estabelece claramente essa defasagem dos valores provenientes dos *royalties* nestes anos em que estão sendo analisados (Gráfico 2).

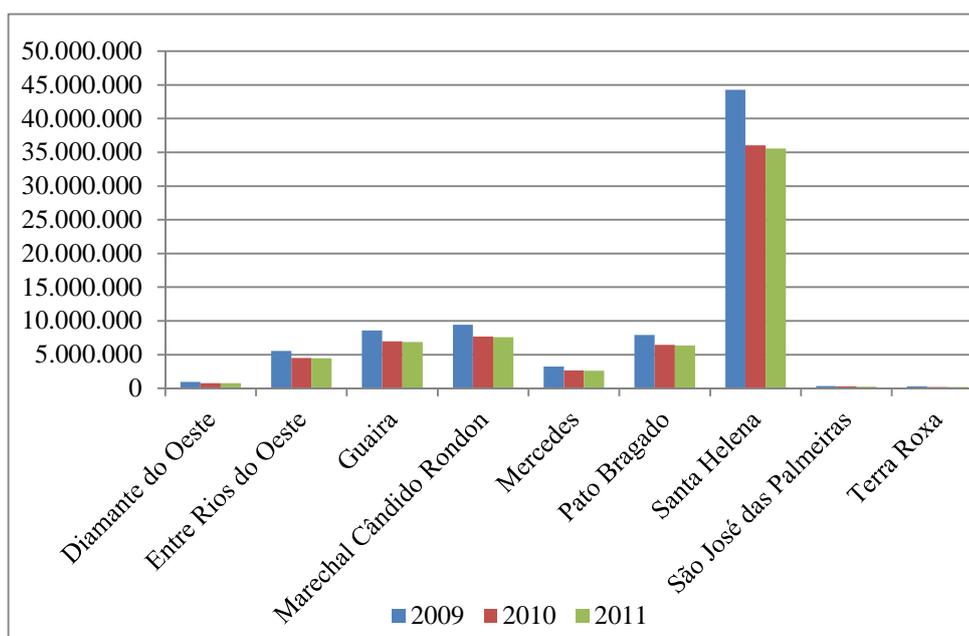


Gráfico 2 – Valores Provenientes dos *royalties* de 2009 a 2011.

No Gráfico 2, está subentendida a queda dos *royalties* neste estágio de tempo. Excepcionalmente, estudos apontam que esta tendência é propícia para os próximos anos, pois a economia brasileira tem contribuído intensamente para estes acontecimentos nas taxas de câmbio. Eventualmente, considera-se a Tabela 8 como uma direção para as próximas reflexões.

Tabela 8 – Compensação financeira nos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR (2009-2011)

| MUNICÍPIO | Área Alagada (ha) | Valor Total dos <i>Royalties</i> | Média Anual | Participação (%) |
|------------------------|-------------------|----------------------------------|----------------------|------------------|
| Diamante do Oeste | 562 | 2.469.406,53 | 823.135,51 | 1,2% |
| Entre Rios do Oeste | 3.290 | 14.456.134,33 | 4.818.711,44 | 6,8% |
| Guaira | 5.101 | 22.413.599,16 | 7.471.199,72 | 10,6% |
| Marechal C. Rondon | 5.604 | 24.623.761,94 | 8.207.920,65 | 11,7% |
| Mercedes | 1.932 | 8.489.134,20 | 2.829.711,40 | 4,0% |
| Pato Bragado | 4.707 | 20.682.448,21 | 6.894.149,40 | 9,8% |
| Santa Helena | 26.376 | 115.895.136,50 | 38.631.712,17 | 55,0% |
| São José das Palmeiras | 194 | 852.428,58 | 284.142,86 | 0,5% |
| Terra Roxa | 158 | 694.245,96 | 231.415,32 | 0,4% |
| TOTAL | 47.924 | 210.576.295,41 | 70.192.098,47 | 100,0% |

Fonte: ANEEL (2012).

De acordo com o Gráfico 3, é perceptível analisar a proporcionalidade da qual se referiu anteriormente neste período de três anos.

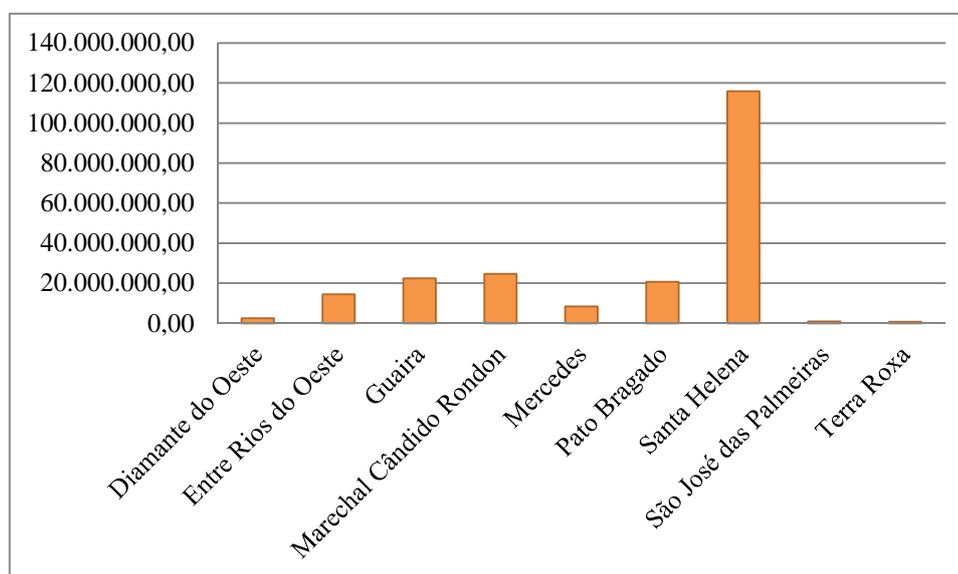


Gráfico 3 – Compensação financeira no período de 2009 a 2011.

Fonte: ANEEL (2012).

Contudo, administrar recursos públicos exige modelos de avaliação que se faça a previsão de receita pública, como ressalta Guaragna e Mello (2002, p. 605), destacando ainda que:

[...] a crescente demanda pela profissionalização das organizações públicas e privadas, assim como os diversos mecanismos legais em vigor no país, tal qual a Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm obrigando os administradores públicos, em especial os que trabalham na área da Receita Pública, a saberem com boa antecedência os resultados futuros da arrecadação dos tributos que administram.

Como os *royalties* são também variáveis por município, de acordo com a área alagada; a relevância desse repasse é bastante variável. Como se vê na Tabela 9, vai de quase 50% a percentuais bem mais baixos.

Tabela 9 – Valores provenientes dos *royalties* de Itaipu da microrregião de Toledo – PR

| MUNICÍPIO | VALOR <i>ROYALTIES</i> ANUAL (R\$) | | |
|-------------------------|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| Diamante do Oeste | 943.257,25 | 767.986,56 | 758.162,72 |
| Entre Rios do Oeste | 5.521.915,21 | 4.495.864,41 | 4.438.354,71 |
| Guaíra | 8.561.486,17 | 6.970.639,62 | 6.881.473,37 |
| Marechal Cândido Rondon | 9.405.718,19 | 7.658.001,26 | 7.560.042,49 |
| Mercedes | 3.242.656,59 | 2.640.124,63 | 2.606.352,98 |
| Pato Bragado | 7.900.199,06 | 6.432.299,11 | 6.349.950,04 |
| Santa Helena | 44.269.311,74 | 36.043.440,61 | 35.582.384,15 |
| São José das Palmeiras | 325.608,37 | 265.105,68 | 261.714,53 |
| Terra Roxa | 265.186,20 | 215.910,81 | 213.148,95 |
| TOTAL | 80.435.338,78 | 65.489.372,69 | 64.651.583,91 |

Fonte: ANEEL (2012).

4.2.3 A compensação dos impactos através dos *royalties*

Ainda que algumas perdas sejam imensuráveis, como é o caso das Sete Quedas, aos impactos sociais e ambientais da construção da usina e do lago foram atribuídos valores monetários. Ou seja, apesar do ideário do progresso e desenvolvimento contido na produção de energia, havia o conhecimento de que os impactos poderiam, segundo o modelo adotado, minorá-los. Assim, aos municípios que compunham as margens do Lago de Itaipu foram assegurando outra fonte de receita, conforme já assinalado no item anterior, denominada de compensação financeira a Estados, municípios e órgãos federais, mediante *royalties*, pelo aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Rio Paraná para a geração de energia elétrica. Essa compensação inicialmente está aprovada pelos documentos já citados para funcionar até o ano de 2023.

Igualmente, como já sinalizado, há um debate entre os políticos na região acerca desse prazo e da situação financeira dos municípios. Retomaremos esse debate ao final dessa parte do trabalho, já que os agentes entrevistados a destacaram sobremaneira, ainda que inicialmente não fosse o objetivo desse trabalho. Em respeito, a preocupação evidenciada pelos entrevistados diversos para esse trabalho decidiu mencioná-la também no trabalho.

4.3 APLICAÇÕES DOS RECURSOS DOS *ROYALTIES*

Conforme explicação anterior, com a construção da barragem de Itaipu no Rio Paraná, o Brasil e o Paraguai passaram a receber mensalmente a compensação financeira dos *royalties*, por terem seus territórios atingidos por essa construção, com a utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica na Hidrelétrica Itaipu Binacional, comercializada a partir de maio de 1985.

De acordo com as informações expostas pela ANEEL (2008), o rateio dos recursos dos *royalties* entre os municípios segue os critérios de repasse por ganho de energia, por regularização de vazão e o de área inundada por reservatórios de usinas hidrelétricas.

Conforme os estudos de Sterchile e Souza (2008, p. 16) mostram que:

[...] os *royalties* nos municípios são aplicados, sobretudo, em infraestrutura, conforme explicita o Secretário de Planejamento do município de Medianeira, sendo o município que menos recebe *royalties*. Segundo ele, em Medianeira o valor recebido é aplicado em atividades de infra-estrutura urbana. Outros municípios aplicam os recursos na manutenção de programas já existentes como é o caso de Marechal Cândido Rondon.

O acesso aos recursos remete a reflexões quanto a possibilidades de resolver os desafios que a região apresenta. O processo de desenvolvimento socioeconômico exige não apenas produção e distribuição da produção, mas, sobretudo, condições de vida, instituições, atitudes e políticas. Frente a isso, pode-se verificar a necessidade não somente de alcançar o desenvolvimento, mas de que este tenha caráter de sustentabilidade. O desenvolvimento deve prosseguir quase que de forma permanente, aumentando, além do produto, os indicadores sociais e preservando o meio ambiente, atendendo assim às necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras.

Tem-se difundido muito o debate de questões que trazem desafios a escala local. Nesse sentido, ao tratar das realidades das pequenas cidades brasileiras, Endlich (2006, p. 13) assinala que “[...] as principais características das experiências positivas são consideradas como requisitos na perspectiva do planejamento”.

Assim, são identificados e discutidos sobre as prerrogativas para o desenvolvimento local, os quais compreendem: empreendedorismo; o saber fazer e a formação; a inovação; sinergias e amenidades; conectividade; competitividade e participação. De acordo com Endlich (2007), já não se trata mais de experiências espontâneas, e sim de políticas de desenvolvimento local. Isso porque inúmeros problemas ainda que não possam ser totalmente resolvidas localmente, muitas políticas pode atenuá-los.

É preciso compreender, portanto, que:

O desenvolvimento local precisa ser pensado em articulação com escalas mais amplas. Pensar o local separado de outras dimensões espaciais encobre a natureza do desenvolvimento que é articulado com processos gerais, portadores de instabilidade por causa da mobilidade intensa do capital financeiro, que definem e redefinem os investimentos. O local, nos tempos atuais, não precisa, nem deve permanecer isolado. Por outro lado, as sociedades locais não podem tomar rumos ditados por outras escalas, abdicando da gestão do próprio espaço. A escala global deve representar oportunidades de articulação para sociedades presentes nas escalas locais (ENDLICH, 2007, p. 27).

Assim, entende-se que o desenvolvimento se realiza heterogeneamente, na compreensão das mudanças na formação social de cada área ou região brasileira é que se terão elementos teóricos compatíveis para uma reflexão sobre tais localidades.

Como aponta o economista Shiguero Iwake “os municípios lindeiros que não se preocuparem em investimentos podem falir, em 2023, com o corte brusco dos *royalties* pagos pela Itaipu Binacional” (NASCIMENTO; SCHROEDER, 2009, p.12).

Ao analisar a entrevista ao presidente da AMOP, Sr. José Carlos Schivinato, que representa a Associação dos Municípios do Oeste Paranaense, ele é taxativo ao afirmar que,

[...] hoje o crescimento econômico da região lindeira depende dos *royalties*, claro que depende, você quando você pega, por exemplo, um município de Itaipulândia que tem um desenvolvimento que perdeu muito de suas áreas, e que tem seu desenvolvimento na sua economia através das ações do município levando benefícios ao homem do campo para as pessoas que trabalham no município, sem os *royalties* isso seria impossível fazer, é indispensável os *royalties* hoje no desenvolvimento integral da região isso que acontece, não é o benefício somente lá pro lindeiros, é um benefício que reflete em todos os municípios da Bacia do Paraná.

No sentido de se evitar o declínio econômico, faz-se necessário incentivar o desenvolvimento econômico e social da região com estratégias de desenvolvimento sustentável, de modo que não se cause mais danos aos espaços naturais, vindo a contemplar o crescimento e o desenvolvimento econômico de forma harmônica.

Seguindo esse raciocínio, a apropriação do reservatório para a produção energética, ao mesmo tempo em que descaracterizou parte do potencial agrícola das terras férteis do oeste paranaense, não perdeu sua característica de “espaço de dominação e de reprodução do capital”, pois o lago de Itaipu fez emergir duas novas funcionalidades: o turismo e o comércio, dando ênfase ao aparecimento de um novo ciclo de desenvolvimento.

Outra atividade impulsionada pelos recursos hídricos é o turismo regional, que contribui para o desenvolvimento dos municípios e promove transformações que podem alavancar a geração de empregos (CARVALHEIRO et al., 2006). Dessa forma, o turismo surge como uma ferramenta no desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que protege o ambiente natural. Porém, o turismo como qualquer atividade econômica pode causar impactos negativos, e os municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu, em sua maioria, utilizam a água como atrativo turístico, absorvendo uma demanda de visitantes considerável, e nestes locais existe uma tendência de produzir um ambiente modificado. Já, sobre as áreas remanescentes ou não alagadas, continuaram exercendo seu potencial agrícola, mas acrescentando novas características econômicas, novos fluxos, remetendo ao território uma característica de um espaço potencialmente econômico frente às “baías” surgidas com o reservatório. Cabe assim, segundo Santos (1997) inserir um caráter de desenvolvimento sustentável “forjado”, em face dos vários projetos e programas de estímulo regional, visando à compensação econômica.

4.3.1 Aplicação dos *royalties*: resultados por municípios

Assim, a partir das pesquisas realizadas, possibilitou-se esquematizar os dados referentes aos valores em reais (R\$) que, cada município da microrregião de Toledo recebeu da Receita Federal no ano de 2011. É importante ressaltar que nesses valores estão inclusos todos os orçamentos recebidos para fins específicos, incluindo ainda a presença dos *royalties* nos pagamentos da Receita (Tabela 10).

Tabela 10 – Presença dos *royalties* nos pagamentos da Receita (2011)

| Município | Receita | Royalties | Porcentagem (%) |
|----------------------------|----------------|------------------|------------------------|
| Diamante do Oeste | 9.013.008,64 | 758.162,72 | 6,45 |
| Entre Rios do Oeste | 16.444.423,33 | 4.438.354,70 | 26,99 |
| Guaíra | 51.157.994,21 | 6.881.473,40 | 13,45 |
| Marechal Cândido do Rondon | 79.560.042,52 | 7.560.042,52 | 9,50 |
| Mercedes | 15.315.089,24 | 2.370.057,62 | 15,48 |
| Pato Bragado | 19.525.756,82 | 6.349.950,04 | 32,52 |
| Santa Helena | 73.735.097,34 | 35.582.384,14 | 48,26 |
| São José das Palmeiras | 9.013.008,64 | 261.714,53 | 2,90 |
| Terra Roxa | 27.043.685,70 | 213.148,95 | 0,79 |

Fonte: ANEEL/ ITAIPU/ BCB (2012).

Partindo dessa análise e considerando o foco deste estudo, procura-se compreender em porcentagem, quanto os *royalties* representam nas receitas dos municípios.

Diante dos cálculos e dessas considerações, é evidente que, do valor total (do PIB) (100% - R\$ 73.735.097,34) que o município de Santa Helena recebe 48,26% - R\$ 35.582.384,14, é devido ao pagamento dos *royalties*, ou seja, quase a metade (50%) dessas importâncias. O que torna visível diante de um posicionamento crítico, considerando a redução desses valores ao longo dos anos, como vem ocorrendo, o município possivelmente passará por diversos problemas nos variados setores da economia. O que já não faria tanta diferença quando se analisa os valores pagos ao município de Terra Roxa, por exemplo, onde o repasse não representa nem 1% dos valores recebidos em sua receita. Por isso, são fundamentais essas abordagens para familiarização e conhecimento desses fatos, a fim de que se possam compreender essas situações, não deixando tornarem-se sérios problemas sociais.

Para a melhor compreensão desses repasses foram realizadas entrevistas com várias autoridades e moradores dos municípios (**Apêndice**) onde se pode observar que os *royalties* têm-se apresentado como elemento crucial para o desenvolvimento local. Através das respostas ficou evidente que todos se encontram em fase de consolidação econômica, além de consolidação do município como espaço social. Por isso, a contribuição dos *royalties* é fundamental em um cenário nacional de poucos recursos em escalas locais. Neste cenário, diante das respostas pode-se concluir que aproximadamente 78% dos municípios analisados, afirmam que seria necessária uma reestruturação em todos os setores da economia se esses valores fossem extintos, gerando vários conflitos, entre eles, o mais preocupante seria o social.

Portanto, a partir do momento que houve o primeiro pagamento dos *royalties*, direta ou indiretamente, é assumida a responsabilidade com o comprometimento do crescimento desses municípios lindeiros. Em relação com maior dos setores envolvidos - economia, que se

baseiam em atividades agropecuárias, fortalecendo o mercado e ampliando a geração de benefícios, assim como os *royalties* tem contribuído durante esse período (que período).

Esses valores são revertidos em melhorias, sendo investidos no setor agropecuário (sustenta a economia), na educação, na indústria, na saúde, no lazer, enfim, nos principais aspectos de cidadania e desenvolvimento humano. Porém, é sabido que os *royalties* de Itaipu a partir de 2023 poderão ser eliminados financeiramente dos caixas municipais, o que se torna significativo e necessário um planejamento das partes governamentais, para que a ausência dos eventuais valores não prejudique a população, ocasionando sérios problemas sociais e financeiros, episódio previsto que está se tornando fidedigno a cada dia. Apesar da maioria dos municípios pronunciarem que os valores dos *royalties* são indispensáveis para contribuição e avanço dos municípios, Terra Roxa revela que esses valores, repassados a cada município, são correspondentes à quantidade de terras emersas, o valor recebido pelo município de Terra Roxa torna-se bastante inferior em relação aos demais, possibilitando o investimento deste apenas na agropecuária.

Com diversas visitas aos municípios pode-se perceber que apesar de uma aparência de normalidade, a maioria dos municípios lindeiros da microrregião de Toledo apresentam várias dificuldades.

O município de Terra Roxa foi o primeiro a ser visitado, atualmente se destaca e se concretiza como a cidade do vestuário infantil, com várias fábricas na produção (confeccões infantis), e ao mesmo tempo o município que menos recebe *royalties* provenientes da Itaipu Binacional, tendo em vista que a área alagada é pouca, sendo assim a administração local investe todo dinheiro proveniente da compensação financeira no setor agrícola, com investimento na conservação de estradas e mananciais, tais como: cascalhamento, monitoramento das microbacias, adequação, recuperação (Figura 14 - A e B).



Figura 14 – A) Cascalhamento da estrada R5; B) Readequação da Estrada Marfim.
Fonte: Município Terra Roxa. Assessoria de Imprensa (2012).

Conforme aponta o presidente Paulo Milton Tocumi da Acitra (Associação Comercial de Terra Roxa) a respeito do desenvolvimento econômico do município:

Terra Roxa é uma cidade que era há muito anos atrás, já teve até 70.000 mil habitantes, com a geada algumas coisas o pessoal foi indo embora, e aí o município era município bem carente, nos tinha muito bóia fria NE, com a indústria da moda bebê ele começou a reorganizar, então hoje Terra Roxa é um dos municípios mais conhecidos do Brasil através da moda bebê, e nos temos hoje a falta de Mão de obra, pegamos na região nossa, Guaíra, Palotina, Francisco Alves, Atonia, Assis, mais de 1.500 pessoas, então Terra Roxa hoje é município que cresceu e vem desenvolvendo muito mais.

O município de Terra Roxa depende muito do setor têxtil e agropecuário, através da arrecadação de ICMS e FPM, já que os recursos recebidos da Itaipu é o menor de todos. O município precisaria receber um maior valor em *royalties*, segundo a liderança entrevistada, e ter uma maior arrecadação de impostos locais, no entanto, é um município que está melhorando, com várias obras em andamento, como revitalização da avenida principal e um portal de entrada que está sendo construído e tantas outras obras. Já para o comerciante Wilson de Souza Brito, o maior problema enfrentado pelo comércio de Terra Roxa é a proximidade com Paraguai (Salto de Del Guairá), “Aqui a população compra no comércio local quando é para fazer “nota”, e quando chega o pagamento do mês, devido à aproximação do Paraguai, acaba indo comprar no outro país com pagamento em dinheiro”.

No município de Guaíra, mesmo com sua proximidade do Paraguai, demonstra forte comércio local, uma cidade aparentemente limpa. Os *royalties* pagos ao município segundo a administração municipal são investidos em todos os seus setores da economia, mesmo sendo um valor relativamente pequeno, tendo em vista que o município de Guaíra antes da criação do Lago de Itaipu tinha uma receita que vinha do turismo das Sete Quedas. Logo após a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o município perdeu muito com a arrecadação, pois o turismo era um dos grandes benefícios do município. A memória da população nunca deixará que a Sete Quedas fique esquecida, pois era um dos pontos turísticos mais visitados em todo Paraná. Se ainda existisse esse atrativo, certamente Guaíra estaria bem melhor e com seu setor terciário (atividades comerciais e de prestação de serviços) mais desenvolvido e figurando como o maior empregador no município. O empresário e presidente Sr. Anderson Obetti da ACIAG (Associação Comercial de Guaíra), afirma:

[...] na verdade a gente sempre quer mais, e Guaíra hoje está atravessando por um momento vamos dizer assim, de transformação, na verdade a gente está esperando uma melhora muito grande na parte econômica do município

através de indústria de empresas de distribuição, a gente vai se tornar um pólo aqui na região. Guaíra, uma cidade em que após o alagamento das Sete Quedas busca uma nova alternativa para o desenvolvimento do município, pois sempre foi uma cidade comercial, claro principalmente quando existiam as Sete Quedas, pois o fluxo de pessoas era muito grande, e acelerava o comércio local, mas mesmo assim, aproveitando a proximidade com o Paraguai, e empresas no ramo de confecções tem investido em Guaíra, gerando empregos diretos e indiretos, e devido a procura de empregos estão sendo investidos na indústria, e grandes empreendimentos estão para ser montado em Guaíra, e que em dez anos a população vai crescer bastante, e minha visita finalizo dizendo que Guaíra perdeu e muito com o alagamento das Sete Quedas, mas que está apreendendo a sobreviver sem a beleza natural que Guaíra tinha, e me deparei com uma população triste por esse fato (sete quedas), porque eles dizem que as memórias nunca serão apagadas e nunca serão pagas, mesmo com o dinheiro proveniente do pagamento dos royalties.

A seguir se destaca na Figura 15, a placa indicativa do projeto de revitalização da Praça Castelo Branco, obra muito aguardada pela população, pois é o portal de entrada da cidade.



Figura 15 – Revitalização da praça Castelo Branco.
Fonte: Damião Xavier (2012).

Na Figura 16, é oportuno mostrar que a empresa Sonho Mágico do município de Terra Roxa instalou em Guaíra sua facção de confecções, pois recebeu incentivos fiscais na instalação da empresa.



Figura 16 – Empresa de facção de confecções Sonho Mágico.
Fonte: Damião Xavier (2012).

Lima et al. (2006) aponta que os impactos ambientais, sociais e econômicos são grandes devido ao tamanho das áreas alagadas para justificar o pequeno espaço destinado à pecuária e agricultura. Ainda, ramos como supermercados, restaurantes, lojas de souvenir, hotéis e postos de combustíveis também foram afetados negativamente com o fim do turismo.

O Município de Mercedes é demograficamente pequeno, apresenta na sua entrada um portal que incita os viajantes a conhecer a localidade. Contudo, por estar ao lado de uma rodovia de grande movimento que passa por fora do perímetro urbano, isso tem prejudicado o comércio local, presente simplesmente para atender a demanda local. Com o recebimento dos *royalties* pagos pela Itaipu Binacional, trouxe investimentos e melhores condições à população local, com praças, áreas de lazer, enfim, o que busca uma população de um município pequeno.

No dizeres do Senhor Valmor Vermoler, 54 anos, agricultor, que chegou à região aos quatro anos de idade, residente há muitos anos no município, até mesmo antes de ser emancipado e a receber o dinheiro proveniente dos *royalties* “Morar aqui é muito bom, pois hoje tenho minha terrinha, meus filhos cresceram aqui, e aqui todo mundo se conhece e nossa agricultura aqui hoje é diversificada”.

O presidente da ACIM (Associação Comercial de Mercedes) o senhor Egon Iappe relata que “o desenvolvimento do município é bom, aqui temos agricultura, gado leiteiro, suinocultura, agricultura, tem bastante aviário e isso esta sustentando o município, e os *royalties* ajuda muito no crescimento da cidade, já que é distribuída uma parte para a saúde”.

O que se pode observar no município de Mercedes é que se os *royalties* não existissem, o município conseguiria andar somente com a arrecadação local, tendo em vista o baixo valor proveniente desse recurso. Ainda assim, esse montante tem ajudado sim, pois são aplicados em vários setores do departamento do município, sendo assim uma cidade bem estruturada em todos os setores atendendo o anseio de sua população.

Frente ao anteriormente citado a Figura 17 mostra que Mercedes tem se preocupado com a aplicação dos recursos dos *royalties* na educação do município.



Figura 17 – Centro Educacional Infantil Criança Feliz.
Fonte: Damião Xavier (2012).

Já a Figura 18 revela a construção do portal de entrada da cidade, onde se destaca o vigoroso processo de ocupação de migrantes de ascendência européia, vindos dos estados do Rio Grande do Sul e, em parcela mais considerável, de Santa Catarina.



Figura 18 – Construção do portal de entrada.
Fonte: Damião Xavier (2012).

Marechal Candido Rondon se configura como uma dos municípios paranaenses cujo volume demográfico ainda o classifica como pequeno, contudo, já apresenta polarização e nela se concentra várias atividades, fazendo com que a sua população não precise sair para buscar ou comprar em outras localidades, sendo suficiente para atender também municípios de toda região.

Para Sérgio Antonio Marcucci, vice-presidente da ACIMACAR (Associação Comercial e Industrial de Marechal Candido do Rondon), o município também se desenvolveu com o recebimento dos *royalties*, não que foi o principal motivo, mas ajudou:

Na realidade assim, Marechal Candido Rondon depois que começou os *royalties* ele teve uma industrialização no município, não por causa dos *royalties* em si, porque em minha opinião os *royalties* de um tempo pra cá ele vem não tendo o foco como deveria, mas os empresários investiram em grandes empreendimentos.

O município também se destaca pela sua diversificação na agricultura e no setor agropecuário e comercial. Para Dona Tereza Borelli, 62 anos de idade e desde 1966 mora município, e trabalha como comerciante *“já passei por varias dificuldades na vida, mas foi ali que encontrou motivos para estar morando até os dias de hoje juntamente com toda sua família”*.

Marechal Cândido Rondon, uma cidade onde tem ligação com várias cidades e também com rodovias que ligam a outros estados, o que tem feito do município uma rota de meio de transporte para toda região. Tem sofrido problemas de segurança, mas que agora com a implantação do Batalhão da Polícia de Fronteira na cidade, trouxe mais tranquilidade à população local.

Aparentemente o município é o que conseguiria se mantiver em melhores condições sem os repasses dos *royalties*, pois o setor industrial e agropecuário é muito forte.

Santa Helena, com uma grande estrutura voltada para o turismo em suas praias artificiais junto com o setor agropecuário têm sido setores importantes na geração de recursos.

Diamante do Oeste e São José das Palmeiras, por ser apresentar um relevo bastante ondulado (montanhoso), facilitam a atividade da pecuária, e com isso a região desses dois municípios são de pequenas propriedades com atividade voltada para pecuária intensiva.

Claro que todos os municípios lindeiros, através da administração, recebem benefícios por meio de programas do município.

A Figura 19 revela o portal de entrada da cidade já pronto, onde se complementam o contexto afirmando que o município Marechal Cândido Rondon é uma cidade típica germânica onde os traços do povo e as construções enxaimel preservam a cultura européia.



Figura 19 – Portal de entrada do Município.
Fonte: Damião Xavier (2012).

Não se pode deixar de mencionar ainda a pavimentação poliédrica na área rural, ressaltada na Figura 20, sendo que as estradas rurais também tem recebido melhorias proveniente dos *royalties*.



Figura 20 – Pavimentação poliédrica na área rural.
Fonte: Município de Marechal Cândido do Rondon. Assessoria de Imprensa (2012).

Em visita ao município de Santa Helena, o maior em recebimento de *royalties* pago pela Itaipu Binacional na microrregião de Toledo, foi surpreendente a atmosfera de município promissor, com um atraente portal e uma cidade com crescimento industrial, pois várias empresas vêm se instalando no município.

O lago que circunda o município, o faz conhecido como cidade da Terra das Águas. Sendo assim, o que se imaginava era um município que depois dos *royalties* como fonte de arrecadação, o turismo fosse à principal fonte, mas na verdade o setor agropecuário é o que mais arrecada, fazendo do turismo o terceiro produto de arrecadação do município.

Para Vanessa Aline Massaneiro, turismóloga, moradora de Santa Helena:

O município está crescendo, pois estão sendo feitos vários investimentos, e vários empreendimentos para geração de empregos e formação acadêmica, e cursos técnicos estão chegando a nossa cidade, e falar da história de Santa Helena é buscar na memória das pessoas que aqui estavam quando aconteceu a criação do Lago de Itaipu, pois o nosso município hoje preocupa com a preservação do meio ambiente.

Já Sadi Turra, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena afirma com relação à arrecadação do município que:

Para o nosso desenvolvimento pela arrecadação que nós temos, eu acredito que deveria ser bem melhor, então o nosso município tá deixando muito a desejar, porque nós hoje nosso município e referencia em termos de Brasil, hoje nos temos uma das maiores orçamentos do país, nosso município com em torno de 25 mil habitantes nos temos orçamento mais de 80 milhões, então eu vejo que tem muito a ser feito por Santa Helena.

Santa Helena é um município em que se pode visualizar uma localidade rica. Contudo, essa não seria a visão correta, ou seja, por ser o município limeiro da microrregião de Toledo, os investimentos aparentemente parece que não são distribuídos pensando no fim do contrato com a Itaipu.

É relevante para o contexto citar que em consideração a Figura 21, que a recuperação das ruas da cidade vem fazendo parte da melhoria de vida à população do município.



Figura 21 – Recapeamento da estrada que dá acesso ao Refugio Biológico.
Fonte: Damião Xavier (2012).

Ainda na Figura 22 evidencia-se que a abertura de poços artesianos tem sido feita também nas áreas rurais do município.



Figura 22 – Abertura de Poço Artesiano: Linha Vera Cruz.
Fonte: Município de Santa Helena. Assessoria de imprensa (2012).

De acordo com o Diretor do Departamento de Planejamento e Projetos da Prefeitura Municipal de Santa Helena, em 2007, foi discutido e definido que o município investiria os recursos dos *royalties* principalmente nas iniciativas industriais de confecção, cerâmica e feccularia.

Entretanto, o município teve que focar seu investimento inicial em infraestrutura para proporcionar condições da instalação de indústrias no local. A administração pública e seus investimentos são componentes importantes para o desenvolvimento econômico e social, principalmente a focalização do investimento público em infraestrutura, pois uma de suas características é que ela representa o conjunto de serviços básicos importantes para o desenvolvimento regional.

No caso do município de Santa Helena, em relação à finalização do repasse de *royalties*, deve ser ainda mais preocupante e as ações, em virtude da condição financeira do município, exigem certa urgência. Logo, não se pode negligenciar o fato da necessidade de que as ações e investimentos públicos sejam propostos diante das condições concretas locais e das possibilidades de superação de certas questões que permeiam tal contexto (STERCHILE; SOUZA, 2008). O processo de industrialização avançada não gera necessariamente desenvolvimento, importando para tanto o modo como os frutos deste crescimento econômico são distribuídos para a população.

O pequeno município de Diamante do Oeste se caracteriza por uma região onde sua paisagem é bastante montanhosa na área rural, com a mesma identificação o município de São José das Palmeiras.

Diamante do Oeste desenvolve-se praticamente da sua receita municipal, o que é pouco, até porque os *royalties* pagos ao município também são insignificantes. Contudo, ajuda sim, pois é distribuído principalmente no setor produtivo da região, onde o que predomina é a criação de gado de corte e gado de leite, com um pouco da agricultura voltada para pequenas propriedades, e que a maioria da população trabalha em outros municípios como Toledo, onde muitos trabalham em abatedouros de frango, o que faz com que o município não tenha tanto desemprego.

Isto visto que o município por ser pequeno, mesmo com os incentivos de toda administração e da sociedade local, não consegue trazer indústrias que possam gerar mais mão de obra. Jair José Buzzo, comerciante e há 41 anos reside nessa região, valoriza o seu município dizendo que “*Morar aqui é muito bom, o que falta é emprego para as pessoas que moram aqui, e outra situação seria a Itaipu pagar um pouco mais de royalties ao nosso município, já que a nossa área de plantio é limitada porque temos que preservar os rios com a mata ciliar*”.

Esse município possui vasta área de preservação ambiental, o que seguramente é de interesse da Itaipu Binacional na preservação dos mesmos; pois esses rios, córregos e nascentes desses municípios abastecem o Rio Paraná, onde está a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Apesar disso, a compensação a população local é insignificante e o que recebem é aplicado no setor agropecuário do município, e agora com investimento também dos *royalties* na

revitalização da avenida principal da cidade, mostrando que o poder que o poder publico também tem se preocupado com a educação construindo escolas no município (Figura 23 - A e B).



Figura 23 – A) Terraplanagem para a construção da Escola Municipal Presidente Kennedy;
B) Conservação de estradas com acesso para aviários.
Fonte: Município Diamante do Oeste. Assessoria de imprensa (2012).

A Figura 24 mostra que o recurso dos *royalties* também tem ajudado muitos agricultores como subsídios na construção de aviários e cascalhamento da estrada de acesso. Em São José das Palmeiras, observam-se as mesmas características do município anterior, onde também se encontra um relevo montanhoso e, conseqüentemente, predomina a pecuária. Entretanto, é um município onde a população mostra-se satisfeita, pois o pouco que se arrecada com os *royalties* tem feito diferença. Contudo, se os *royalties* acabassem o município estaria preparado, pois de acordo com a gestão local, é possível viver sem eles e o município não deixará de buscar investimento nos principais setores para atender a população.



Figura 24 – Revitalização da Avenida José Bonifácio.
Fonte: Damião Xavier (2012).

O presidente da Associação Comercial e Industrial de São Jose das Palmeiras (ACISP) e também empresário da cidade Leandro Lazaro Moreira Nunes, expôs sobre o desenvolvimento econômico do município, e o que representa os *royalties* pagos pela Itaipu:

O desenvolvimento do nosso município hoje esta no setor agropecuário, claro que principalmente no setor da pecuária, com criação de animais para corte e gado leiteiro, e a cidade se tornando um município bom de morar, com área de lazer, bonita avenida, pois foi revitalizada, e claro que falar dos *royalties* é dizer que ajuda sim, mas não que sem ele o município vai parar.

A cidade de São José das Palmeiras é uma cidade tranquila para morar, caracterizando-se por estradas rurais e municipais são todas bem cuidadas, e a população sente faltada geração de empregos, pois buscam trabalho fora do município. Este processo faz com que ocorra a diminuição da população que se desloca em busca de trabalho, ou ainda para o estudo. Na Figura 24 ressalta-se que a revitalização da avenida principal fez com que o comercio local se motive para promoções durante todo ano.

Sendo que na Figura 25, ressalta-se que a construção e reforma das escolas tem sido prioridade com os recursos provenientes dos *royalties*.



Figura 25 – Reforma da Escola Municipal Regente Feijó.
Fonte: Damião Xavier (2012).

O município de Pato Bragado é o segundo que mais recebe *royalties* da microrregião de Toledo. Na sede urbana, o setor habitacional está crescendo, com ruas asfaltadas, obras sendo feitas. Indicado como o mais relevante, está em construção de um lago. A cidade possui também um portal de entrada que atrai os visitantes.

Para Dona Iloide Garbossa aos 55 anos de idade, funcionária pública “*morar na cidade e muito bom, pois a cidade oferece condições para todos os setores, da educação até saúde e todos acabam se conhecendo*”.

A empresária Renê Berwaltt, afirma que “*Se não fossem os royalties o município não estaria da forma que está, pois a renda do município é muito pouca*”.

Pato Bragado tem características de cidade grande, tendo em vista que a sua economia fortalecida pelo pagamento dos *royalties*, fazendo com que a população tenha qualidade de vida, com ruas asfaltadas, e tantos outros benefícios. Nessa localidade houve o fechamento de uma grande empresa chamada Faville que trabalhava na fabricação de biscoitos e que gerava em torno de cem empregos diretos no município, sendo que acerca do fechamento da empresa, não houve resposta, e esta dúvida permanece até hoje. O município mantém o programa de incentivo à geração de renda e criação de empregos e, assim como ela, outras empresas foram contempladas.

Pato Bragado sofre com a perda da área agricultável, e ainda possui várias reservas legais, pois possui bastante nascente e rios, afluentes do rio Paraná; e que de acordo com algumas autoridades, deveria receber valores maiores da Itaipu Binacional, pois além da perda de terra existe também a preservação ambiental, o que tem feito com que os pequenos municípios sofram com isso. É interessante notar que a aplicação dos *royalties* no município tem sido tanto no lazer quanto no setor agropecuário, como: construção do lago e repasse de equipamentos agropecuários e subsídios nos setor agropecuário (Figura 26 – A e B).



Figura 26 – A) Construção do Lago Parque das Aves; B) Repasse de equipamentos aos pequenos produtores de leite.

Fonte: Município de Pato Bragado. Assessoria de imprensa (2012).

Por fim, mencionamos o último município limdeiro visitado, Entre Rios do Oeste. Trata-se de uma localidade que precisa ser melhorada, apesar de que muita coisa está sendo

feita, em todos os sentidos para melhorar a condição de vida da população, mas o que eles valorizam muito é o setor do turismo, já que o município tem a sua praiha artificial, com boa estrutura para atender a população local e os turistas, isso tudo mesmo com a proximidade de Santa Helena.

O Senhor Teobaldo Sossmaier que trabalha na atividade de concerto de calçados, faz pouco tempo que esta residindo na cidade, mas disse que “*aqui desde quanto cheguei fui bem recebido, pois aqui é uma cidade tranqüila para se morar, haja vista que cidade pequena todo mundo se conhece*”.

É interessante frisar que bem estar para a população local tem sido feito através de investimentos alimentício e cultural da população (Figura 27 – A e B).



Figura 27 – A) Construção do refeitório da Escola Municipal Presidente Nédise; B) Reforma do Centro Cultural.

Fonte: Damião Xavier (2012).

Várias obras vêm sendo executadas com o objetivo de melhorar a vida local, com destaque para obras como casa da cultura e a revitalização de várias outras no sentido de que todos os setores têm recebido respaldo oriundo do pagamento dos *royalties* que o município recebe da Itaipu Binacional, mesmo sendo uma pequena quantia, mas que tem alavancado muito o município.

Entende-se que todos os municípios lindeiros possuem características semelhantes na distribuição do dinheiro proveniente dos *royalties*, sendo que todos apresentam cidades bem organizadas, arborizadas, limpas, todas elas com áreas de lazer para o jovem e até a terceira idade. Algo que chama a atenção é a aprovação da licitação para a duplicação da Rodovia Federal Dr. Ernesto Dall’Oglio, no sentido de Marechal Cândido Rondon a Toledo. Outra obra importante para os municípios lindeiros da microrregião de Toledo é a recuperação da

rodovia 163, que liga Marechal Candido Rondon a Guaíra, que se encontra em processo de recuperação e criação da terceira faixa em vários trechos da rodovia, pois havia muita cobrança por parte da população, devido ao alto índice de acidentes ocorridos na mesma. Os municípios lindeiros se utilizam dele para subsidiar todos os setores: agrícola, industrial, comercial e estudantil.

Quando se fala em distribuição dos *royalties*, todos afirmam depender deles e, caso os municípios lindeiros da microrregião de Toledo não receba mais este dinheiro, o que poderão fazer a princípio é manter o que se já construiu, e até mesmo a possibilidade de fechar setores que é de anseio da população, já que no contrato firmado, os *royalties* não podem ser utilizados para pagamento de folhas.

Segundo o presidente da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) Sr. José Carlos Schivinato:

Mesmo com a perda das áreas produtivas pode-se perceber que houve melhorias na tecnologia com a implantação do próprio setor hidroelétrica da própria Itaipu que pode fazer em benefícios e faz até hoje, e hoje nem só somente para os lindeiros, mas faz, pra todos os municípios aqui do oeste do Paraná da Bacia do Paraná II, é o que se diz a readequação de estradas, colocação de condição de abastecimento de água nos abatedouros comunitários pra atender a propriedade no campo, sistema de saneamento, cerca das propriedades, terreceadores, enfim, um grande número de investimentos feito pela Itaipu que veio agregar valores ao desenvolvimento do agronegócio e favorecer as propriedades que ficaram depois do alagamento e que tem podido tirar da terra uma condição maior de produção.

O turismo nesses municípios poderia ser uma opção para os municípios, pois todos eles oferecem lindas paisagens, e o que não se pode deixar de destacar é a questão de Guaíra que deixou de arrecadar com o turismo, devido à perda das Sete Quedas e com as terras que foram alagadas.

Os *royalties* são distribuídos pelos municípios da mesma forma, com o mesmo objetivo o de aplicá-los na infraestrutura. O município que mais chama atenção é o de Terra Roxa, sendo o município lindeiro que menos recebe *royalties* da Itaipu Binacional, em torno de 8 mil dólares mês, e que todo mês o dinheiro é utilizado no setor agropecuário do município. Todos os municípios trabalham e se preocupam com a preservação ambiental, mesmo porque existe um comum acordo entre as partes (Municípios lindeiros e Itaipu). Também apresentam como celeiro de obras, com readequação de estradas e investimentos no setor agropecuário.

Assim, Lima et al. (2006) apontam as possíveis estratégias de desenvolvimento econômico para regiões como a lindeira do Lago de Itaipu. Para eles, a finalidade essencial da Usina é a geração de eletricidade e isso não pode ser alterado por outras ações que venham a ser praticadas no lago. Entretanto, há várias atividades que podem ser implementadas com o intuito de aproveitar o enorme potencial econômico do lago.

Ressalta-se ainda que o montante que os municípios lindeiros receberão entre 2009 e 2011 totalizam R\$ 210.576.295,41 centavos. Em consonância, calcula-se a média anual desse valor, que resulta em cerca de R\$ 70.192.098,47 milhões. É importante salientar, que estes valores também foram expressos em porcentagem (%), cujo município que detem a participação nos recebimentos de *royalties* é Santa Helena.

Percebe-se nos municípios lindeiros que todos possuem área de preservação ambiental, que são áreas protegidas das florestas nativas da região. Todos os municípios lindeiros investem na pequena propriedade, principalmente os menores municípios, de forma que o agricultor possa continuar na sua propriedade, com atividades voltadas para a policultura. Já os municípios maiores como é o caso de Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Terra Roxa, demonstram atividades agropecuárias voltadas para a monocultura, destacando ainda os agricultores que fazem a policultura.

Segundo o presidente da AMOP, os *royalties* para a economia dos municípios lindeiros é fundamental, sem ele seria uma decadência total. Por isso, é relevante a reflexão política sobre a sua manutenção. Já que a condição gerada pela inundação de áreas e outras implicações foram definitivas, é pertinente que sejam constantes.

Entretanto, como já foi possível perceber ao tratar dos municípios, para alguns prefeitos e secretários entrevistados, os *royalties* não possuem muito peso no desenvolvimento do município, conforme aponta o secretário (nome) do município de Diamante do Oeste, quando indagado sobre o possível corte dos *royalties*: “*Hoje o município se destaca com o dinheiro que vem dos royalties, pois ajuda muito a bancar a infraestrutura que o município faz, mas, se cortassem esse recurso, hoje o município tocaria as atividades normalmente*”.

E finaliza afirmando que “*as ações estão sendo feito com planejamento de todo orçamento do município para que chegue em 2023 sabendo do corte dos royalties, como vem sendo comentado, não vai fazer tanta falta aos cofres públicos para garantir infraestrutura que os municípios merecem*”.

Os municípios lindeiros possuem um PIB (Produto Interno Bruto) alto, contudo seu investimento só pode ocorrer em infraestrutura, e não em folha; o que de certa forma

prejudica alguns municípios, pois se constrói, mas não se pode contratar, pois não possui receita para custear outras despesas. Na Tabela 11 é possível visualizar os valores do PIB de cada um dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu.

Tabela 11 – Histórico anual do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios lindeiros da microrregião de Toledo – PR

| Anos | Municípios | | | | | | | | |
|------|------------------|---------------------|---------|-------------------------|----------|--------------|--------------|------------------------|------------|
| | Diamante D'Oeste | Entre Rios do Oeste | Guáira | Marechal Cândido Rondon | Mercedes | Pato Bragado | Santa Helena | São José das Palmeiras | Terra Roxa |
| 1999 | 12.774 | 22.559 | 127.362 | 290.421 | 27.385 | 24.359 | 113.036 | 13.791 | 91.358 |
| 2000 | 13.951 | 22.092 | 130.879 | 313.014 | 30.454 | 25.094 | 111.148 | 15.250 | 96.440 |
| 2001 | 14.124 | 24.734 | 146.294 | 350.446 | 30.398 | 28.042 | 119.120 | 16.073 | 102.977 |
| 2002 | 19.105 | 32.486 | 184.251 | 441.557 | 39.684 | 32.303 | 144.843 | 18.762 | 140.375 |
| 2003 | 27.900 | 43.020 | 262.681 | 575.310 | 59.186 | 43.915 | 210.373 | 24.230 | 195.617 |
| 2004 | 29.721 | 44.793 | 254.012 | 606.888 | 55.243 | 40.558 | 216.701 | 23.567 | 168.866 |
| 2005 | 33.691 | 45.728 | 262.126 | 641.126 | 56.519 | 41.246 | 227.575 | 24.018 | 162.676 |
| 2006 | 31.606 | 45.574 | 250.759 | 701.647 | 57.520 | 39.933 | 228.436 | 24.952 | 162.039 |
| 2007 | 40.878 | 57.817 | 319.290 | 747.193 | 68.957 | 47.597 | 269.385 | 28.501 | 246.257 |
| 2008 | 48.943 | 72.007 | 358.900 | 893.124 | 84.404 | 57.313 | 313.136 | 35.270 | 273.611 |
| 2009 | 43.356 | 64.456 | 327.709 | 890.871 | 76.282 | 54.276 | 287.766 | 33.570 | 257.026 |

Fonte: IBGE (2010).

O histórico anual do Produto Interno Bruto (PIB) para os municípios lindeiros da microrregião de Toledo indica um gradativo acréscimo da renda do período que vai de 1999 a 2009 (Tabela 10). Essa evolução contínua é mais significativa nos municípios de Guáira, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Terra Roxa, que apresentam totais anuais superiores a 90 mil reais e, em 2009 apresentaram valores superiores a 200 mil reais. Pode-se destacar ainda o município de Marechal Cândido Rondon, que em 2008 chegou a um valor corrente bruto de 893.193 mil reais. Em contrapartida, os municípios de Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e São José das Palmeiras, que são os menores municípios em estudo, com população aproximadamente inferior a 5 mil habitantes; apresentam, generalizadamente, PIB inferior a 80 mil reais anuais. O município com a menor renda absoluta é São José das Palmeiras, que apresentou em 2009 um PIB de 33.570 mil reais.

Os municípios menores são os mais afetados em termos de suas rendas *per capita*, pois a população é menor, fazendo com que as perdas sejam relativamente mais importantes. Além do que, pelas suas condições de menores reagem mais rapidamente aos estímulos do aumento de demanda, embora, não disponham de grande infraestrutura para tal.

As perdas significam custo de oportunidade para os municípios que decorrem da impossibilidade dos mesmos de obter melhores resultados sociais e econômicos de suas áreas alagadas do que aqueles recebidos na forma de *royalties* (compensação financeira). O estudo revela que quando os municípios perdem receitas deixam de gastar (consumir bens ou serviço, incluindo bens de capital). Considerando que tais efeitos deste consumo ocorrem dentro do próprio município, que afeta a economia como um todo, que por sua vez gera novas perdas de receitas para os municípios. Cabe lembrar que os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, apesar de terem avançado significativamente, ainda continuam muito dependentes de produtos de origem de outros municípios fora da região, o que transfere em grande parte os efeitos das perdas para àqueles municípios.

Dahlem (1996, p.92), considera que

[...] os municípios da Costa Oeste Paranaense encontram-se classificados com médio desenvolvimento humano e apresentam um padrão elevado de evolução do indicador de renda, com resultados menos significativos de longevidade e educação [...].

A região Costa Oeste possui um alto-médio IDH (Índice de desenvolvimento Humano) devido à maioria dos municípios se encontrarem na faixa (0, 700 – 0, 799) se enquadrando até mesmo dentro da média nacional. Conforme a classificação utilizada para os relatórios de desenvolvimento humano, têm-se três dimensões básicas: IDH < 0, 500: baixo desenvolvimento humano; IDH entre 0, 500 e 0, 800: médio desenvolvimento humano; IDH > 0, 800: alto desenvolvimento humano (Tabela 12).

Tabela 12 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios lindeiros da microrregião de Toledo – PR

| Anos | Municípios | | | | | | | | |
|-------------|------------------|---------------------|--------|-------------------------|----------|--------------|--------------|------------------------|------------|
| | Diamante D'Oeste | Entre Rios do Oeste | Guaíra | Marechal Cândido Rondon | Mercedes | Pato Bragado | Santa Helena | São José das Palmeiras | Terra Roxa |
| 1991 | 0, 608 | 0, 755 | 0, 709 | 0, 758 | 0, 725 | 0, 733 | 0, 726 | 0,65 | 0, 683 |
| 2000 | 0, 709 | 0, 847 | 0, 777 | 0, 829 | 0, 816 | 0, 821 | 0, 799 | 0, 724 | 0, 764 |

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2011).

Contudo, os dados populacionais do IBGE indicaram que os municípios lindeiros da microrregião de Toledo apresentaram um quadro típico de êxodo rural, deflagrado principalmente a partir de 1980, e um decréscimo populacional na maioria dos municípios componentes de tal unidade administrativa. Esta dinâmica populacional é corroborada com maior representatividade pelos municípios de Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santa

Helena e Terra Roxa. A municipalidade de Guaíra apresentava uma população rural de 32.875 habitantes em 1.970, que foi sucedido de uma redução significativa a partir da década seguinte e apresenta atualmente 2.493 habitantes residentes na área rural. Ainda em Guaíra, o aumento populacional urbano é nítido quando se compara os dados censitários de 1.970, quando apresentava 11.261 habitantes, aos dados de 2010, que indicam uma população urbana de 28.176 habitantes. Dentre estes municípios, ressalta-se Santa Helena, que somente em 2010 passou a deter maioria da população urbana (Tabela 13 e Figura 28).

Tabela 13 – População dos municípios limieiros da microrregião de Toledo – PR

| Municípios | 2000 | | | 2010 | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total |
| Diamante D'Oeste | 2.480 | 2.398 | 4.878 | 2.561 | 2.466 | 5.027 |
| Entre Rios do Oeste | 2.017 | 1.311 | 3.328 | 2.641 | 1.281 | 3.922 |
| Guaíra | 24.878 | 3.781 | 28.659 | 28.176 | 2.493 | 30.669 |
| Marechal C. Rondon | 31.246 | 9.761 | 41.007 | 39.134 | 7.665 | 46.799 |
| Mercedes | 1.496 | 3.112 | 4.608 | 2.439 | 2.607 | 5.046 |
| Pato Bragado | 2.343 | 1.750 | 4.093 | 2.991 | 1.832 | 4.823 |
| Santa Helena | 9.818 | 10.673 | 20.491 | 12.596 | 10.829 | 23.425 |
| São J. das Palmeiras | 2.259 | 1.843 | 4.102 | 2.412 | 1.419 | 3.831 |
| Terra Roxa | 11.042 | 5.258 | 16.300 | 12.802 | 3.961 | 16.763 |
| Total | 87579 | 39887 | 127466 | 105752 | 34553 | 140305 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 a 2010.

O segundo quadro é representado pelos municípios de Entre Rios, Mercedes, Pato Bragado e São José das Paineiras, que apresentam atualmente uma população entre 3 mil a 5 mil habitantes, e que ao longo dos anos abordados apresentaram uma pequena redução do contingente populacional rural e pequeno aumento da população urbana. Destaca-se ainda, que o município de Mercedes seja o único limieiro da microrregião de Toledo que apresenta população rural superior à população urbana.

A dinâmica demográfica está profundamente relacionada à vida econômica local e regional. Ela é um claro indicador se um espaço acolhe seus habitantes no sentido de lhes proporcionar emprego, renda e acesso aos serviços necessários. Por isso, esses dados nos ajudam a entender a região e seus desafios. Portanto, por mais que a região tenha recebido as compensações e esteja em condições financeiras melhores do que a maioria dos municípios brasileiros verificou-se que existem muitos desafios a serem vencidos. Os municípios visitados têm características parecidas na distribuição do dinheiro proveniente dos *royalties*, sendo que todos apresentam cidades bem organizadas, arborizadas, limpas, todas elas com áreas de lazer para o jovem e até a terceira idade.

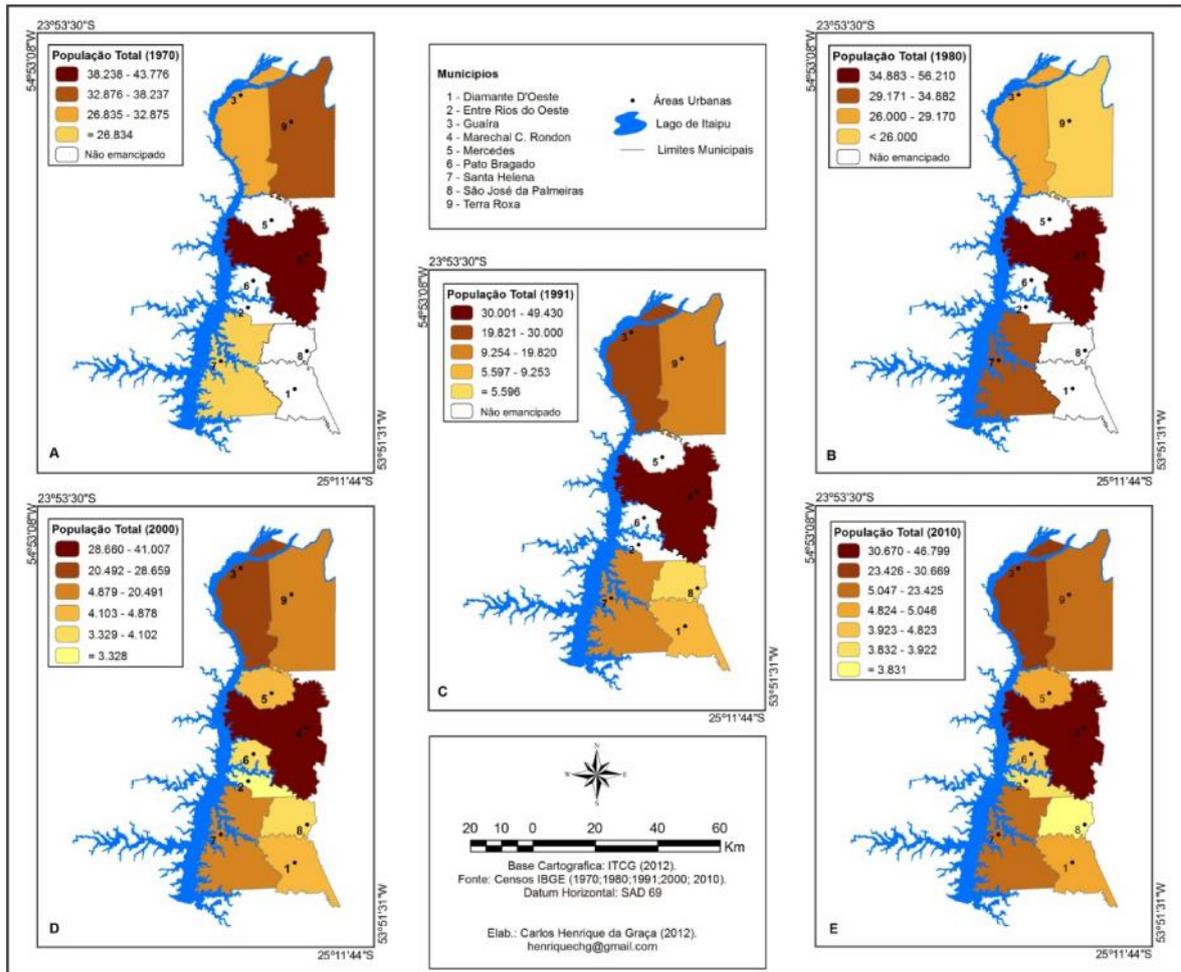


Figura 28 – Evolução populacional dos municípios limítrofes da microrregião de Toledo – PR.

Todos os municípios pequenos da microrregião de Toledo, no caso de Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Diamante do Oeste e São José das Palmeiras, são municípios que a população diz ser bom para morar, porque a cidade é pequena e todos se conhecem. Agora quando se remete a distribuição dos *royalties*, certamente todos eles dependentes desse recurso para se manter, caso os municípios limítrofes da microrregião de Toledo não receba mais este dinheiro, o que poderão fazer a princípio é manter o que se já construiu, e até mesmo a possibilidade de se fechar setores que é de anseio da população.

Município como Marechal Cândido Rondon, aparentemente é o que conseguiria se manter sem os *royalties*, pois o setor industrial e agropecuária é muito forte.

Já Santa Helena é dependente do setor agropecuário, sendo o turismo alternativo para a economia que gera riquezas ao município.

Em Diamante do Oeste e São José das Palmeiras, apresenta um relevo acidentado (Scarpa), dificultando a atividade da agricultura mecanizada. Com isso, nesses dois municípios predomina pequenas propriedades com atividade mais voltadas para pecuária intensiva. O turismo

nesses municípios deveria ser muito mais explorado, pois todos oferecem lindas paisagens. Os municípios lindeiros têm sofrido muito com a segurança, pois por estar próxima a fronteira com Paraguai, tem tirado o sono de muitos moradores, e agora principalmente da área rural.

Pode-se mencionar que Terra Roxa, município onde o setor de vestuário infantil é muito forte, gerando mais de 3000 mil empregos diretos para pessoas de toda região. Guaíra apresenta um comércio forte, e carrega o sentimento da perda das Sete Quedas, o ponto turístico da cidade que não recebem por isso até hoje.

Mercedes, com uma cidade tranquila, limpa, acolhedora e bonita. Marechal Cândido Rondon, uma cidade bem arborizada, com lindo lago, um setor industrial crescendo, ou seja, uma cidade promissora.

Pato Bragado, cidade tranquila, mesmo com a perda de uma grande empresa que acabou fechando, mas a população é tranquila, tento em vista que o setor agropecuário é muito forte.

Entre Rios do Oeste, se aproveita e utiliza muito bem do turismo através da prainha artificial, com muitas obras em andamento.

São José das Palmeiras, uma cidade bonita, bem organizada, e que por ser uma região bastante montanhosa, o setor pecuário é muito forte, com investimentos do poder público, onde a população trabalha na agropecuária em outros municípios, tornando assim, cidade dormitório.

Diamante do Oeste, além de serem vizinhas, tem as mesmas características; algo que diferencia é que uma está com obras mais alavancadas.

Santa Helena, a administração disse que o setor que mais contribui para o município fora os *royalties*, não é o turismo, e sim o setor agropecuário, o qual o município está investindo pesado.

Neste sentido conforme Sterchile e Souza (2008, p. 20),

[...] é notório que o repasse de *royalties* contribui com as finanças dos municípios abrangidos pelo recurso, mas é necessário que os gestores públicos, em conjunto com a sociedade civil, discutam e definam o planejamento das ações visando a não dependência deste recurso e que os investimentos não revertam em ônus financeiro futuro para o município, podendo garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Deve-se repensar a aplicação dos *royalties* em programas e projetos que garantam o desenvolvimento local e regional aliado à qualidade de vida de seus munícipes, atentando para a possibilidade de que o repasse do recurso possa ser encerrado.

Lembrando que todos esses investimentos, obras e parcerias, provêm do dinheiro dos *royalties*, sejam para construção, parcerias, subsídios ou obras federais e/ou estaduais, nas suas contrapartidas. Todos os municípios da microrregião de Toledo têm lindas obras feitas ou sendo executadas, pois todas têm arquiteturas maravilhosas.

4.4 RESTRIÇÕES E LIMITAÇÕES QUANTO AO USO DOS *ROYALTIES*

Ao desenvolver a pesquisa para o trabalho, partiu-se do objetivo de entender os alcances e limites na utilização dos *royalties*, pensando principalmente no tipo de aplicação política que eles vinham recebendo. Contudo, durante as entrevistas com os gestores públicos, evidenciou-se como as normas de uso são também significativas para entender essas aplicações, já que os recursos não podem ser aplicados aleatoriamente. Os itens anteriores foram mostrando a relevância dessas limitações na aplicação dos recursos. Por isso, vamos nos deter um pouco nesse aspecto nesta parte do trabalho, pois ele é fundamental para entender as aplicações dos recursos.

4.4.1 Legislação

A regulamentação do pagamento dos *royalties* em nosso país surgiu em 1953, com a criação da Petrobrás. Lembramos que no Brasil, de acordo com a Lei dos *royalties*, a distribuição da compensação financeira é feita da seguinte forma:

- 45% aos Estados;
- 45% aos Municípios;
- 10% aos órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

No caso da Itaipu, do percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) destinado aos municípios, 85% (oitenta e cinco por cento) do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos municípios limítrofes, ou seja, diretamente atingidos pelo reservatório da usina. Os 15% (quinze por cento) restantes são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos por reservatórios e montante da usina (ITAIPU BIACIONAL, 2008).

A legislação dos *royalties* beneficiou 15 municípios paranaenses e o Governo do Paraná, os principais atingidos pelo alagamento de terras para a formação do reservatório e, também, o município de Mundo Novo no Estado do Mato Grosso do Sul.

No Paraná, conforme já mencionado anteriormente, os municípios que têm direito aos *royalties* são Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante do Oeste, Entre Rios do

Oeste, Guaíra, Marechal Candido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa.

Também têm direito a um percentual sobre os *royalties* de Itaipu, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além dos Estados e municípios indiretamente atingidos, localizados a montante (acima) da Usina de Itaipu.

O repasse do valor a ser pago a título de *royalties* pela Itaipu Binacional, varia conforme a geração de energia destinada à comercialização em cada mês. No último dia 10 de julho de 2012, a Itaipu efetuou repasse de US\$ 11,1 milhões ao Tesouro Nacional. Ao governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisa com o reservatório da Itaipu, destinam-se o equivalente a US\$ 8,4 milhões. Acostumados com receitas crescentes desde a década de 1990, devido às desvalorizações cambiais; as prefeituras que recebem *royalties* da Usina Binacional de Itaipu passaram a conviver com um período novo nos últimos anos. Aprender a lidar com essa nova realidade é crucial para não incorrer em erros de planejamento que derivem em não cumprimento de cronogramas, e que acabam por impedir os mesmos de alcançarem os objetivos especificados em programas e projetos de interesse público, segundo a ANEEL.

A partir de 1995, ainda no início do Plano Real, logo após a quebra do México (dezembro de 1994); o Brasil adotou um regime de câmbio administrado com estabelecimento de bandas cambiais, deslizando a taxa com desvalorizações pequenas e constantes de acordo com a taxa de inflação e as necessidades de dólares do país. Essa fase estendeu-se ao longo de quatro anos (1995/1998), entrando em colapso no dia 13/01/1999. Nesta fase, as prefeituras dependentes de *royalties* corrigidos pela taxa de câmbio tinham enorme facilidade de prever as receitas futuras, devido à baixa volatilidade da taxa cambial (desvalorização contínua com variação de menos de 30% em quatro anos).

Quando ficou insustentável ao Brasil manter a política cambial do período 1995/1998, optou-se (por total falta de alternativa) ao câmbio flutuante. As desvalorizações levaram o dólar no ano de 1999 para cotações de até R\$ 2,00/US\$, embora tenham recuado ao final daquele ano (ANEEL, 2008). Assim, o que era um pesadelo para os consumidores, para os industriais e para os importadores, passou a ser um período de aumento das receitas das prefeituras em questão. Essa situação permaneceu assim até o final de 2002, em que as receitas municipais derivadas dos *royalties* acumulavam, ano a ano. Portanto, na gestão de três prefeitos o que se via era a receita dos *royalties* serem maiores todo ano e que implicava em maiores gastos públicos, financiados com essa receita. Quanto às imposições já citadas da

Lei nº 7.990/1989 em seu Art. 8º, o funcionário da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Santa Helena expõe a problemática enfrentada pela municipalidade quanto à dificuldade de manutenção da estrutura já construída, considerando que em períodos de alta do dólar o valor recebido em *royalties* era ainda mais expressivo e frente à normativa para a aplicação do recurso, o mesmo pode ser aplicado em estrutura, mas não pode ser gasto com recursos humanos para mantê-la. Esta preocupação também é expressa pela Diretora do Departamento de Finanças do município de Entre Rios do Oeste, a qual coloca que já existe a dificuldade em manter a estrutura criada em períodos em que os *royalties*, vinculados ao valor do dólar, eram ainda mais significativos (ITAIPU BINACIONAL, 2008).

Para os próximos anos, as expectativas relacionadas ao câmbio são de continuidade de valorização da moeda brasileira, descontada a inflação. Isso ocorrerá por uma série de motivos. Assim, não só com relação às receitas municipais derivadas dos *royalties*, mas também com relação a outros tipos de receitas, sendo conveniente para as prefeituras incentivarem uma maior profissionalização no que se refere a questões orçamentárias, visto que erros de previsão podem causar prejuízos sócio/econômicos e políticos (TELES, 2010).

Neste cenário, Sterchile e Souza (2008, p. 20) entendem que:

[...] o processo de desenvolvimento necessita, além do crescimento econômico, alcance da qualidade de vida para o conjunto da sociedade, mediante a liberdade de escolha dos indivíduos a partir de suas possibilidades concretas. Tal inferência baseia-se principalmente na análise feita sobre a contradição entre o valor de repasse de *royalties* e a condição de trabalho da população do município de Santa Helena, posta como uma problemática deste contexto. As propostas de superação desta situação precisam ser elaboradas frente aos anseios e condições desta população, criando não só postos de trabalho, os quais estão vinculados à industrialização, mas aliando os investimentos em outros setores como educação, englobando a qualificação para o trabalho e atendendo a mão de obra já disponível na referida conjuntura.

O processo de desenvolvimento aliado a melhorias na qualificação humana possibilita o fortalecimento das economias locais. Outra dimensão importante de ser avaliada é sobre as perspectivas dos municípios quanto ao final dos *royalties*. Para os municípios em que o valor recebido não é expressivo em relação à arrecadação total, não há grande preocupação, como o caso do município de Medianeira e Terra Roxa. Porém, para os municípios que tem seu orçamento vinculado em grande parte aos *royalties*, como é o caso de Santa Helena, a preocupação deve existir e as ações devem ser direcionadas considerando esta possibilidade. Contudo, o Diretor de Planejamento e Projetos do referido município não acredita que os

royalties de Itaipu possam ser cessados, mas que possa haver apenas a diminuição do valor (STERCHILE; SOUZA, 2008).

Os *royalties* nos municípios são aplicados, sobretudo, em infraestrutura, conforme explicita o Secretário de Planejamento do município de Medianeira, sendo o município que menos recebe *royalties*. Segundo ele, em Medianeira o valor recebido é aplicado em atividades de infraestrutura urbana. Outros municípios aplicam os recursos na manutenção de programas já existentes como é o caso de Marechal Cândido Rondon, o qual é o município que recebeu em dezembro de 2007 o valor de US\$ 215,9 mil, ou seja, o 5º maior valor em *royalties* repassados pela Itaipu Binacional; além de Entre Rios do Oeste, que recebeu no mesmo mês o valor de US\$ 126,7 mil, sendo este o 9º maior valor em relação aos 15 municípios analisados (STERCHILE; SOUZA, 2008).

No Gráfico 4 se destaca a área total que cada município da microrregião de Toledo corresponde em participação para o alagamento das terras - adotando como unidade de área o Km² - possibilitando a construção das obras de ITAIPU e conseqüentemente o custeio dos *royalties* devido às terras imersas de cada município lindeiro.

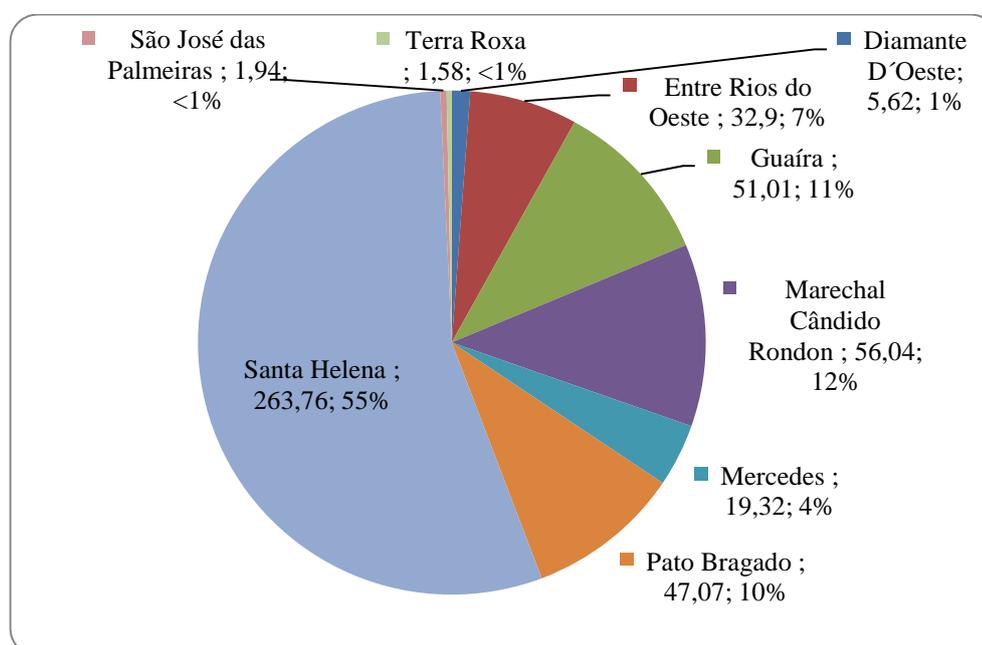


Gráfico 4 – Área em Km² para os municípios lindeiros da microrregião de Toledo – PR.

A seguir, mostra-se a tabela com os valores recebidos em dezembro de 2012 pelos municípios paranaenses atingidos pela Itaipu Binacional (Tabela 14), onde se destacou a área total do município, pois em relação às áreas alagadas *versus* área total do município observa-se uma significativa mudança.

Tabela 14 – Área alagada dos municípios lindeiros pelo Lago de Itaipu

| Município | Área alagada (Km²) |
|---------------------------|---------------------------|
| Medianeira | 1,16 |
| Terra Roxa | 1,58 |
| São José das Palmeiras | 1,94 |
| Diamante do Oeste | 5,62 |
| Mercedes | 19,32 |
| Entre Rios do Oeste | 32,9 |
| Missal | 40,07 |
| Santa Terezinha de Itaipu | 41,9 |
| Pato Bragado | 47,07 |
| Guairá | 51,01 |
| Marechal Cândido Rondon | 56,04 |
| São Miguel do Iguaçu | 90,91 |
| Itaipulândia | 179,73 |
| Foz do Iguaçu | 201,84 |
| Santa Helena | 263,76 |

Fonte: Itaipu Binacional (2008).

E por fim, o repasse de *Royalties* da Itaipu Binacional aos municípios paranaenses lindeiros ao Lago de Itaipu (Tabela 15).

Tabela 15 – Repasse de *royalties* da Itaipu Binacional aos municípios paranaenses lindeiros ao Lago de Itaipu Jun./2012

| Município | Repasse atual (mil US\$) | Acumulado (milhões US\$) |
|---------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Foz do Iguaçu | 777,5 | 261,7 |
| Santa Terezinha de Itaipu | 161,4 | 54,3 |
| São Miguel do Iguaçu | 350,2 | 130,3 |
| Itaipulândia | 692,3 | 220,5 |
| Medianeira | 4,5 | 1,5 |
| Missal | 154,4 | 51,9 |
| Santa Helena | 1.016 | 342 |
| Diamante do Oeste | 21,7 | 7,2 |
| São José das Palmeiras | 7,5 | 2,5 |
| Marechal Cândido Rondon | 215,9 | 79,5 |
| Mercedes | 74,4 | 23,7 |
| Pato Bragado | 181,3 | 57,7 |
| Entre Rios do Oeste | 126,7 | 40,3 |
| Terra Roxa | 6,1 | 2 |
| Guairá | 196,5 | 66,1 |
| Mundo Novo (MS) | 56,7 | 19 |

Fonte: Itaipu Binacional (2008).

Portanto, não há dúvida de que os recursos provenientes dos *royalties* são expressivos para a região. Obviamente, ele é mais significativo para os municípios que apresentem os critérios adotados para a compensação, como por exemplo, a área alagada anteriormente demonstrada. Esses critérios podem ser debatidos, já que outros pontos poderiam ser considerados. Como pode se constatar nesse último item, a legislação também apresenta obstáculos para a utilização dos recursos.

É certo que o cuidado pretendido com essa regulamentação tinha como objetivo promover uma utilização adequada. Contudo, acaba por outro lado, gerar limitações que impossibilitam o suprimento de equipamentos e serviços vitais à melhoria da condição de vida nas localidades. Certamente é parte de uma melhor condição de vida cuidar dos aspectos urbanísticos das localidades, como se observou nas diversas sedes dos municípios limieiros.

Contudo, indubitavelmente é necessário atender prioritariamente a saúde e a educação, gerar oportunidades de trabalho e renda, entre outros. Um dos maiores desafios das localidades pequenas no Brasil é contratar profissionais de saúde e outros de nível superior.

Por isso, as restrições quanto à contratação de pessoal ainda que seja compreensível para que não seja utilizada politicamente e transforme o poder público municipal em um empregador maior do que já é também apresenta entraves para a resolução dos principais problemas locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encerramento desse trabalho com as análises bibliográficas e locais acerca da temática proposta trouxe-nos o sentimento de gratificação por ter alcançado os objetivos inicialmente traçados.

O objetivo principal do presente estudo foi analisar a microrregião de Toledo, Estado do Paraná no período de 2000 a 2010, focalizando de forma especial a questão dos *royalties* pagos aos municípios lindeiros do Lago de Itaipu. Sendo feita esta análise podemos afirmar que avançamos muito na compreensão da realidade regional, bem como de forma específica dos municípios lindeiros e a questão dos *royalties*. Um dos objetivos específicos do presente estudo foi evidenciar os *royalties* como fonte de recursos que ampliam as receitas municipais da região em estudo, onde foi possível concluir que os nove municípios pertencentes à microrregião de Toledo tiveram considerados aumentos em sua economia a partir do recebimento dos *royalties*. Todavia, não poderão manter o mesmo padrão se ficarem sem os *royalties*. Isso acontece porque, mesmo tendo hoje recursos para construir obras tais como hospitais, não terão como no futuro, com o fim dos *royalties*, manterem seu funcionamento, ou seja, não será possível “sustentar” certos empreendimentos como, por exemplo, pagar os funcionários e adquirir materiais para manutenção de hospitais.

Uma das conclusões que chegamos através do objetivo inicial deste estudo - analisar a microrregião de Toledo com relação aos *royalties* – foi que todos os municípios têm características parecidas na distribuição do dinheiro provenientes dos *royalties*, sendo que todos eles apresentam cidades bem organizadas, arborizadas, limpas, todas elas com área de lazer para o jovem e até a terceira idade.

Neste cenário, duas importantes obras foram aprovadas e encontram em andamento: a duplicação da rodovia federal Dr. Ernesto Dall'Oglio, no sentido de Marechal Candido Rondon a Toledo; e a outra obra é a recuperação da rodovia 163 que liga Marechal Candido Rondon a Guaíra. Verificamos os esforços para a recuperação e criação de terceira faixa em vários trechos da rodovia, isso era exigido pela população da região, pois vários acidentes aconteceram nessas duas rodovias. A articulação da região é ponto fundamental para a sua inserção econômica e consequente criação de oportunidades para a sua população.

Com relação ao objetivo específico deste estudo, concluímos também que os municípios em estudo utilizam os *royalties* para subsidiar todos os setores agrícolas, industriais, comerciais e subsídio estudantil. Assim, com o fim dos *royalties* poucos

municípios continuariam oferecendo à população um serviço de qualidade. Muitos terão que parar suas obras. Todavia, o município de Marechal Cândido Rondon, aparentemente tem estrutura para se manter sem os *royalties*, pois o setor industrial e agropecuário é muito forte. Já os municípios demograficamente pequenos, além de sofrerem com perda da área agricultável, têm perda maior ainda, pois também perderam várias reservas legais, e o que não se pode deixar de destacar é a grande perda das Sete Quedas, que até hoje é lembrada por sua população; lastimável perda, e a questão está em que o município de Guaíra recebe os *royalties* pela área alagada da agricultura e não pelo turismo que as Sete Quedas proporcionavam ao município.

Como conclusões finais deste estudo, levando em consideração seu tema proposto e seus objetivos alcançados dentro dos limites desta pesquisa, destacamos que em relação a dimensão positiva e negativa da aplicação de *royalties* este estudo concluiu que a dimensão positiva reside no fato de que é uma tentativa de resolver as contradições entre crescimento econômico, distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais em benefício das gerações atuais e futuras.

O aspecto negativo, por sua vez, é de não se atentar para as condições internacionais que este desenvolvimento deve enfrentar, ou seja, as relações com as forças internacionais, os interesses dos países industrializados e as restrições para o acesso dos países de terceiro mundo à tecnologia, os quais se caracterizam pela insustentabilidade a médio e longo prazo, baseando-se em consumo exorbitante de recursos naturais, necessidade do planejamento a se reportar as questões envolvidas no processo de desenvolvimento e sua sustentabilidade. Não deve ser um procedimento meramente técnico, mas político envolvendo vários grupos de interesse.

Podemos considerar então, que quando o assunto é investimento e aplicação de recursos públicos, é de vital importância o planejamento, sendo que na administração pública o ato de planejar é de extrema importância para o alcance e sustentabilidade do processo de desenvolvimento, principalmente no que se refere às decisões quanto às aplicações dos recursos públicos. Os recursos técnicos devem estar aliados às experiências e aos anseios da população que vive e trabalha no espaço, objeto de planificação. Para tanto, é imprescindível que os cidadãos tenham garantido e efetivado o acesso aos espaços decisórios alcançando o poder de deliberar; superando assim, algumas das limitações da democracia representativa.

Um dos pressupostos da Constituição brasileira de 1988 é a descentralização político-administrativa, ocasionando uma nova proposta de relação entre o Estado e a sociedade. O processo de descentralização, além de visar maior controle da sociedade sob as ações do

Estado, é constituído de duas vertentes: horizontal e vertical. A primeira refere-se à passagem do poder da administração direta para a indireta (fundações, autarquias), e a segunda diz respeito ao deslocamento do poder entre os distintos níveis de governo, ou seja, a transferência do poder federal aos governos estaduais e municipais.

Levando estas considerações finais ao plano de desenvolvimento regional, concluímos que a localização dos municípios atingidos pela Itaipu Binacional vem contribuir até mesmo com a proposta de uma nova regionalização. Tendo o município como característico comum e peculiar o fato de serem lindeiros ao Lago de Itaipu, passaram a serem conhecidos como integrantes da Região Costa Oeste do Paraná. Com efeito, criou-se o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu em 1990, visando a implementação do plano regional de desenvolvimento para os municípios que o integram.

A formação de um território é a materialização dos limites de fixação, revelando formas de organização bem mais complexas, sendo o Estado a institucionalização política do próprio espaço dessa sociedade. Nesse sentido, sendo as regiões um seccionamento do território, elas não deixam de ser fruto das relações de poder, pois são regiões autodenominadas por um interesse em relação à unidade territorial maior e propiciam a construção de um sentimento de pertencimento. Pode-se inferir que a designação de Região Costa Oeste, a qual passa a ser popularmente conhecida, não deixa de estar permeada por interesses políticos e econômicos, que visam além da manutenção do repasse do recurso dos *royalties* aos municípios, atrair novos investimentos para a região, entendendo que estes poderão contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, mas que na maioria das vezes exigem contrapartidas públicas.

Diante disso, é possível sinalizar sobre a possibilidade de que sejam pensadas propostas de ações com o intuito de promover o desenvolvimento regional, estudo de viabilidade criar as condições de infraestrutura e qualificar os recursos humanos, podendo financiar projetos, via fundos de desenvolvimento, por exemplo. Todavia, devem ter garantias de que os recursos públicos não sejam repassados para alguns privilegiados, exigindo-se assim, maior volume de investimentos da iniciativa privada.

E, por fim, como objetivo de sinalizar para perspectivas de desenvolvimento regional, destacou que o presente estudo indicou que os municípios deveriam explorar mais o turismo, pois todos os municípios pesquisados oferecem potenciais paisagísticos e outros aspectos que poderiam ser mais bem explorados. A inundação das Sete Quedas durou apenas 14 dias, pois ocorreu em uma época de cheia do Rio Paraná, e todas as usinas hidrelétricas acima de Itaipu abriram suas comportas, contribuindo com o rápido enchimento do lago.

Diante dessa visão lembrada por muitos como uma tragédia, a população da microrregião de Toledo não pode mais permitir que um fato como este volte a ocorrer, devendo estimular o turismo e lutar pela permanência de suas paisagens. A população precisa aprender a viver em conjunto com a natureza, podendo de ela tirar seu sustento sem ter que agredi-la, e o planejamento de recursos para o desenvolvimento de cada um deste município deve ser constante frente a eventos não planejados como este anteriormente citado, e frente também ao possível corte dos *royalties* de forma que nenhum destes municípios fique sem apoio, desenvolvimento e recursos necessários para sua manutenção.

Por fim, tão importante como assegurar as compensações é velar para que elas sejam adequadamente utilizadas, compensando realmente na direção das implicações que todo esse processo representou, na medida em que essa possibilidade existe.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. **Polarização e especialização dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná**. Toledo, 2005. 42 f. UNIOESTE/Campus de Toledo/CCSA/Curso de Ciências Econômicas. (Projeto de pesquisa PIBIC/CNPq/UNIOESTE).

ALVES, L. R. et al. O continuum, a localização do emprego e configuração espacial do Oeste do Paraná. **HEERA: Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 2, n. 2, jan./jun. 2007.

ALVES, L. R. O capital social na microrregião de Toledo – PR. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, ano 11, n. 22, p. 155, jan./abr. 2013.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica**. Brasília, DF, 2007. (Cadernos temáticos ANEEL, n. 2).

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Compensação financeira pela utilização de recurso hídricos ‘Royalties’ pagos pela Itaipu (binacional)**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 9 out. 2012.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/Inventario>>. Acesso em: 29 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 11 mar. 2008.

CARVALHEIRO, E. M. et al. Notas sobre a economia do turismo nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu-Pr. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, São Paulo, v.5, n.2, 2006.

CAVIGLIONE, J. H.; KIIHL, L. R. B.; CARAMORI, P. H.; OLIVEIRA, D. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina: IAPAR. 2000. 1CDROM.

C. VALE. Disponível em: <http://www.cvale.com.br/nossa_empresa.html>. Acesso em: 16 abr. 2012.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU, 2006. Disponível em: <<http://www.lindeiros.org.br/lindeiros/>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

COPACOL. Disponível em: <http://www.copacol.com.br/pr_a_voce/copacol_historia.php>. Acesso em: 16 abr. 2012.

DAHLEM, R. B. **Dinâmica populacional e ecoturismo: o caso de Foz do Iguaçu**. 1996. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Geografia)-UEM & UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 1996.

DIAMANTE DO OESTE. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Diamante do Oeste**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 504f. Tese (Doutorado em Geografia)-UNESP, Presidente Prudente. 2006.

ENTRE RIOS DO OESTE. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Entre Rios do Oeste**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

ENTRE RIOS DO OESTE. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, maio/ago. 2007.

FERRARI, C. A. **Dinâmica territorial (na)s fronteira (s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte de Departamento de Alto Paraná – Paraguai**. 2009.107 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2009.

FERRERA DE LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. O continuum setorial regional dos municípios da mesorregião Oeste paranaense. In: CONGRESSO DA SOBER: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 48., 2006, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2006.

FRANÇA, F. M.; SOUZA, E. B. C. de. Os impactos sócio-espaciais com a construção de hidrelétricas – um estudo de caso da usina hidrelétrica de Salto Caxias – PR. ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** [S.l.: s. n.], 2010.

GUARAGNA, Paulo Ricardo Saldanha; MELLO, Marcelo Ramos de. **Um modelo de previsão para a arrecadação do ICMS: finanças públicas**. 2003. Brasília, DF, 2003. VII Prêmio de monografias do Tesouro Nacional

GUAÍRA. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Guaíra**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

GREGORY, Derek. **Ideology, Science and Human Geography**. London: Hutchinson, 1978.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: EDUNIOESTE, 2004. p. 7.

HESPANHOL, N. A. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento na região de Andradina**. 1996. 71 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)-UNESP, Rio Claro, 1996.

HISSA, C. E. V.; LOBO, C. F. F. Planejamento urbano, política e democracia. **Caderno Geografia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 5-14, fev. 1999.

IBGE. **Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital (BCIMD)**. 2003. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Finanças públicas do Brasil 2002-2003**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

IFDM . Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Emprego e renda nos municípios lindeiros da microrregião de Toledo – PR**. 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

IPARDES. **Perfil dos Municípios**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

JONG, G. M. **As grandes obras hidrenergéticas**: contribuição para a análise de seus efeitos regionais. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. **O novo mapa do mundo**: natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 244.

ITAIPU BINACIONAL. **ITAIPU e Meio Ambiente**: Tecnologia e Desenvolvimento. Diretoria Geral Brasileira. Itaipu: Superintendência de Meio Ambiente, 2000.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. 2008. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

KÖPPEN, W. Climatologia: com um estudio de los climas de latierra. In: IAPAR. **Cartas Climáticas Básicas do Estado do Paraná**. Londrina, 1948.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Fatores locais e estruturais na dinâmica setorial dos municípios lindeiros ao lago das hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu, 2003. **Interações**, Campo Grande, v. 7, n. 12, p. 25-36, 2006. Disponível em <www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36044_4520.PDF>. Acesso em: 12 ago. 2012.

LEISMANN, E. L. **Os royalties de Itaipu nos municípios lindeiros ao Lago e no Estado do Paraná**. [S.l.:s.n.], 2008.

MARECHAL CÂNDIDO DO RONDON. **Vista aérea do município de Marechal Cândido do Rondon, PR**. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

MERCEDES. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Mercedes**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

NASCIMENTO, W. C. de; SCHROEDER, C. A. Os desafios regionais da mesorregião geográfica do oeste do Paraná. In: IV SIMPGEO. SIMPÓSIO PARANAENSE DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 4., 2009, Marechal Candido Rondon. **Anais...** Marechal Candido Rondon: Unioeste, 2009.

O PRESENTE. Disponível em: <<http://www.opresente.com.br/geral/dinheiro-nao-compensa-perda-das-sete-quedas-23202/>>. Acesso em: 17 out. 2012.

PATO BRAGADO. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Pato Bragado**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agronegócio e Desenvolvimento regional**. Cascavel: EdUNIOESTE, 1999. p. 207.

PIMENTA, A. P. A. **Legislação básica do setor elétrico brasileiro**. Brasília. DF: ANNEL. 2010.

RIBEIRO, A. M. B. **Planejamento turístico regional**: um estudo da Região Costa Oeste do Paraná. 2005. 21 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 4-99, set./dez. 1995.

SADIA. Disponível em: <<http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

SANTA HELENA. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Santa Helena**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método. In: SANTOS, M. (Org.). **Espaço e Sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 152.

SANTOS, M. **A natureza do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS. Prefeitura Municipal. **Vista aérea de São José das Palmeiras**, PR. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

SEVÁ FILHO, A. O. Intervenções e armadilhas de grande porte: um roteiro internacional dos dólares e seus argumentos, e dos seus prejuízos dos cidadãos nas obras hidrelétricas. **Revista Travessia**: Barragens, São Paulo, ano II, v. 2 n. 6, p. 5-11, jan./abr. 1990.

SOUZA, E. B. C. **A Região do lago de Itaipu**: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. 1998. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.

SOUZA, E. B. C. de. **Estado**: Produção da Região do Lago de Itaipu – Turismo e Crise Energética. 2002. 352 f. Tese (Doutorado)-UNESP/FTC, Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, E. B. C. **A (re) produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2009. 222 p. (Coleção Thésis).

SOUZA, E. B. C. Contextualização política da construção da barragem de Itaipu. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, n.1, p. 26, 2005.

STERCHILE, S. P. W.; SOUZA, E. B. C. Apontamentos sobre a aplicação dos *royalties* da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 2, p. 3-22, maio/ago. 2008.

TERRA ROXA. Prefeitura Municipal. **Vista aérea do município de Terra Roxa, PR**. 2012. (Dep. Assessoria de Imprensa).

TELES, J. **Os royalties e sua importância**, 2010. Disponível em:
<<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs>>. Acesso em: 22 set. 2012.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI 1992.

VAINER, C. B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p 7.

VANDERLINDE, T. Breves reflexões sobre a Costa Oeste. In: SOUZA, A. J.; SOUZA, E. B. C.; MAGNONI JÚNIOR, L. (Org.). **Paisagem Território Região**: em busca da identidade. Cascavel: EdUNIOESTE, 2000. p. 283.

VILLELA, L. Sistema Tributario y Relaciones Financieras Intergubernamentales: la experiencia brasileña. **Planeacion & Desarrollo**, Bogota, 1993.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

- 1) Qual sua análise quanto ao desenvolvimento econômico do município de xxxx?
- 2) Que tipo de atividade fortalece a economia do município de xxxx?
- 3) Se ocorrer o corte dos *Royalties*, seriam necessários ajustes nos setores do município de xxxx?
- 4) Que tipo de uso se faz do dinheiro proveniente dos *royalties* da Itaipu no município de xxxx?
- 5) Os *royalties* trazem benefícios?
- 6) Quais ações estão sendo tomadas agora para que em 2023 o município de Diamante do Oeste esteja preparado para o corte dos *royalties*?
- 7) O crescimento econômico do município de xxxx é dependente dos *royalties* xxxx?